

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICANÁLISE: CLÍNICA E CULTURA

CAMILA TERRA DA ROSA

As pioneiras da psicanálise: história e feminilidade

Porto Alegre

2018

CAMILA TERRA DA ROSA

As pioneiras da psicanálise: história e feminilidade

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Psicanálise: Clínica e Cultura

Área de concentração: Psicanálise, Clínica e Cultura

Orientador: Prof. Dr. Amadeu de Oliveira Weinmann

Porto Alegre

2018

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO

R788p Rosa, Camila Terra da.

As pioneiras da psicanálise: história e feminilidade / Camila Terra da Rosa. – 2018. 115 f. Orientador: Amadeu de Oliveira Weinmann.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. História da Psicanálise. 2. Feminilidade. 3. Pioneiras da Psicanálise. I. Weinmann, Amadeu de Oliveira, orient. II. Título.

CDU 169.964.2

Elaborada pela bibliotecária Karin Lorien Menoncin – CRB 10/ 2147

Nome: Terra da Rosa, Camila.

Título: As pioneiras da psicanálise: história e feminilidade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Psicanálise: Clínica e Cultura.

Aprovada em:

Banca examinadora

Prof. Dr. Amadeu de Oliveira Weinamnn
(orientador)

Profa. Dra. Ana Maria Gageiro
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Prof. Dr. César Augusto Barcellos Guazzelli
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Profa. Dra. Paula Sandrine Machado
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Profa. Dra. Renata Udler Cromberg
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

AGRADECIMENTOS

Assim como o método de pesquisa desse trabalho, os agradecimentos só poderiam vir *a posteriori*, embora estejam na origem, na base que inscreve o desejo para seguirmos. Nesse tempo, olho para quem me trouxe até aqui: pegadas nessa trilha, algumas vezes sozinhas, mas sempre rodeadas de outras tantas. A escolha do tema deu-se como na minha constituição como mulher, psicanalista e feminista. Aventura impossível de ser feita na solidão. À quem me acompanhou, eis meu agradecimento:

À Amadeu Weinmann, orientador incansável e paciente, que comprou a causa desse trabalho com afinco, levando-o a patamares nunca imaginados por mim. Esse processo de escrita – nunca livre de angústia – é um processo estranhamente-familiar: nos leva a descobrir desejos ainda não decifrados, e a escrita parece ganhar vida própria. Por me ajudar a entender esses desejos com seriedade, meu profundo agradecimento.

Ao meu grupo de pesquisa, que incansavelmente contribuiu para o andamento desse trabalho: Fernando Basso, Samanta Antoniazzi, Gustavo Mano, Emylle Savi, Bruna Rabello Moraes, Maria Lúcia Macari e Fernando Mascarello. E aqui acrescento minha amiga querida, que não pertencendo a este grupo, tornou-se parte dele em mim: Bárbara Parobé Mariano da Rocha.

Aos professores membros da banca, por aceitarem este convite: Ana Maria Gageiro, César Guazzelli, Paula Sandrine Machado e Renata Cromberg.

À Marina Terra Batu da Rosa, minha mãe amada, que revelou a mim a feminilidade como enigma inspirador.

À Alvacir Rogério Santos da Rosa, por insistir em uma paternidade carinhosa, inscrevendo em mim a curiosidade insaciável.

À Leonardo Terra da Rosa, por seu meu companheiro nessa aventura chamada fraternidade.

À Sandra Veiga, pela escuta atenta durante todos esses anos.

Não poderia deixar de acrescentar, pelo sentimento de herança que se instaurou em mim, minhas companheiras de escrita: Emma Eckstein, Helene Deutsch, Hermine von Hug-Hellmuth, Jeanne Lampl-de Groot, Joan Riviere, Karen Horney, Margareth Hilferding, Melanie Klein, Ruth Mack Brunswick, Sabina Spielrein, Tatiana Rosenthal e Vera Schmidt.

A todos esses e tantos outros mais meus agradecimentos.

RESUMO

Rosa, C. T. (2018). *As pioneiras da psicanálise: história e feminilidade*. Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Essa dissertação parte do conceito de feminilidade em psicanálise, proposto por Freud, para uma contribuição à história ao movimento psicanalítico. Debruçando-nos sobre os textos freudianos acerca do tema, encontramos referências à psicanalistas mulheres que atuaram nos anos 1920, dando diversas contribuições para o estudo da sexualidade feminina. Seus trabalhos foram publicados e, assim, temos acesso às suas produções. Esse momento parte de um marco histórico: o Congresso de Berlin, ocorrido em 1922, com uma fala de Karen Horney que inaugura esse novo *status* das mulheres no movimento psicanalítico. Nos questionamos: sobre quais marcas esse novo momento foi possível? Assim, nos dedicamos às mulheres psicanalistas que atuaram nos anos 1910: sobre essas, pouco temos acesso aos seus trabalhos, o que nos faz indagar sobre de que forma essas mulheres deixaram marcas na história do movimento psicanalítico. Seus trabalhos só foram descobertos pela historiografia psicanalítica muito recentemente. Logo, fez-se necessária uma reflexão sobre o método de pesquisa psicanalítica, propondo uma contribuição da psicanálise para uma pesquisa historiográfica. Assim, entendemos que as mulheres psicanalistas dos anos 1910 fizeram função de traço que, só *a posteriori*, com as mulheres dos anos 1920, pôde fazer sentido e constituir uma história.

Palavras-chave: Pioneiras da psicanálise. História da psicanálise. Feminilidade.

ABSTRACT

ROSA, C. T. (2018). *The women pioneers of psychoanalysis: history and femininity*. Masters dissertation, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

This thesis starts from the concept of femininity in psychoanalysis, proposed by Freud, to a contribution to the history of the psychoanalytic movement. Through the Freudian articles about the theme, we found references to female psychoanalysts that performed in the 1920s, giving diverse contributions to the study of female sexuality. Their works were published and we have access to their productions. This moment starts from a historical mark: the Congress of Berlin, occurred in 1922, with a speech of Karen Horney, that inaugurates this new *status* for women in the psychoanalytic movement. We ask ourselves: about which marks this new moment were possible? Therefore, we dedicated to the psychoanalytic women that performed in the 1910s: about these women we have less access to their works, that made us to inquire about how these women left their marks in the history of the psychoanalytic movement. Their works only were recently discovered by psychoanalytic historiography. Therefore, it became necessary a reflection about the psychoanalytic research method, proposing a contribution from psychoanalysis to the historiography research. Therefore, we understand that the psychoanalytic women from the 1910s made a trace function that, *a posteriori*, with the women of the 1920s, made sense and constitute a history.

Keywords: Women pioneers of psychoanalysis. History of psychoanalysis. Femininity.

Indubitavelmente, muitas vezes ouvi o galo cantar sem saber onde, comi gato por lebre, dei com os burros n'água, procurei chifre em cabeça de cavalo, mas posso dizer com toda a honestidade que toda vez que vi bois não hesitei em dar nome a eles, mutatis mutandis ou mesmo per os.

(Rachel Bowlby – Doida ainda, depois desses anos todos).

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 A FEMINILIDADE NA OBRA FREUDIANA	11
2.1 A inveja do pênis como dispositivo de inscrição do feminino no discurso masculino	19
2.2 O masoquismo é feminino?.....	32
2.3 O primeiro amor da menina é a mãe	36
3 CONTINENTE OSCURO OU OCEANO DE CONTROVÉRSIAS?	39
3.1 Movimento pelo sufrágio feminino.....	39
3.2 Um congresso com função de corte	43
3.3 O processo institucional-burocrático da psicanálise	44
3.4 Análise de crianças: a possibilidade de emancipação das mulheres	47
3.5 Elas tomam a palavra	49
4 A SEXUALIDADE FEMININA ATRAVÉS DAS PIONEIRAS DA PSICANÁLISE	54
4.1.Freud e as psicanalistas	55
4.2. Karen Horney – Uma teoria para além da inveja do pênis.....	57
4.3 Jeanne Lampl-de Groot e o Édipo ativo da menina	60
4.4 Ruth Mack Brunswick e o estágio pré-edípico feminino	62
4.5 Melanie Klein – Também se inveja o feminino	63
4.6 Joan Riviere – Mascarada	66
4.7 Helene Deutsch – Narcisismo, passividade e masoquismo na personalidade da mulher.....	69
5 AS MULHERES NO INÍCIO DO MOVIMENTO PSICANALÍTICO	74
5.1 O veado no cio grita em satisfação.....	74
5.2 Pioneiras.....	78
5.3 A inscrição de uma marca	89
6 SÓ DEPOIS	91
6.1 Psicanálise e história: alguns autores	92
6.2 Três eixos para pensar uma contribuição da psicanálise à história	94
6 MOMENTO DE CONCLUIR	102
REFERÊNCIAS	107
FILMOGRAFIA	115

1 INTRODUÇÃO

No cenário atual, a presença e participação ativa de mulheres nas diversas instituições de psicanálise não é incomum. De fato, é possível até mesmo que o número de mulheres tenha superado o de homens. Essa situação, absolutamente natural aos olhos de um psicanalista de nossos tempos, pareceria impensável a um membro do movimento psicanalítico na primeira década do século XX (Silva & Santo, 2015, p. 136).

É este estranhamento o motor desta dissertação: qual trajeto foi percorrido pelas mulheres do movimento psicanalítico para chegarmos na situação atual? Freud (citado em Assoun, 1948/1993, p. 149), em uma resenha, escrita em 1883, do livro *A emancipação feminina*, de John Stuart Mill, considera um absurdo o pensamento libertário da emancipação econômica das mulheres. “Deveria eu, por exemplo, considerar minha meiga e delicada amada como uma concorrente?”. Mill, conhecido filósofo liberal, defendia o igualitarismo político e militou a favor do sufrágio feminino. Em um de seus trabalhos:

[...] comparou a condição delas [mulheres] à servidão feudal ou colonial, chegando mesmo a denunciar o “estupro conjugal” da qual eram, afirmava, as vítimas silenciosas e impotentes. A seus olhos, o aleitamento das mulheres tinha suas raízes na barbárie masculina, vestígio de uma dominação ancestral que perdurava no seio da família burguesa. Para combater esses flagelos, preconizava o direito ao divórcio, o acesso igual das mulheres e dos homens à instrução e a livre escolha do trabalho (Roudinesco, 2012, p. 124).

Como reagiria Freud ao descobrir que as mulheres usam a psicanálise para sua emancipação, inclusive econômica?

A feminilidade, como conceito psicanalítico, é tecido nas fronteiras da metapsicologia e da cultura. Pensar o feminino não se reduz em pensar as mulheres, muito pelo contrário: o feminino, como aquilo que escapa à ordem fálica, assombra todo ser do inconsciente. Porém, falar em feminilidade sem falar nas contingências sócio-políticas das mulheres na cultura é isolar a psicanálise em uma posição de não-diálogo. Assim, se faz necessária uma retomada dos discursos sobre o feminino, em psicanálise, com a finalidade de dar borda – e deixar furos –, visando produzir torções na teoria. Freud, como “iluminista sombrio”, dedicou-se ao estudo daquilo se que mantinha na escuridão da cultura, que em alguns momentos ganha o nome loucura, desrazão, e, em outros, ganha outros nomes: feminino, infância, homossexualidade, negritude (Roudinesco, 2014).

Esta dissertação nasce das inquietações sobre os desdobramentos do conceito psicanalítico *feminilidade*. A teoria, limitada pelas possibilidades de seu fundador, aponta para o que está além da feminilidade como estereótipo social. Segundo Assoun (1948/1993, p. 19), a questão de Freud “o que quer uma mulher”, dirigida a Marie Bonaparte, deve ser lida como: “o que quer a mulher da psicanálise?”. O feminino é um dos operadores que pode questionar a teoria.

Tendo estas questões como princípios, buscamos um percorrido na teoria, para nos auxiliar em nosso trabalho. Começamos por quem começou: Freud. É nele, em diferentes momentos de sua obra, que encontramos os alicerces para as teorias posteriores. Buscamos, ao longo de seus escritos, situar em quais pontos a teoria freudiana dedicou-se ao estudo do feminino, em diálogo com o contexto cultural em que a psicanálise foi construída, escutando, na potência discursiva psicanalítica, o tecido cultural da qual fez e faz parte. Neste processo, três eixos precipitaram-se na leitura: *inveja do pênis*, *masoquismo feminino* e *conflitiva pré-edípica*. Este capítulo serve como fundamento para as indagações posteriores.

Nos deparamos, então, com um marco histórico: o Congresso de Berlin, ocorrido em 1922. Nele, a jovem psicanalista Karen Horney defende a ideia de que a inveja do pênis é consequência de uma feminilidade reprimida. Mais do que uma teoria, Horney defendia uma posição. É essa a cena de abertura para um novo *status* das mulheres no movimento psicanalítico. Seguindo essas trilhas, nos encontramos com psicanalistas que escreveram sobre a sexualidade feminina, nos anos 1920, nos deparando, algumas vezes, com uma teoria com outra voz e com outro tom. Apresentaram-se, aqui, psicanalistas com trabalhos publicados e citados por Freud, com um caminho já traçado dentro do movimento psicanalítico, ocupando, inclusive, cargos institucionais, que exemplificam o espaço ocupado por estas mulheres no movimento. São elas: Karen Horney, Jeanne Lampl-de Groot, Ruth Mack Brunswick, Melanie Klein, Joan Riviere e Helene Deutsch. Neste processo, nos perguntamos quais as condições de possibilidade da elaboração psicanalítica de uma teoria da feminilidade realizada por mulheres.

O encontro com essas psicanalistas nos fez questionar: sobre quais traços foi construída essa nova posição? Nesse movimento, chegamos nas pioneiras da psicanálise dos anos 1910. É no silenciamento dessa primeira geração, que só foi reconhecida pela historiografia no último quarto do século XX, que nos deparamos com uma herança feminina e com a possibilidade de uma reescrita da história do movimento psicanalítico.

São elas, escolhidas a partir de um recorte sobre o que consideramos sua importância: Emma Eckstein, Margarethe Hilferding, Sabina Spielrein, Hermine von Hug-Hellmuth, Vera Schmidt e Tatiana Rosenthal.

Inevitavelmente, chegamos em um ponto em que história e psicanálise se entrelaçam, exigindo uma reflexão metodológica. A partir da questão: por que existem tantas leituras da herança freudiana?, Mezan (2014) pontua:

Pois é toda a questão da história da disciplina que, imperceptivelmente, terá vindo esgueirar-se por baixo da pergunta aparentemente fácil de responder. E a *história* da psicanálise o confrontará, por sua vez, com alguns dos enigmas mais intrincados da *teoria* da psicanálise. (p. 22)

Ao nos debruçarmos sobre a história da psicanálise, com qual herança nos deparamos? Existem diversas formas de interpretar aquilo que faz parte de uma história? Existe uma única história? Existe diálogo possível entre psicanálise e história? Quais as consequências deste movimento? O que esperamos encontrar? Nesse sentido, uma história feminina aparece como outra intersecção inevitável dessa dissertação. A metodologia, assim, questiona o próprio trabalho, em um efeito de *a posteriori*, buscando sentido em um *só depois*. O que decantou desse processo encontra-se escrito, no que é possível de se escrever, nessas páginas.

2 A FEMINILIDADE NA OBRA FREUDIANA

Conhecer as origens do discurso que confere às mulheres um lugar – fixado pela tradição – no campo do Outro é a primeira condição para que se possa pensar sobre ele, perceber o quanto já se modificou na prática, sem que a teoria desse conta disso (Kehl, 1998, p. 54-5).

Ocupamos lugares nos discursos da sociedade, de uma sociedade que é datada, que é histórica. Ao mesmo tempo em que produzimos cultura, somos produtos dela. Frase clichê, mas um clichê necessário ao retornarmos à teoria freudiana sobre a sexualidade feminina: Freud foi sujeito de sua cultura, no duplo sentido: assujeitado a ela e sujeito de um discurso que a ultrapassa. Nessa perspectiva, a prática determina a teoria de sua época, mas, eventualmente, a teoria faz avançar a prática de uma época.

Há diversas mudanças na sociedade do século XIX, da qual Freud é produto. A família concentrou boa parte dessas mudanças. Com o surgimento de dispositivos de controle – como os discursos da ciência, filosofia e instituições jurídicas —, a família passa a ser, ao mesmo tempo, um espaço onde o poder desses dispositivos tem acesso restrito – por ser privado – e o ponto de convergência desses discursos. A ideia de família se transmuta e não mais determina o lugar a se ocupar no social: sem garantias vindas do nome de família, sem garantias de heranças aristocráticas, o sujeito passa a estar mais próximo do individualismo e, simultaneamente, do desamparo, uma vez que a tradição não mais o protege (Kehl, 1998). É a partir de como o sujeito é reconhecido por seus pares, que ele passa a ser um sujeito na sociedade. Calligaris (1999), em uma posição hegeliana, comenta que é a constituição de um nome, não os bens materiais, que define o status social:

A humanidade (entenda-se: a modernidade) – na descrição de Hegel – começa quando acaba o reino da necessidade, ou seja, quando o desejo não encontra mais sua satisfação nos objetos procurados e finalmente consumidos mas se projeta e prolonga indefinidamente na procura de reconhecimento (Calligaris, 1999, p. 14)

Na Modernidade, substitui-se o ser pelo ter e aparecer. Calligaris (1999) adverte para não tomarmos isso de forma nostálgica, pois isso significa que, em tempos passados, o sujeito era regido pelo sangue que corria em suas veias, isto é, por sua ascendência (aristocrática ou não). Em contrapartida, a cultura atual se organiza em torno do que conquistei: um nome, uma família, um carro, um apartamento, etc. Na Modernidade, o

indivíduo é responsável por traçar seu destino. A posição do sujeito no mundo passa a ser um vir-a-ser. Esse novo contexto social torna-se palco do conflito de gerações, em que cada geração necessita elaborar as mudanças do mundo e o próprio sujeito começa a buscar uma forma de marcar sua presença (Kehl, 1999).

A sexualidade é um dispositivo histórico, que permite alianças – casamentos, parentescos e transmissão de nomes e bens – e regula prazeres. A partir do século XVIII, o dispositivo da sexualidade, indissociável da constituição da família nuclear burguesa, é o que propõe o que é permitido e o que é proibido. Neste cenário, a família é a instituição chave, que permite a solidificação da sexualidade com a aliança: “a família é o permutador da sexualidade com a aliança: transporta a lei e a dimensão do jurídico para o dispositivo de sexualidade; e a economia do prazer e a intensidade das sensações para o regime da aliança” (Foucault, 1976/2015a, p. 118). É por esta razão, por ser o ponto de encontro entre sexualidade e aliança, que a família nuclear burguesa é incestuosa. A psicanálise só poderia surgir neste momento; e surge reforçando o enlace entre os dispositivos de sexualidade e de aliança, na medida em que pressupõe que o desejo só passa a existir através da interdição do incesto.

“A ordem familiar econômica-burguesa repousa portanto em três fundamentos: a autoridade do marido, a subordinação das mulheres, a dependência dos filhos” (Roudinesco, 2012, p. 38). Neste contexto, a família torna-se um oásis para o homem, que passa seus dias na cidade, e a guardiã desse oásis são as mulheres. A produção discursiva da época visava à adaptação feminina a estes lugares, porém:

[...] aos ideais de submissão feminina contrapunham-se os ideais de autonomia de todo sujeito moderno; aos ideais de domesticidade contrapunham-se os de liberdade; à ideia de uma vida predestinada ao casamento e à maternidade contrapunha-se a ideia, também moderna, de que cada sujeito deve escrever seu próprio destino, de acordo com sua própria vontade (Kehl, 1998, p. 53).

As tentativas desses discursos eram de transformar as mulheres em um grupo domesticado, com um certo conjunto de características, ao qual se deu o nome de feminilidade. Todas essas tentativas convergiam para que as mulheres tivessem um único fim, um único destino: a maternidade:

Mas, ao se outorgar à mãe e à maternidade um lugar considerável, proporcionasse meios de controlar aquilo que, no imaginário da sociedade, corre o risco de desembocar em uma perigosa irrupção do feminino, isto é, na força de uma sexualidade julgada um tanto mais selvagem ou devastadora na medida em que não estaria mais colada à função materna (Roudinesco, 2012, p. 38).

Ao mesmo tempo em que as mulheres são guardiãs do lar e dos bons costumes, elas têm de ser domadas, senão colocarão todo o sistema em perigo. O que precisa ser domesticado nas mulheres é seu ser sexual, seu excesso, seu ‘além da ordem’.

No entanto, todos esses discursos são abalados pelos ecos da Revolução Francesa. No período revolucionário, não existia ato que não fosse político. As mulheres estavam com sede de revolução e desobediência civil. Saíram de casa e tomaram as ruas. Tomam a frente de inúmeras manifestações, o que desorganiza os próprios revolucionários, que faziam apelos para que as mulheres não abandonassem o lar.

A participação das mulheres na Revolução Francesa tem sua origem nos ideais de emancipação feminina do Antigo Regime, fomentados indiretamente pelas ideias filosóficas do Iluminismo – cuja valorização da autonomia do sujeito, liberto dos grilhões da religião, atingia também as mulheres – e não repercutiam só entre as francesas (Kehl, 1998, p. 63).

Mesmo com esses movimentos políticos, que contavam com a participação das mulheres, mesmo com o início de questionamentos sobre alguns estereótipos criados para a posição das mulheres na sociedade burguesa, um posicionamento permanecia imutável: seria da natureza feminina manter-se no papel de esposa e cuidadora da prole. Foi-se delimitando um espaço onde as mulheres seriam soberanas. A maternidade e o lar passam a fazer parte das relações de poder existentes entre homens e mulheres. E as mulheres passam a serem as detentoras do mistério da maternidade. Através da “histerização do corpo da mulher” (Foucault, 1976/2015a, p. 113), o corpo feminino é integrado ao saber médico, a partir de sua patologização. Por um lado, é imposto às mulheres o ideal da maternidade; por outro, as mulheres são colocadas como submetidas a uma “doença nervosa”. Inscritas nesse duplo registro, as mulheres passam a fazer parte do social.

Em *A era dos impérios*, o historiador Eric Hobsbawm (2005) denomina “entrada das mulheres na história” o que ocorre ao longo da Era Vitoriana, como efeito da constituição de uma sociedade de massas. Ao mesmo tempo em que havia incentivos para que as mulheres não competissem com os homens na esfera profissional, o nascente capitalismo incentivava seu trabalho, por serem mão de obra barata e facilmente intimidada. É durante o período de industrialização que ocorre a masculinização dos negócios. Se, no período pré-industrial, era incomum, mas respeitável, mulheres que comandavam seus próprios negócios, com a industrialização, as mulheres que tomam a frente eram vistas como aberrações, exceto nas camadas mais pobres, onde essa posição era aceitável. Esta exclusão também se estende ao campo político. Na sociedade pré-

industrial, as mulheres desempenhavam um papel político nos movimentos sociais; com a masculinização da política, as mulheres perdem sua influência nessa esfera.

O avanço das tecnologias desloca as pequenas indústrias domésticas para as grandes manufaturas, levando as mulheres a trabalharem longe de casa. Com maiores investimentos na educação primária, que começa a ser vista como de primeira necessidade, aumentam as possibilidades de uma carreira no magistério. Uma vez que os homens não poderiam ser submetidos à tentação de darem aulas a meninas – que passam a ter uma presença significativa nas escolas –, as mulheres ocupam esse lugar, pois podem dar aulas aos meninos. Essa é uma situação interessante, pois, mesmo que ainda desvalorizadas socialmente, as mulheres são vistas como as únicas capazes de ensinar os futuros homens, o que aponta novamente para o lugar da maternidade na cultura, ao mesmo tempo em que confere às mulheres um lugar social distinto: o de professoras.

Nas últimas décadas do século XIX, as transformações nas oportunidades para as mulheres são visíveis e coincidem com o início das primeiras manifestações sufragistas, principalmente na Inglaterra e nos EUA. “Em países como a Inglaterra, onde o sufrágismo tornou-se um fenômeno significativo, deu a medida da força política do feminismo organizado, mas ao fazer isso revelou sua principal limitação, um apelo restrito principalmente à classe média” (Hobsbawm, 2005, p. 284). Assim, por mais que o movimento sufragista tenha ganhado espaço em uma esquerda democrática, ele não atendia às demandas das mulheres das camadas operárias.

Na década de 1880, há uma grande revolução na emancipação feminina. Em parte, isso ocorre devido aos valores burgueses da época, em uma democracia que havia avançado nos últimos anos, proporcionando também maiores oportunidades para as mulheres – quisesse o patriarcado ou não. Por outro lado, também as famílias de classe média não tinham condições de sustentar suas filhas que não casavam e mantinham-se ociosas. Era desejável para as famílias que essas mulheres estudassem e buscassem sua independência.

Enquanto os movimentos socialistas e as maiores oportunidades de emprego aumentam junto com a democracia, as mulheres tornam-se o maior alvo do mercado capitalista. Com muitos produtos voltados somente a elas, seu *status* social não se altera, mas há uma gama nova de serviços prestados por mulheres para mulheres. Outro setor que teve aumento significativo, principalmente a partir de 1914, foram as escolas para meninas, além de um grande número de mulheres nas universidades. Em 1908, foi nomeada a

primeira mulher professora universitária na Alemanha, na Academia Comercial de Mannheim.

Essas modificações no mercado de trabalho provocam transformações nas dinâmicas sociais e, assim, as mulheres passam também a ter maior liberdade dentro das convenções e valores sociais, principalmente nas suas relações com os homens. O vestuário, que sofre uma grande mudança – como vemos com Coco Chanel –, abandona os corpetes e assume um novo modelo de sutiã, a partir de 1910, possibilitando uma maior liberdade de movimento ao corpo feminino, aliado a um novo interesse pelos esportes, que se modifica tanto para homens quanto para mulheres. De uma certa maneira, isso afeta a liberdade sexual feminina. Paradoxalmente, as mulheres emancipadas, ligadas aos movimentos progressistas, sentiam-se impelidas a cederem seus corpos, sob o risco de serem interpretadas como antiquadas. O progresso parecia também aprisionar seus corpos, mesmo que de outras maneiras. Novamente, a sexualidade feminina é motivo de desvalorização das mulheres, pois sua sensualidade era vista como de fundo irracional.

Os pequenos grupos feministas que existiam eram compostos majoritariamente por mulheres de classe média, burguesas. E é notório que essas mulheres só participavam desses grupos porque delegavam suas tarefas domésticas a empregadas. Toda a discussão existente nos movimentos sociais era muito mais ligada a uma ideia de liberdade e emancipação geral do que especialmente feminina. O feminismo, que lutava por direitos igualitários entre homens e mulheres, tanto na esfera econômica quanto na política, encontrava resistência em muitas mulheres, que ocupavam um lugar dentro de um sistema, o lugar do privado. As progressistas apontavam esse isolamento das mulheres como uma inferiorização de sua posição na sociedade – o que não deixava de ser verdade –, mas também havia conquistas dentro dessa esfera:

Por exemplo, elas eram as perpetuadoras e formadoras da língua, da cultura e dos valores sociais, as essenciais forjadoras da “opinião pública”, as iniciadoras reconhecidas de certas espécies de ação pública (como a defesa da “economia moral”), e, não menos, elas eram as pessoas que não só haviam aprendido a manipular seus homens mas também, em alguns assuntos e em algumas situações, *esperava-se* que eles cedessem a elas (Hobsbawm, 2005, p. 294 [grifo do autor]).

Por isso, o feminismo era mais acolhido nos movimentos socialistas, que se interessavam pela ideia da emancipação social geral. As mulheres encontravam-se entre duas possibilidades de escolha para situar-se na sociedade: o socialismo e a igreja, que apresentava um público cada vez mais feminino e que começava com intensidade o culto à

Virgem Maria, no catolicismo. Embora a igreja defendesse certas exigências das mulheres aos homens, contrariamente ao socialismo, ela incentivava a aceitação da subordinação feminina.

Com todas essas dificuldades que incidiam sobre o feminismo, ficava mais fácil para as mulheres buscarem o reconhecimento público através de suas habilidades e aptidões. No entanto, este caminho só era possível para mulheres com habilidades muito especiais. Na sua maioria, essas habilidades restringiam-se a profissões tidas como femininas, como o teatro, a literatura e a educação. Além disso, a política socialista também começava a ceder espaço para as mulheres. Essa emancipação feminina, que veio através das habilidades, tem como expoentes Bertha von Suttner, a austríaca, escritora e pacifista, que ganhou o prêmio Nobel da Paz em 1905, e Marie Sklodwska-Curie, a química polonesa ganhadora de dois prêmios Nobel de Ciências, em 1903 e 1911. Porém, não eram essas mulheres, brilhantes, que participavam dos movimentos feministas – embora não necessariamente se opunham a eles. As mulheres engajadas nas lutas sociais focavam somente na política, até porque perceberam que teriam que se afirmar dentro dos próprios movimentos sociais, que se dividiam entre progressistas e da massa operária, o último composto majoritariamente por homens que tinham atitudes conservadoras em relação às mulheres. O feminismo lutava para ser reconhecido como movimento dentro do próprio movimento socialista. Exceto na Inglaterra e nos EUA, onde havia um movimento mais intenso pelo sufrágio feminino, as mulheres pouco tinham força política nas causas em que participavam.

O aumento da liberdade sexual era ainda mais difícil de debater e trazia perseguições inclusive para as mulheres que lutavam por questões ligadas ao controle de natalidade. Ainda assim, algumas figuras que pregavam o “amor livre”, como Oscar Wilde e Havelock Ellis, rondavam os debates socialistas, encontrando resistências. Com estes debates sobre a liberação sexual, começou-se a pensar como se daria o futuro da sociedade, em que se conciliaria a entrada das mulheres no mercado de trabalho com a maternidade – debates ainda presentes na atual sociedade. O que acontecia é que a maioria das mulheres que optava por uma carreira profissional acabava optando também por abrir mão do casamento ou da maternidade: “Não poderia a emancipação feminina implicar a substituição da família nuclear existente por algum outro agrupamento humano?” (Hobsbawm, 2005, p. 302).

Viena, final do século XIX: uma cidade conhecida por sua elegância e bons costumes. A burguesia ostentava suas fortunas como meio de igualar-se à aristocracia. Com um aumento populacional importante entre 1880 e 1910, boa parte da população vem do interior em busca de emprego – inclusive, mulheres. Como essa expectativa não se satisfaz, muitas mulheres se encaminham para a prostituição. Outras mulheres buscam trabalhar como criadas e formam “uma das categorias sociais mais maltratadas” (Bertin, 1990, p. 44). Destas mulheres que buscam profissões, 85% são operárias. Há uma grande reviravolta nas leis trabalhistas industriais entre 1879 e 1893, mas as mulheres trabalhavam, em sua maioria, em oficinas têxteis, onde recebiam salários miseráveis. Em 1893, ocorre a primeira greve de mulheres em uma manufatura têxtil. Reivindicavam a redução da jornada e melhores condições de trabalho. “Porém, em sua maioria, elas aceitam ser maltratadas porque não têm escolha e porque o passado as leva a crer que nunca terão” (Bertin, 1990, p. 45).

Em Viena, diferentemente de outros lugares, as mulheres não continuam a ocupar, no período entre guerras, as vagas de trabalho deixadas pelos homens durante a guerra. O desemprego se alastra por toda a população. Algumas mulheres, que haviam se dedicado ao cuidado de feridos durante a Primeira Guerra, passam a cuidar de crianças que foram deixadas à miséria. Em 1922, o serviço social passa a ter consultas a grávidas e a bebês. São os cuidados voltados à primeira infância. Esses serviços são reconhecidos pelos homens como uma intromissão na intimidade da família. São serviços que outorgam um lugar especial às mulheres e às crianças.

Com tantas questões sociais, os lugares de lazer aumentam em quantidade, como oportunidade de distração para a população. Nas famosas operetas vienenses, são contados clichês sobre as mulheres, que são descritas como frívolas e facilmente apaixonáveis. Todos riem, homens e mulheres. Na literatura, havia algumas escritoras importantes que retratavam a vida feminina. Entre elas, estavam algumas feministas, que militavam pelos direitos das mulheres mostrarem suas competências intelectuais, como Rosa Mayreder, Marianne Hainisch e Betty Paoli. Neste período, se as mulheres não eram prostitutas, operárias ou criadas, viviam no ócio e buscavam os três *K*: “*Kinder, Kirche, Küche* (crianças, igreja, cozinha), os três domínios reservados às vienenses, mais do que ao resto das mulheres de cultura germânica” (Bertin, 1990, p. 57). Para as meninas da burguesia, outro papel é imposto, também difícil de romper:

É evidente que devem, antes de mais nada, aprender a aceitar os costumes, estar prontas para preencher de boa vontade e com devoção as funções que os homens lhes destinaram. A educação das moças ricas ou pobres obedece a essa lei, que as mães mais amorosas, mesmo tendo consciência de sua insatisfação em seu simples papel de esposa e intendente, nada farão para transgredir (Bertin, 1990, p. 111).

As mulheres condensam seus sintomas e os da cultura (Assoun, 1948/1993). São as históricas – como Bertha Pappenheim, a Anna O., dos *Estudos sobre a histeria* – que iniciam a jornada de Freud e da psicanálise. São elas que, em busca de alívio para seus conflitos, fundam os primeiros pilares da técnica psicanalítica. Mas essas mulheres, convalascentes de suas dores, já buscavam dizer algo a mais, algo além desta feminilidade domesticada: gritavam em nome de seus desejos. É na análise dessas mulheres, que não se adaptavam ao lugar que a sociedade burguesa as colocava, que se estrutura a clínica psicanalítica. O que Freud tem a dizer sobre as mulheres foi pensado a partir do sintoma. “Ao enigma do inconsciente, a mulher dava corpo” (Assoun, 1948/1993, p. 20).

“Apoiada desde seu nascimento em tal concepção da sexualidade, a psicanálise foi portanto ao mesmo tempo o sintoma de um mal-estar da sociedade burguesa, presa das variações da figura do pai, e o remédio para esse mal-estar” (Roudinesco, 2012, p. 93). As mulheres também gozavam desta posição que, mesmo alienada – e qual não é? –, encarnava o desejo de ser responsável pela ordem e felicidade de uma família. De acordo com Kehl (1998), esse lugar ocupado pelas mulheres foi tão imposto quanto desejado. O que acontece é que, com uma maior apresentação de outros meios de realização, para além do lar e da maternidade, esse ideal feminino passa a ser modificado, sofre transformações. Podemos dizer que o conflito histórico é um conflito altamente social: elas queriam mais. Para além da histeria, a própria feminilidade é atravessada por uma participação sócio-política (Assoun, 1948/1993).

É preciso ter sempre presente em que terreno Freud escrevia sua teoria. A psicanálise tem uma data de origem, que não pode ser negada: a época vitoriana, as mulheres sofrendo com a “moral sexual civilizada” da burguesia e, posteriormente, com a guerra. Marcas históricas que deixaram seus traços nos pensadores da época. Tendo este contexto cultural em vista, seguimos o trajeto percorrido por Freud na construção de sua teoria sobre a sexualidade feminina. Trabalhamos com a hipótese de que os textos freudianos sobre a feminilidade se organizam em torno de três temáticas: a inveja do pênis, o masoquismo feminino e a constituição pré-edípica. É em torno desses eixos que analisaremos a obra de Freud.

2.1 A inveja do pênis como dispositivo de inscrição do feminino no discurso masculino

A inveja do pênis, central na teoria freudiana sobre a sexualidade feminina, será pensada a partir de alguns textos, nos quais Freud debruça-se em construir esse conceito. São eles: *Sobre as teorias sexuais infantis*, de 1908, *A cabeça de Medusa*, de 1922, *A organização genital infantil*, de 1923, *A dissolução do complexo de Édipo*, de 1924, *Algumas consequências psíquicas das distinções anatômicas entre os sexos*, de 1925 e *Análise terminável e interminável*, de 1937.

Sobre as teorias sexuais infantis foi escrito à luz do material clínico de *Análise de uma fobia em um menino de cinco anos* (O pequeno Hans), embora tenha sido publicado alguns meses antes de sua publicação, em 1908. Desde *Três ensaios para uma teoria da sexualidade* (1905), Freud vem afirmando a existência da sexualidade infantil e atribui a dificuldade de encontrar material sobre esse assunto ao fato de os adultos ainda resistirem a acreditarem em sua hipótese. De fato, falar sobre a sexualidade infantil no contexto cultural que delineamos anteriormente foi algo subversivo. Podemos nos questionar se ainda hoje não possuímos essas mesmas resistências.

Ainda assim, Freud (1908/1996) afirma que o aparecimento da sexualidade na criança vai depender de duas influências: por um lado, as pressões da educação – podemos dizer, da cultura – e, por outro, o que Freud chama de “variável intensidade do instinto”¹ (p. 191). Freud não divide em fases o desenvolvimento infantil e fala sobre curiosidades sexuais que aparecerão, mais cedo ou mais tarde, em qualquer criança.

“Em consequência de circunstâncias desfavoráveis de natureza interna e externa, as observações que se seguem aplicam-se principalmente ao desenvolvimento sexual de apenas um sexo – isto é, o masculino” (Freud, 1908/1996, p. 192). Quais seriam essas circunstâncias desfavoráveis? Freud, aqui, embora muito antes de sua proposição sobre as diferenças entre o complexo de Édipo masculino e feminino, já pressupõe que suas observações são parciais e que não se aplicam a ambos os sexos. Essa questão é deixada em aberto, mas podemos nos perguntar quais seriam essas circunstâncias internas e externas. Freud estaria falando de dificuldades de uma cultura que não permitiria a

¹ Nesse trabalho, o termo “instinto” só será usado em citações literais, a partir da tradução da Imago. Segundo o *Vocabulário da psicanálise* (Laplanche & Pontalis, 1992), a melhor tradução do termo *Trieb*, usado por Freud no original em alemão, seria pulsão, por “pôr em evidência o sentido de impulsão” (p. 395).

expressão da curiosidade da menina? As circunstâncias internas referem-se a questões da menina ou do próprio Freud? Não obteremos estas respostas.

Se pudéssemos despojar-nos de nossa exigência corpórea e observar as coisas da terra com uma nova perspectiva, como seres puramente pensantes, de outro planeta por exemplo, talvez nada despertasse tanto nossa atenção como o fato da existência de dois sexos entre os seres humanos que, embora tão semelhantes em outros aspectos, assinalam suas diferenças com sinais externos muito óbvios (1908/1996, p. 193).

Há diferenças. Há diferenças nos corpos, talvez não tanto nos seres pensantes. Mas essas diferenças não são óbvias para as crianças. Acostumadas que estão, desde seu nascimento, com as performances de seus pais, imaginam ser algo natural, indiscutível, a existência dessas diferenças entre homens e mulheres, e não é esse fato que desperta sua curiosidade sexual. É somente mais tarde, com a vinda de um irmão ou uma irmã, ou com o contato com outras crianças do sexo oposto, que as crianças passarão a ter interesse pelas questões sexuais.

“De onde veio este bebê intrometido?” (Freud, 1908/1996, p. 194). É essa pergunta inicial, que logo se transmuta para a temida *De onde vem os bebês?*, que dará início às investigações do pequeno pesquisador. Instigado por sua questão de pesquisa, perguntará diretamente para seus pais, se não intimidado. Recebendo respostas evasivas, como normalmente acontece, a curiosidade da criança não irá se satisfazer. Será necessária uma investigação mais profunda para chegar à solução de sua questão. O que acontece, para Freud, é que a criança não consegue acreditar no que os adultos lhe dizem, mas é reconfortante acomodar-se nestas respostas. Assim, o primeiro conflito infantil instaura-se e a criança passa a fazer uma dissociação psíquica: uma parte de seu psiquismo acredita nas teorias contadas, mas outra, inconsciente, permanece insatisfeita e amplia sua investigação. Temos, aqui, o núcleo de um complexo neurótico, onde duas forças atuam em oposição.

Assim, o pequeno ser passa a criar teorias para tentar responder suas questões. A primeira delas é imaginar que todos possuem pênis, inclusive as mulheres. Lembrando: essa teoria é baseada na escuta de meninos adultos. O alto valor que o menino dá ao seu pênis faz com que não consiga imaginar um ser sem um. Quando, eventualmente, depara-se com uma irmã ou outra menina e vê seu genital, “[...] seu preconceito já é suficientemente forte para ‘falsear uma percepção’” (Freud, 1908/1996, p. 196). Ele imagina que o genital da menina ainda irá crescer. Tendo prazer na manipulação de seu

órgão, o menino pode ser flagrado por algum adulto, que tenderá a fazer ameaças de que a criança perderá seu pênis. O efeito dessa ameaça de castração é proporcional ao valor que o menino dá ao seu órgão. É neste texto a primeira aparição do termo ‘complexo de castração’, mas esse conceito ainda não tem valor de organizador da teoria, como virá a ter.

Freud, nesse trabalho de 1908, faz alguns apontamentos sobre a homossexualidade, mas não são restritos a ela. Os genitais femininos trariam a carga afetiva dessa ameaça de castração, sendo vistos como mutilados e trazendo o horror na sua visão. O horror ao feminino, muitas vezes expressado através de atos violentos contra as mulheres, também pode passar por este momento afetivo de ameaça.

Segundo Freud, é comprovado pela fisiologia e pela anatomia que o clitóris comporta-se na infância como um pequeno pênis, e é estimulado assim pela menina, que possui um comportamento chamado de masculino. Assim, com a chegada da puberdade, para que a menina possa atingir a feminilidade – ainda não chamada dessa forma por Freud –, ela precisa abandonar esse comportamento, através de uma alta dose de recalque². Freud presume que na infância meninos e meninas tenham o mesmo comportamento, mas percebe que, para que objetivos diferentes sejam atingidos – a masculinidade e a feminilidade –, a puberdade será vivida de uma forma diferente e o recalque é quem opera essa diferença.

Como a função sexual de muitas mulheres apresenta-se reduzida, seja por seu obstinado apego a essa excitabilidade do clitóris, de modo a permanecerem anestesiadas durante o coito, seja por uma repressão tão excessiva que seu funcionamento é em parte substituído por formações compensatórias históricas – tudo isso parece mostrar que existe uma dose de verdade na teoria sexual infantil de que as mulheres possuem, como os homens, um pênis (Freud, 1908/1996, p. 197).

É importante lembrar que neste período havia muita discussão na área médica sobre a frigidez das mulheres. A frigidez era vista como algo da natureza feminina. Fazendo esta colocação, Freud propõe que a frigidez seria decorrente de uma feminilidade reprimida. Se na teoria infantil as mulheres possuem também um pênis e um comportamento masculino para com o seu clitóris, a masculinidade seria o modelo? Freud pontua que as meninas também acreditam possuírem um pênis, porém menor, o que as

² Nesse trabalho, o termo “repressão” só será usado em citações literais, a partir da tradução da Imago. Segundo o *Dicionário de psicanálise* (Roudinesco & Plon, 1998), a melhor tradução do termo *Verdrängung*, usado por Freud no original em alemão, seria recalque, pois repressão remeteria a um processo consciente. Porém, quando acreditamos ter um sentido sócio-político, manteremos o vocábulo *repressão*.

deixa sentindo-se prejudicadas, como no ato de urinar. O que podemos deduzir é que a menina não pensa ter um pênis, porém, retroativamente, ao se depararem com o pênis de um menino, percebem que não o tem.

Seguindo as pistas que encontram em sua investigação, quando as crianças (meninos) chegam ao ponto de descobrirem a existência da vagina, com sua cavidade, recuam perplexas, pois essa constatação não é compatível com sua hipótese de que todos possuem um pênis. Nesse momento, as pesquisas paralisam-se diante desse incontornável obstáculo. E é a partir desse momento que a segunda teoria pode ser pensada: os bebês precisam sair da barriga da mãe por algum lugar, que só pode ser o ânus, assim como na eliminação dos excrementos: “[...] sendo assim [...], era apenas lógico que a criança negasse às mulheres o doloroso privilégio de dar à luz bebês” (Freud, 1908/1996, p. 199). A partir dessa lógica, a criança imagina que tanto homens quanto mulheres podem gerar bebês, e isso poderia ocorrer com qualquer menino, “[...] sem que por isso tenhamos de lhe atribuir inclinações femininas” (p. 199). O desejo de ter filhos não passa necessariamente por tendências femininas.

A terceira teoria infantil aparece quando a criança acaba por presenciar, mesmo que parcialmente, uma relação sexual. Cria a hipótese de que o coito seria um ato violento e sádico, do mais forte com o mais fraco. Nesse caso, o mais forte seria o homem e o mais fraco, a mulher. Freud brinca, dizendo que as crianças descobrem a “batalha dos sexos” (Freud, 1908/1996, p. 200). A fantasia é de que a mãe está defendendo-se de algum ato de violência. Incidentalmente, pode-se questionar o quanto essa fantasia teria relevância na explicação de uma frigidez nas mulheres.

Obviamente, existem outras teorias infantis. Por exemplo, a ideia, exclusivamente feminina, de que os bebês podem ser gerados por via oral, através do beijo. Freud atribui essa exclusividade à grande censura que a curiosidade das meninas sofre, sendo esta uma via de escape que encontram para suas questões.

O que está escrito nas páginas desse trabalho é de que forma as crianças, através das experiências de seus próprios corpos, vão criando teorias para tentar entender tanto questões sexuais – de que forma surgem os bebês, o que diferencia meninos e meninas – quanto as regras sociais que organizam as relações entre os sexos. Através da observação do comportamento de seus pais, passam a criar hipóteses sobre a batalha dos sexos, além de experienciar até onde pode ir sua curiosidade. A censura do interesse sexual vai dando contorno às investigações, permitindo maiores ou menores avanços, delineando a

personalidade da criança. Freud admite que as meninas sofrem uma maior repressão e isso tem seus efeitos tanto no prazer que não podem sentir nas futuras relações sexuais quanto na própria produção intelectual e criativa. Com uma curiosidade tão fortemente reprimida, o aprendizado é quem sofre as consequências. Embora as observações sejam restritas a casos masculinos, o feminino está colocado a todo tempo como contraponto, como outra possibilidade, com diferenças que irão se delineando com cada vez maior intensidade.

No pequeno texto *A cabeça de Medusa*, escrito em 1922 e publicado em 1940, Freud relaciona a decapitação de Medusa com a castração. A visão tão horripilante do órgão genital feminino – provavelmente, o materno – é substituída pelas serpentes na cabeça e, por conseguinte, as serpentes representam o pênis que falta ao órgão. O que é enfatizado é a visão de algo que remete ao terror da castração. As serpentes, que substituem os cabelos de Medusa nas estátuas, embora sejam figuras terríficas, estão ali substituindo o pênis faltante. O horror não está na visão das serpentes e, sim, na ausência que elas disfarçam.

Segundo Freud (1922/1996), a multiplicação de símbolos fálicos remete à falta deles, isto é, à castração. A mulher – e aqui falamos da Mãe, com letra maiúscula, uma mãe falicamente mítica –, revestida de pênis, aterroriza e petrifica seu observador por ser apenas isso: um revestimento, uma máscara. Essa Mãe, tão poderosa – e poder remete ao falo –, petrifica seu filho ao mostrar sua falta, sua porção indizível e perturbadora. Ao se deparar com a Medusa, o sujeito paralisa-se e fica rígido como um pênis ereto. É essa a origem do complexo de castração. A petrificação é a reação de seu espectador que se coloca ereto frente à falta do outro-Mãe: ‘eu tenho o que você não tem’.

É a deusa Atena quem usa como disfarce as vestes da Medusa, tornando-se assim uma mulher “inabordável” (Freud, 1922/1996, p. 289), por apresentar-se como os órgãos genitais maternos. Dessa forma, consegue afastar seus inimigos. Mostrar os órgãos genitais femininos – como símbolos da incompletude – tem poder. A potência encontrada no órgão símbolo da feminilidade está em afastar, repelir. É uma potência de defesa.

O órgão masculino também tem sua potência defensiva; não é da ordem do afastamento, mas, sim, do desafio. Enquanto o órgão feminino causa horror no outro, o órgão masculino é sinal de bravura: “mostrar o pênis (ou qualquer de seus sucedâneos) é dizer: ‘Não tenho medo de você. Desafio-o. Tenho um pênis’” (Freud, 1922/1996, p. 290). A potência do feminino está no inominável, indomesticável e, logo, aterrorizador. O desafio proposto pela feminilidade está na sua impossível decifração.

No trabalho *A organização genital infantil*, escrito em 1923, Freud permite-se pensar como se daria a transformação na organização pulsional, na passagem da infância para a puberdade. Também nesse trabalho, assim como em *Sobre as teorias sexuais infantis*, Freud diz não basear-se em observações sobre meninas.

Existe uma diferença entre uma organização pulsional na infância e no período púbere. Na infância, tem início a transformação das pulsões parciais em totais, mas é somente na puberdade que a unificação pulsional se efetuará sob o signo da primazia genital. É no final da puberdade que encontraremos o acabamento desse processo: a primazia genital subordinada à reprodução. Isso não significa que a criança não tenha interesse por seus órgãos genitais. A diferença do adulto para a criança é que essa acredita na existência de um único sexo, o masculino.

“A força impulsiva que essa porção masculina do corpo desenvolverá posteriormente na puberdade, expressa-se nesse período da vida sobretudo como premência a investigar, como curiosidade sexual” (Freud, 1923/1996, p. 158). A atividade, característica da masculinidade, característica dessa força impulsiva é o motor da curiosidade sexual. Daí podemos entender a força do recalque nas meninas, pois é preciso fazer essa mudança, vinda do seu comportamento masculino para com seu genital, da atividade para a passividade.

No início, era o pênis. Meninos e meninas compartilham a crença de que todos o possuem. Isto já é enfaticamente colocado no texto anterior, onde são explicadas as teorias sexuais que as crianças criam. Mas tem um ponto que é realçado neste trabalho. Freud fala em recusa³, quando a criança depara-se pela primeira vez com o órgão genital feminino. Essa recusa é mantida até um ponto em que a criança chega a uma nova conclusão: de que o pênis estivera antes lá, mas que fora cortado, por punição. Em uma nota, é descrito como

3 Em nota do editor inglês, nos é informado que, a partir deste texto, o conceito “recusa” terá cada vez mais importância para Freud. Ainda aqui o termo utilizado em alemão é *leugnen*, e só posteriormente será acrescentado o prefixo *ver*, de *Verleugnen*. É em 1927, no trabalho sobre o fetichismo, que Freud enfatiza a diferença entre recalque (*Verdrängung*) e recusa (*Verleugnung*). De qualquer forma, o termo invariavelmente aparece referindo-se ao desconhecimento ativo (defensivo) da castração materna. Na edição da *Imago*, o termo utilizado é “rejeição”. Uma vez que essa palavra tem sido usada para traduzir o conceito *Verwerfung*, proposto por Freud (1894/1996) em seu primeiro trabalho sobre as neuropsicoses de defesa e que Lacan (1955-56/1985) sugere como o mecanismo constitutivo das psicoses, optamos por adotar, em consonância com a edição da Companhia das Letras, o termo “recusa” para traduzir *Verleugnen*.

esse medo de perder uma parte do corpo é narcísico e herança do momento em que o bebê perde o seio da mãe, entrega suas fezes a ela e, mais remotamente, sai de seu corpo⁴.

“Sabemos também em que grau a depreciação das mulheres, o horror a elas e a disposição ao homossexualismo derivam da convicção final de que as mulheres não possuem pênis” (Freud, 1923/1996, p. 160). A criança acredita que são apenas ‘pessoas desprezíveis’ do sexo feminino que perderam seu pênis por terem imperdoáveis impulsos. Assim, mulheres respeitáveis, como sua própria mãe, mantêm-se ainda no lugar de possuir um pênis. Ser mulher e não ter um pênis ainda não são sinônimos. Somente quando descoberto que só as mulheres podem dar à luz um bebê, que se chega à conclusão de que as mulheres não têm pênis. Troca-se um pênis por um filho. Mas o órgão genital feminino nunca é descoberto, na infância. No inconsciente, a vagina não é nomeada.

No estágio sádico-anal, não existe ainda o que é do feminino e o que é do masculino: a passividade e a atividade pulsional assumem outras formas. No estágio seguinte, na organização genital infantil, só existe a masculinidade. Ou se possui o órgão fálico ou se é castrado – a menina é um menino mutilado. É somente depois da genitalidade estar organizada na puberdade que existirá a diferença entre masculino e feminino. Ao masculino, a atividade fálica; ao feminino, a passividade castrada. A vagina é o lugar de abrigo do pênis e herança do útero. A vagina não é nomeada pelas crianças e, na puberdade – supondo a assunção da feminilidade pela jovem – sua função seria acolher o pênis, disso derivando seu prazer. Se, no início, tudo era pênis, no final, a vagina nada mais é do que um receptáculo para ele.

Em *A dissolução do complexo de Édipo*, de 1924, encontramos a primeira vez em que Freud enfatiza a diferença do curso edípico entre meninos e meninas. O complexo de Édipo é caracterizado por ser o fenômeno central na infância e podemos dizer que é o conceito central da própria teoria. Essa centralidade é tomada como certa, o que ainda resta em questionamentos é a dissolução deste complexo. A resposta tende a pesar sobre as frustrações amorosas sofridas pelas crianças, em sua falta de sucesso na tentativa de conquistar seu progenitor. Outra forma de encarar como se daria o fim da conflitiva é pela hereditariedade, ou seja, a transmissão de herança de geração a geração, instalando o sujeito em uma cadeia universal, filogenética. O complexo terminaria por ter sido

4 Freud reitera que não se chama de complexo de castração a essas perdas, pois o conceito castração, nesse momento de sua obra, refere-se somente ao órgão genital masculino (em *Inibição, sintoma e ansiedade*, o fundador da psicanálise mudará seu ponto de vista em relação a este ponto).

programado para tal: “[...] também procede que, mesmo no nascimento, o indivíduo está inteiramente destinado a morrer, e talvez sua disposição orgânica já possa conter a indicação daquilo que deve morrer” (Freud, 1924/1996, p. 194).

É retomado como se dá a fase fálica e a ameaça de castração, já discutido nos textos anteriores, ressaltando que, na maioria das vezes, são mulheres que fazem essa ameaça, mas seriam homens seus executores. E é essa ameaça que põe fim à organização fálica na criança. Outras situações também preparam a criança para esse momento: a retirada do seio e a exigência da entrega das fezes. Mas é somente a visão dos órgãos genitais femininos que causará esse efeito na criança, embora no início ela tente refutar essa ideia: “[...] com isso, a perda de seu próprio pênis fica imaginável e a ameaça de castração ganha seu efeito adiado” (Freud, 1924/1996, p. 195).

O complexo de Édipo possibilita que a criança se experimente nas posições ativa e passiva. Quando se identifica com seu pai, de forma masculina, deseja a mãe, quando se identifica com sua mãe, coloca-se como objeto de amor do pai. A partir da visão dos órgãos genitais femininos, a criança tem que abandonar essas duas maneiras de satisfação. Se mantém-se em posição ativa de rivalidade com o pai, perderá seu pênis, por punição. Mantendo-se passiva frente ao pai, perder o pênis torna-se pré-condição da posição feminina. Daí surge o conflito entre o investimento narcísico em seu órgão e o investimento de amor nos seus pais. A forma encontrada de solução desse conflito será o abandono do investimento libidinal nos pais e a transformação disso em identificação. É dessa proibição do incesto, introjetada via representação do pai, que surgirá o Supereu⁵, responsável por impedir que o Eu retorne a esse estado anterior. Nesse processo, assim como provavelmente em todo processo de identificação, os investimentos libidinais são sublimados, ou “inibidos em seu objetivo” (Freud, 1924/1996, p. 196) e transformados em ternura. Se, por um lado, esse processo protege o órgão genital da castração (frisa-se: no menino), ele também paralisa essa função, o que chamamos de período de latência.

Esse processo é mais complexo do que o recalque, embora em parte também seja isto. É uma destruição completa – demolição, sepultamento, segundo algumas opções de tradução – do complexo de Édipo, pela ameaça de castração: “[...] se o ego, na realidade, não conseguiu muito mais que uma *repressão* do complexo, este persiste em seu estado

5 Embora na edição da Imago os conceitos sejam traduzidos para Ego e Superego, optamos aqui pela tradução para Eu e Supereu, por entender que esses refletem melhor qual seria a ideia de Freud nesses conceitos. O *Vocabulário de psicanálise* (Laplanche & Pontalis, 1992) aponta como existentes duas possibilidades de tradução: Ego ou Eu, Superego ou Supereu.

inconsciente no id e manifestará mais tarde seu efeito patogênico” (Freud, 1924/1996, p. 197).

Quando Freud propõe-se a pensar este processo nas meninas, encontra um caminho cheio de lacunas: “[...] aqui a exigência feminista de direitos iguais para os sexos não nos leva muito longe, pois a distinção morfológica está fadada a encontrar expressão em diferenças do desenvolvimento psíquico” (Freud, 1924/1996, p. 197). É a diferença morfológica, anatômica, que justifica uma diferença entre os direitos, que eram as demandas feministas da época? Aqui vem a famosa paráfrase de Napoleão: “a anatomia é o destino” (Freud, 1924/1996, p. 197). Ao comparar seu pequeno clitóris com o pênis de um menino, a menina se sentiria injustificada e inferior (como sentiam-se as mulheres frente aos direitos dos homens?). A criança acreditaria que aquilo que possui entre as pernas, sua vagina, não é um órgão genital completo e, sim, um órgão mutilado, resultado de uma castração. Anatomia é destino, em uma cultura que não reconhece direitos iguais.

O que Freud aponta é que não há, dessa forma, um motivo tão forte para a criação do Supereu na menina. Esse vem somente de forças externas, isto é, com ameaças de perdas de amor. Diferentemente do menino, a menina não instala seu Supereu por um medo narcísico de perda do falo. O Supereu vem como proteção contra a perda de uma posição de amor. Ela não quer deixar de ser amada, desejada, por isso adapta-se às regras da civilização.

Embora Freud sustente, neste trabalho, que o Édipo feminino é muito mais simples do que o masculino, o fundador da psicanálise observa que as meninas não aceitam tão facilmente a falta de um pênis e transformam isto em uma equação simbólica: pênis – bebê. O desejo de possuir um pênis culminaria na fantasia de receber do pai um bebê como presente. As representações pênis e bebê seriam intensas e permutáveis, no inconsciente. Freud acredita que o pequeno pênis diminui as tendências sádicas nas mulheres, preparando-as para inibir suas pulsões em seus objetivos sexuais e estando mais prontas, assim, para seu papel social.

Mães não têm sexualidade. Mães não têm agressividade. Por medo de perder o amor do pai, a menina abandona sua posição fálica, partindo para a busca de um bebê. A civilização instaura na criança um desejo materno, livre de sexualidade, livre de agressividade. A própria equação simbólica descrita por Freud é uma equação cultural, de onde a menina parte e de onde ela tem que chegar para ter lugar na sociedade. Freud

termina afirmando que não deseja que este entendimento seja dado como o único possível. Deixou brechas para novas produções.

O texto *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos* foi escrito em 1925 e lido pela primeira vez no Congresso Internacional de Homburg, por Anna Freud. É o primeiro trabalho onde, de forma condensada, Freud explora o que será o início de seu pensamento sobre o psiquismo feminino. Até aqui, ainda havia o entendimento de que o complexo de Édipo masculino e feminino eram simétricos e invertidos. É através da influência de dois casos onde o foco era a relação da menina com sua mãe (*Um caso de paranoia que contraria a teoria psicanalítica da doença*, de 1915, e *Psicogênese de um caso de homossexualidade feminina*, de 1920), que Freud irá se debruçar sobre a sexualidade feminina. Aqui temos a integração de pequenas partes da teoria que já haviam sido lançadas em textos anteriores.

Logo no início, Freud levanta uma série de questões ainda em aberto sobre o período pré-edípico e edípico no menino. No entanto, sua questão seguinte é sobre a pré-história da conflitiva edípica nas meninas. Como acontece a mudança de objeto da mãe para o pai? O complexo de Édipo na menina se dá como uma formação secundária, posterior a essa história pré-edípica. Assim, toda a sua história libidinal apresenta-se de forma diferente do sexo masculino. Na menina, o início do estágio fálico se dá não através do prazer descoberto na masturbação, mas na comparação de seu clitóris com o pênis de algum menino que possa observar. Assim, a menina descobre seu órgão em conjunto com um sentimento de inferioridade.

Freud (1925a/1996) pontua que, a partir do momento em que o menino depara-se com o genital do sexo oposto, sua primeira reação é no sentido de recusar essa ideia. Daí em diante, duas reações podem se fixar: “[...] horror da criatura mutilada ou desprezo triunfante por ela” (p. 281). Já a menina não rejeita sua percepção: “[...] ela viu, sabe que não o tem e quer tê-lo” (p. 281). No sexo feminino, o interesse sexual não vem de uma curiosidade sobre a origem dos bebês. Essa questão não traz aflição. O que despertaria o interesse nas meninas são as diferenças anatômicas.

Frente a essas diferenças anatômicas, a inveja do pênis e o complexo de masculinidade são possíveis destinos do impacto causado na menina. O complexo de masculinidade é entendido como uma formação reativa em consequência da percepção da distinção anatômica. A menina passa a não aceitar o lugar da feminilidade. Ocorrem entraves no processo de aquisição do feminino: “[...] a esperança de algum dia obter um

pênis, apesar de tudo, e assim tornar-se semelhante a um homem, pode persistir até uma idade incrivelmente tardia e transformar-se em motivo para ações estranhas e doutra maneira inexplicáveis” (Freud, 1925a/1996, p. 281).

Podemos pensar que a inveja do pênis surge quando se assimila a visão do genital masculino como um ataque narcísico e, assim, o sentimento é de inferioridade. Nessa perspectiva, a menina se vê como sofrendo uma punição individual. Quando passa a entender a universalidade da castração, passa também a achar todo o grupo ao qual pertence inferior, partilhando do desprezo dos homens. Desta maneira, Freud também explica uma das características femininas: o ciúme. Embora exista em ambos os sexos, Freud acredita que nas mulheres o ciúme se intensifica por ser alimentado pela inveja do pênis, através de um deslocamento. A fantasia que contém uma criança sendo espancada, que também provém do sentimento de ciúmes, pode representar o clitóris da menina, sendo, assim, uma confissão de masturbação.

Outro destino da inveja do pênis é o ressentimento da menina com a mãe por ter sido mandada ao mundo “insuficientemente aparelhada” (Freud, 1925a/1996, p. 283), o que é considerado responsabilidade materna. A menina pode fantasiar que outra criança, aparelhada com um pênis, seria a preferida da mãe – fantasia essa plenamente justificada, em uma cultura falocêntrica. Assim, essa criança passará a fazer parte de suas fantasias masturbatórias de espancamento.

Embora acredite que tanto homens quanto mulheres possuem traços femininos e masculinos, Freud observa que a masturbação não é uma via de escape tão eficaz para as mulheres quanto é para os homens. Isso por que a masturbação clitoridiana é tomada como uma atividade masculina. Ela é incompatível com o caminho a ser percorrido para alcançar a feminilidade. A feminilidade parece ser esta posição a ser conquistada com renúncias do que seria masculino, ativo – em uma palavra, fálico. O feminino, desse modo, é uma fabricação social, ainda que Freud desconsidere essa possibilidade:

Análises do período fálico remoto ensinaram-me hoje que nas meninas, logo após os primeiros sinais de inveja do pênis, manifesta-se uma intensa corrente de sentimento contra a masturbação, a qual não pode ser atribuída exclusivamente à influência educacional daqueles encarregados da criança. Esse impulso é claramente um precursor da onda de repressão que, na puberdade, extinguirá grande quantidade da sexualidade masculina da menina, a fim de dar espaço ao desenvolvimento de sua feminilidade (Freud, 1925a/1996, p. 284).

Para Freud, é o sentimento de humilhação decorrente da constatação da inferioridade anatômica – por que a anatomia causaria humilhação? – que fará com que a

menina erga uma forte repressão contra a masturbação. É essa ferida narcísica, que a levará ao processo de feminilidade. O feminino tem seu início com a dor de ser incompleta. Assim, a menina dá um próximo passo na equação simbólica pênis-bebê. Abre mão de ter um pênis e passa a desejar um filho do pai. O pai passa a ser seu objeto de amor; a mãe, antes seu objeto de amor, passa a ser seu objeto de ciúmes: “[...] a menina transforma-se em uma pequena mulher” (p. 284). Como seu amor pelo pai não é correspondido, pode acontecer de a menina dar lugar a uma identificação com este e, assim, retoma-se seu complexo de masculinidade.

Nos meninos, é o complexo de castração que dá fim ao complexo de Édipo, freando o ímpeto de sua masculinidade. Nas meninas, ocorre a situação inversa: é o complexo de castração que produz o complexo de Édipo. É a diferença entre uma castração ameaçada e outra consumada. O complexo de castração sempre opera no sentido de limitar a masculinidade e dar abertura à feminilidade. O feminino inicia, para meninos e meninas, com os limites ao masculino. Se não é a castração que põe fim ao complexo de Édipo nas meninas, então ele será dissolvido de forma gradativa, mediante um processo de recalque que virtualmente nunca o encerra. Assim, mesmo a feminilidade tendo nascido de uma renúncia, o que é “eticamente normal” (p. 286), é diferente entre homens e mulheres. Como o complexo de Édipo tende a manter-se vivo no psiquismo das mulheres, por não ter um fim abrupto como nos homens, no seu Supereu sempre resta algo de afetivo, algo que resiste à ordem fálica:

Os traços de caráter que críticos de todas as épocas erigiram contra as mulheres – que demonstram menor senso de justiça que os homens, que estão menos aptas a submeter-se às grandes exigências da vida, que são mais amiúde influenciadas em seus julgamentos por sentimentos de afeição ou hostilidade – todos eles seriam plenamente explicados pela modificação na formação de seu superego que acima inferimos (Freud, 1925a/1996, p. 286).

De qualquer forma, a feminilidade não é exclusividade das mulheres. Em todos resta aquilo de indomável, de não submetido à ordem e à razão.

Análise terminável e interminável, de 1937, foi um dos últimos textos publicados por Freud. Escrito em tom pessimista, trata dos limites da psicanálise como terapêutica. Tais limites são determinados pela pulsão de morte, sob a forma das mais importantes resistências à análise. O fundador da psicanálise aponta quais as possibilidades de um término de análise, já que seus efeitos continuam a atuar mesmo com o fim das sessões, além de sempre haver uma possibilidade de retorno dos conflitos, assim como à análise. Outro ponto debatido é sobre a importância da análise dos próprios analistas. Além disso

“[...] não devemos esquecer que o relacionamento analítico se baseia no amor à verdade – isto é, no reconhecimento da realidade – e que isso exclui qualquer tipo de impostura ou engano” (Freud, 1937/1996, p. 265). O que Freud parece expressar é o lugar da ética na psicanálise, uma prática que busca pela verdade do sujeito – sendo a realidade sempre singular.

No capítulo VIII, Freud debruça-se sobre a diferença entre os sexos e suas implicações na análise. Mulheres e homens inscrevem-se, de formas diferentes, frente a mesma questão: o complexo de castração. “Repúdio ao feminino” é como Freud chama a posição frente à castração. Enquanto as mulheres posicionam-se através da inveja do pênis – desejando possuir o falo –, os homens colocam-se em posição de repúdio à posição passiva frente ao/à analista.

Inveja do pênis e resistência à posição passiva são faces da mesma angústia, de se colocar incompleto diante de outro, mas possuem intensidades diferentes. A atitude passiva, nos homens, é recalcada, já que a masculinidade, neles, é egosintônica. Nas mulheres, durante a fase fálica, também a masculinidade é egosintônica e só mais tarde, através da força do recalque que incide nessa atividade fálica, é que a feminilidade surgirá. No entanto, se a masculinidade é egosintônica, por que o recalque possui tanta intensidade? Que força é esta que impele o homem ao repúdio à posição passiva e a mulher à inveja do pênis, dois modos de repúdio ao feminino? O que há de tão perigoso no feminino?

Esse repúdio à passividade, por estar fortemente ligado à castração, é uma das maiores fontes de resistência do homem em análise. É algo penoso colocar-se em posição de receber ajuda de outro. É penoso colocar-se na posição de ser faltante. A posição ao lado do falo é defendida, pois foi arduamente conquistada, já que ela não é dada somente através da existência do pênis. Nas mulheres, a resistência apresenta-se através da convicção de que ninguém tem algo – o falo – para oferecer-lhes. As mulheres esperam que, com a análise, possam obter o tão desejado e invejado atributo viril. Posicionam-se ao lado daqueles que não têm o falo, mas supõem que o outro o tem. Os homens temem perder; as mulheres exigem ganhar.

De qualquer forma, “[...] em ambos os casos foi a atitude própria ao sexo oposto que sucumbiu à repressão” (Freud, 1937/1996, p. 269). Citando um trabalho de Ferenczi, de 1927, no qual é sugerido que toda a análise deve ter o complexo do sexo oposto dominado, Freud crê que o autor está “pedindo muito” (p. 269). Não há o que seja mais

difícil de tratar do que o desejo de uma mulher pelo falo ou a resistência de um homem a perceber-se passivo frente a outro/a, situado em um lugar fálico. Freud acredita que, de alguma maneira, essas questões perpassam todas as resistências em análise. O repúdio ao feminino – como aquilo que denuncia a castração – está presente em todo o ser humano. A questão passa a ser: de que lado estás frente ao desamparo da castração? O impossível da psicanálise está em tratar o desamparo a partir de uma demanda de solução desse. A própria situação da análise, onde estamos sujeitos a um outro, recria a sensação de desamparo e, daí, uma necessidade de afirmação narcísica. Seja através de acreditar que o outro tem o que não se possui – inveja do pênis –, seja através da tentativa de confirmação de sua potência – não se colocando em passividade frente ao outro.

2.2 O masoquismo é feminino?

É através do estudo do masoquismo como conceito metapsicológico que o feminino aproxima-se da questão da morte. Trabalharemos esse conceito através de alguns textos: *O tema dos três escrínios*, de 1913, *Uma criança é espancada*, de 1919, e *O problema econômico do masoquismo*, de 1924.

Em *O tema dos três escrínios*, Freud (1913/1996) toma o texto de Shakespeare, *O mercador de Veneza*, que é baseado em uma história medieval, como ponto de partida para uma reflexão. Três pretendentes precisam escolher o cofre de metal mais valioso, com o intuito de conquistar a mão da donzela Portia, herdeira desse enigma criado por seu pai. O metal que se mostra o mais valioso é o chumbo e o cofre correspondente possui uma foto da donzela no seu interior. Logo, Freud interpreta que esses três cofres estão representando mulheres e suas características. O tema repete-se na história *O rei Lear*, na qual o rei escolhe entre três filhas quem herdará seu reino. “É no conteúdo humano que reside nosso interesse” (Freud, 1913/1996, p. 316): um homem escolhendo entre três mulheres. A terceira é a mais sublime, a melhor escolha. Essa terceira mulher – a escolha perfeita – distingue-se por sua beleza pálida e mudez.

Interpretando como efeito de um deslocamento, Freud sugere que essa terceira mulher, a escolhida, representa a própria Deusa da Morte, pois mudez e palidez são marcas da sua atividade. A representação da morte é uma figura feminina; calada, por que da morte e do feminino não há o que dizer. As tentativas de discurso são no sentido de dar borda àquilo que é inominável e indomável. Assim, feminilidade e morte são conceitos que

se remetem um ao outro. A partir da dedução, Freud entende que as outras mulheres representam as Deusas Horas, da mitologia grega, com transformações que sofreram ao longo da história: “[...] as Horas, assim, tornam-se as guardiãs da lei natural e da Ordem divina que fazem a mesma coisa reaparecer na Natureza numa sequência inalterável” (Freud, 1913/1996, p. 321). Tornam-se as Deusas do Destino.

E por que motivo alguém escolheria a Morte? Freud debruça-se sobre a questão dessa aceitação: “[...] algo no homem estava fadado a lutar contra esta sujeição, pois é apenas com extrema má vontade que ele abandona sua pretensão a uma posição excepcional” (Freud, 1913/1996, p. 322). A resposta para isso é que, via substituição e através de uma inversão de valores, a Deusa do Amor toma o lugar da Deusa da Morte: aquilo que é compulsório, que não deixa escolha, que é o destino inexorável – a Morte –, passa a estar sob a égide de um falso controle, uma ilusória possibilidade de escolha. Não escolhemos a Morte; somos destinados a ela. A partir desses exemplos da literatura, Freud aponta para outro lugar do feminino, que está no limite da representação: o lugar da Morte. Morte que toma o homem em seus braços, assim como o Amor, e o carrega para o destino inevitável. A Morte indesejada é representada pelo seu oposto; mulheres desejáveis. A morte e a compulsão se impõe. A literatura, que tenta dar contorno ao desamparo, faz uma torção, tornando a morte uma escolha, isto é, desejável. O imperativo da racionalidade faz com que o não-racional seja o outro lado; feminilidade é um desses nomes que se dá ao que escapa da racionalidade, no Ocidente moderno. É a partir deste ponto que Freud propõe uma equivalência entre feminilidade e morte?

Em *Uma criança é espancada*, Freud parte de relatos de pacientes sobre fantasias nas quais aparece uma criança sendo espancada. É a partir do discurso do sujeito que podemos chegar retroativamente à origem dessas fantasias. O que Freud (1919/1996) observou foi que essas fantasias se apresentam mais para o final dos cinco anos de idade: “[...] assim, pode muito bem ser que tenham um histórico anterior, que atravessem um processo de desenvolvimento, que representem um resíduo e não uma manifestação inicial” (p. 199). A análise dessas fantasias permite desdobrá-las em três tempos.

Sobre a primeira fase desta fantasia, Freud informa, explicitamente: não é nem masoquista e tampouco sádica, já que não é nem a própria criança quem é espancada e nem a que espanca. Dito de outro modo, a criança não conjuga a cena nem na voz ativa, nem na passiva. É um narrador-observador. Após uma certa indeterminação, logo se descobre que o outro ativo na cena é o pai da criança: ‘O meu pai está batendo em uma criança’.

Na próxima cena, a segunda fase da fantasia, quem passa a ser espancado é a própria criança. O significado tornou-se masoquista: ‘Estou sendo espancada pelo meu pai’. Essa fase nunca é lembrada em análise, permanece inconsciente, sendo inferida por Freud através da lógica, ou, melhor, através de uma construção.

A terceira fase assemelha-se à primeira, pois o adulto torna-se novamente indeterminado (como no início da narrativa da fantasia) e quem é espancado não é mais a criança que fantasia, mas outras crianças ocupam esse lugar. Aqui, o sujeito volta à posição de espectador da cena. O que é acrescentado a essa cena é que ela vem acompanhada de excitação sexual. Chega-se à explicação de que essas crianças são rivais e exigem o compartilhamento do amor dos pais. Através desses espancamentos, a criança diz: ‘O meu pai não ama essas crianças, ama apenas a mim’. Assim, o conteúdo da primeira fase é ressignificado: ‘O meu pai está espancando uma criança que eu odeio’. Aqui, a criança espancada é sempre do sexo masculino, mesmo se quem fantasia é uma menina.

Em sua interpretação dessa fantasia, Freud sustenta que chega um momento em que os afetos incestuosos da criança sucumbem ao recalque. É o sentimento de culpa o responsável pela mudança da ideia ‘meu pai só ama a mim’ para ‘seu pai não ama você, pois está batendo em você’. A defesa opera na própria pulsão, que sofre uma regressão para a fase anal. Assim, a fantasia seria a expressão do castigo pelo desejo incestuoso e, simultaneamente, a regressão do amor a uma organização pré-genital. A fantasia incestuosa torna-se fantasia masoquista.

A terceira cena da fantasia exige que se pense o segundo tempo, e este segundo tempo aponta para o masoquismo originário. Podemos inferir que, em todas as cenas, através do deslocamento, quem está sendo espancado é o próprio sujeito que fantasia e quem espanca é o pai. Assim, essa ação conjugada na voz passiva coloca a criança como objeto daquele a quem ela ama. Essa é a via incontornável da constituição do sujeito, esse momento em que ainda não se possui uma voz ativa e se é narrado pela voz do outro. Nesse sentido, a posição masoquista diante do pai, exposta na segunda fase da fantasia, mas dedutível também das outras duas, aponta na direção de um masoquismo erógeno, que consistiria em uma defesa contra o masoquismo originário, aquém do edípico. Se o segundo tempo é primordial, o masoquismo só pode ser originário. Se, na terceira fase da fantasia, as meninas fazem-se substituir por meninos, é porque, no pensamento freudiano, o enlace entre masoquismo e feminilidade é estreito, já que o aparecimento do menino na fantasia, aqui, funciona como defesa ao masoquismo originário – este, sim, enlaça-se com

o feminino. Porém, é só depois da publicação de *O problema econômico do masoquismo* que isso fará sentido.

Em *Além do princípio do prazer* (1920), Freud aponta para a possível existência de um masoquismo anterior ao sadismo – o que é uma grande mudança no que concerne ao par pulsional sadismo e masoquismo. No entanto, é em *O problema econômico do masoquismo*, que isso passa a ser uma afirmação. O masoquismo é um problema para a psicanálise, se tomamos como ponto central o princípio de prazer. Com o acréscimo da pulsão de morte na teoria, há a necessidade de ir além desse princípio. Assim, instaura-se um novo princípio, o princípio de Nirvana: “[...] o princípio de *Nirvana* expressa a tendência do instinto de morte; o princípio de *prazer* representa as exigências da libido, e a modificação do último princípio, o princípio de *realidade*, representa a influência do mundo externo” (Freud, 1924b/1996, p. 178).

Pode-se pensar em três formas diferentes de masoquismo: o feminino, o erógeno e o moral. O erógeno é aquele no qual um sujeito goza por meio da dor corporal infligida por outro. O moral é aquele em que um sujeito mete-se em situações humilhantes e é torturado por seu Supereu. E o feminino é aquele em que um sujeito castrado – e, portanto, passivo – coloca-se em uma posição de assujeitamento a um outro fálico – e, conseqüentemente, ativo. Podemos entender que, nessas três formas de masoquismo, aquele a quem o masoquista se assujeita, de quem ele é o objeto, é o pai, entendido aqui como um organizador da cultura, ou como quem incorpora essa função. Se, por um lado, essas três formas de masoquismo consistem em uma defesa contra o masoquismo originário, uma vez que decorrem de um processo de ligação libidinal, por outro, é significativo o enlace construído por Freud entre feminilidade e morte, enlace este que tem no conceito masoquismo feminino seu nome.

O masoquismo feminino, sendo ele um amálgama de pulsão de vida e pulsão de morte, envolve algo que está além do sexual, apontando para algo que nunca foi ligado. Ele está além do princípio de prazer. Essa possibilidade de gozar na posição castrada supõe uma posição frente à ordem fálica, mas supõe, também, um além dessa ordem. É um gozo residual. Há uma referência à ordem fálica, mas seu registro encontra-se para além dela.

O feminino posiciona-se do lado masoquista. Aqui, há uma aproximação entre vida infantil e feminilidade. Ser castrado e passivo coloca o sujeito em uma posição masoquista, ou seja, assujeitada ao outro. Nessa perspectiva, para as mulheres a adultez torna-se um objetivo impossível: se seu destino é aceitar sua posição passiva na sociedade

e se essa posição é tomada como infantil, às mulheres não resta alternativa (senão o complexo de masculinidade) para adentrar na vida adulta. Novamente, aqui, lembramos o contexto histórico de Viena: a emancipação ainda era uma via pouco possibilitada para as mulheres.

Do que Freud trata não é do lugar relegado às mulheres na cultura? As mulheres são lidas como enigma a partir de uma visão masculina, que as toma como objeto, nessa estrutura social. O indecifrável é o que é estranho a si próprio, a alteridade radical. As mulheres, portadoras da castração consumada – que é o próprio registro da morte –, aterrorizam os homens com sua imagem incompleta. Lida-se com isso colocando-as no papel de objeto, decifrável e limitado. Assim, o feminino torna-se moldura para o desamparo, por consistir, como duplo do homem, em um “sinistro mensageiro da morte”. Aliás, Freud em *O estranho* (Freud, 1919/1996), constata o estranho sentimento de alguns homens neuróticos na presença dos órgãos genitais femininos, visto aqui como um lugar familiarmente assustador. Pensar a morte só pode ser um exercício lógico, com contornos de uma ordem lógica, não é do empírico. O masoquismo é feminino? Ou nomeá-lo assim é tentar circunscrever no outro aquilo de incessante e não inscrito em todos os sujeitos?

2.3 O primeiro amor da menina é a mãe

No artigo *Sexualidade feminina*, de 1931, e na conferência *Feminilidade*, de 1933, Freud detém-se a explorar, com mais profundidade, algumas questões lançadas em *Algumas consequências psíquicas das diferenças anatômicas entre os sexos*, de 1925. Como a menina efetua a mudança de objeto da mãe para o pai? Esse é o ponto de partida do trabalho de 1931. A ligação com a mãe é intensa e apaixonada. Este período pré-edípico não pode ser desconsiderado em sua importância. Na sequência desse primeiro período, a menina escolhe a mãe como seu objeto e toma o pai como rival, o que Freud chama de Édipo negativo. Esses períodos, além de longos, lançam sua herança sobre a relação posterior com o pai.

A bissexualidade, presente em ambos os sexos, acentua-se nas mulheres. Nelas, a sexualidade é em dois tempos: um primeiro, no qual seu clitóris é ativo – como o pênis na sexualidade masculina; e um segundo tempo, no qual a vagina é sua fonte de prazer, de forma passiva (ainda assim, o clitóris pode continuar a ser uma fonte de prazer, com uma atividade viril – o clitóris resiste!). É através dessa mudança da atividade para a

passividade que se dará o caminho para a feminilidade, a qual é voltada ao pai: “em outras palavras, à mudança em seu próprio sexo deve corresponder uma mudança no sexo do seu objeto” (Freud, 1931/1996), p. 237). A feminilidade só se dá com uma escolha heterossexual de objeto? Este parece ser um limite normativo da teoria freudiana: a menina, invariavelmente, escolhe o pai.

Para que a menina entre no complexo de Édipo, ela, primeiramente, reconhece a sua castração, sua “inferioridade” e a “superioridade do homem” (Freud, 1931/1996, p. 237). Mesmo assim, a menina se rebela contra essa natureza das coisas: “[...] a constituição não se adaptará à sua função sem uma luta” (Freud, 1931/1996, p. 117). Por esse motivo, ela possui três destinos possíveis: a renúncia à sexualidade, pela sua inconformidade com o clitóris; a esperança contínua de ter um pênis – esse é o complexo de masculinidade; e, no terceiro destino, encontra-se a verdadeira feminilidade, onde a menina abdica do pênis, em troca de um bebê, e escolhe como objeto o pai. Assim, para Freud, a única possibilidade de atividade feminina é a maternidade. Quando a menina depara-se com sua castração, ela não estende esta percepção para todas as mulheres. É somente com o tempo que entenderá que pertence a um grupo. É daí que decorre a feminilidade, acompanhada de uma desvalorização de todas as mulheres, inclusive da mãe. Junto da aquisição da feminilidade, vem sua depreciação.

A partir dessa desvalorização da mãe, a menina pode culpabilizá-la por ter tido o triste destino de nascer mulher. Assim, a menina conserva em si um rancor intenso de sua mãe, que só pode ser entendido devido à grande intensidade de sua relação anterior, colorida com a ambivalência característica da sexualidade infantil. O amor da menina à mãe não sucumbe, mas se transforma em ódio. Castrada e inexoravelmente destinada ao pai/marido, a feminilidade também é construída com a dor da perda do grande amor materno.

As primeiras experiências vividas com a mãe são passivas. A criança tem prazer com isso, mas também luta para transformá-las em experiências ativas. O afastamento da menina de sua mãe, que também se dá através das frustrações de seus investimentos ativos – além da descoberta da castração –, permite que a menina transforme sua atividade em passividade e, assim, possa voltar-se ao pai como objeto. Essa transformação da atividade para a passividade coexiste com o recalçamento da experiência pré-edípica da menina com a mãe. O desapontamento da menina com a mãe, no registro pré-edípico, é o que permite a passagem da relação da mãe para o pai. “[...] o caminho para o desenvolvimento da

feminilidade está agora aberto à menina, até onde não se acha restrito pelos remanescentes da ligação pré-edípica à mãe, ligação que superou” (Freud, 1931/1996, p. 247).

A ligação da mulher com seu pai (e com sua futura escolha de objeto) herda algo da relação da menina com sua mãe. Se o desejo pela mãe transmuta-se em ódio, a menina permanece ligada à mãe. E se o Édipo dito positivo tende a nunca ter um fim, é porque o Édipo negativo nunca termina. Freud discorre, nesses dois trabalhos, sobre quais motivos levam ao afastamento da menina de sua mãe. Mas quais são os motivos da permanência dessa ligação?

A menina, conhecedora da castração consumada, não sofre com a angústia de castração. No fim, é pelo medo da perda de amor que se afasta da conflituosa edípica. Por ter a possibilidade de regressão a esse tempo primordial com a mãe – nunca abandonado –, a menina, também, coloca-se em um registro aquém da ordem fálica; em outras palavras, fora do registro edípico. Essa porção da constituição psíquica não se enlaça ao falo, não se inscreve nessa ordem. Há submissão à ordem (fálica) e, ao mesmo tempo, possibilidade de escape a ela. Há sempre algo de residual, de gozo, na passividade. A possibilidade de alternância entre passividade e atividade – transformar em ativo aquilo que sofreu passivamente, sem nunca abandonar a possibilidade de retorno à posição passiva – é o que permite ao feminino essa inscrição no além do falo.

A única técnica que as mulheres propuseram à civilização foi a arte de trançar e tecer, que pode representar o emaranhado dos pelos pubianos que escondem o genital feminino. Trançar e tecer: técnicas do simbólico, de encobrir a falta, de dar borda ao vazio. Tecendo sentidos, subvertendo a ordem – na medida em que subverter remete a uma versão que vem do submundo –, a única contribuição feminina vela e desvela o desamparo humano. Guardiãs do lar enquanto seus homens vão à guerra, resistem e insistem na civilização.

Tanto no texto de 1931 quanto no de 1933, Freud dedica uma parte de seu trabalho a discutir trabalhos de autoras que se aprofundaram no tema. Isso será comentado na sequência desta dissertação, mas é interessante reconhecer o fato de que Freud não tinha essa prática como costume. Algo do seu próprio limite na abordagem da sexualidade feminina fez surgir essa necessidade no autor; necessidade, talvez, de buscar outras contribuições femininas para a civilização.

3 CONTINENTE OSCURO OU OCEANO DE CONTROVÉRSIAS?

3.1 Movimento pelo sufrágio feminino

Para melhor entendermos os processos culturais que influenciaram a transição da posição das mulheres no movimento psicanalítico é importante que retomemos um ponto crucial na história ocidental: o movimento pelo sufrágio feminino, que irrompe em 1865 e alcança seus primeiros objetivos no limiar dos anos 1920. Como nos coloca a teórica feminista Joan Scott (1990, p. 84): “[...] a história do pensamento feminista é uma história da recusa da construção hierárquica da relação entre masculino e feminino, em seus contextos específicos, e uma tentativa para reverter ou deslocar suas operações”. Compreender como se deram as relações entre masculino e feminino, entre homens e mulheres, neste período de 1865 à 1920, nos possibilita ter a dimensão da complexidade do contexto cultural deste momento histórico.

Em 1700, Mary Astell (*apud* Varikas, 2003), escritora feminista inglesa, escreve:

Se a soberania absoluta não é necessária dentro do Estado, por que é necessária dentro da família? [...] Se o poder arbitrário não é [...] um modo apropriado de governar seres racionais e livres, não deveria ser exercido em lugar algum. E ele não é menos perigoso, muito antes pelo contrário, na família do que no reino, pois 100 mil tiranos é muito pior que um só. [...] Se todos os homens nascerem livres, como se explica que todas as mulheres nasçam escravas? (Varikas, 2003, p. 190).

Astell, como aponta Varikas (2003), era um sintoma de sua época. Astell não era uma progressista na sua sociedade: ela expressava todas as transições pelas quais a cultura ocidental moderna estava passando, em que o nexos entre política e natureza começava a se desarticular. Para a escritora, a posição submissa de uma mulher ao homem, no seio de uma família, não é uma posição natural, é uma questão de Estado. Outro nome francês importante é o de Olympe de Gouges, pseudônimo de Marie Gouze, dramaturga feminista:

Verificando que o ideário revolucionário francês não contemplava as cidadãs francesas, Olympe de Gouge concebeu uma *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* (1791) – paráfrase da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (1789) –, em que expressa a absoluta igualdade legal e política entre os sexos (Abreu, 2002, p. 444).

O fim de Gouges foi o fim dos revolucionários: a guilhotina. Assim, mesmo com alguns questionamentos acerca do papel da mulher na política na época da Revolução Francesa, foi negada a cidadania às mulheres, por entenderem que seus afazeres

domésticos e cuidados com as crianças eram incompatíveis com os direitos políticos (Scott, 2005).

Tanto a Revolução ocorrida em 1776, em solo americano, responsável pela primeira constituição do mundo, quanto a Revolução Francesa de 1789, são responsáveis por mudanças no clima cultural, através do enfraquecimento da aristocracia e da Igreja Católica. Se, por um lado, o lema *liberdade, fraternidade e igualdade* alimentava uma ideia de irmandade na sociedade, por outro lado, ainda existiam grandes paradoxos, como a preservação da escravidão nos Estados Unidos e a submissão das mulheres. O fato de ser humano não era uma garantia de direitos: “[...] as mulheres foram **reconhecidas como mães e não como irmãs**” (Karawejczyk, 2013, p. 42 [grifo do autor]). Mesmo assim, alguns avanços incluíam as mulheres, como a possibilidade do divórcio consentido. Seguiram-se outras revoluções focais pela Europa, que reforçaram a perda de poder da aristocracia e o avanço do liberalismo. Logo, esse clima leva a um novo questionamento sobre o sufrágio universal. Em 1848, na França, a partir de uma Assembleia Nacional Constituinte, se decretou que o sufrágio seria universal, sem nenhuma condição de censo, mas isso ainda não significava que o voto se estendia às mulheres. A divisão por sexo tornou-se ainda mais evidente:

A partir dessa explícita *não inclusão* das mulheres – justificada pela sua diferença biológica – é que começou a surgir no mundo ocidental um movimento feminino em busca do reconhecimento de sua cidadania política e da igualdade de direitos, ou pelo menos, de uma equivalência de direitos em relação aos homens (Karawejczyk, 2013, p. 46 [grifo do autor]).

Na Inglaterra – o grande palco do movimento sufragista –, o questionamento dessa condição teve como marco o ato reformista de 1832, que expressava claramente que somente homens, *male person*, poderiam usufruir do direito ao voto. Como coloca Estelle Pankhurst (1931) – filha da líder do movimento sufragista, Emmeline Pankhurst –, mesmo já existindo um movimento pela emancipação feminina, desde os anos 1700, a possibilidade do voto das mulheres não foi levada em consideração. É com a candidatura ao parlamento de John Stuart Mill – conhecido por levantar a bandeira do movimento de emancipação das mulheres –, em 1865, que o ato de 1832 passa a ser problematizado. Não é preciso justificar por que um homem teve que ser o responsável por levar este debate ao âmbito político – certamente, não foi por falta de luta das mulheres, como nos mostram Astell e de Gouges.

Alguns dados históricos são importantes para entendermos o que deu início a este novo posicionamento das mulheres. Um deles era a taxa de natalidade e de mortalidade, que permaneciam mais equilibrados, sendo responsáveis por um aumento demográfico importante desde 1875. Assim, a mortalidade de seus bebês, devido a melhores condições de saúde, já não era uma questão que tomava tanto as mães, mas, mais importante ainda, foi o fato de que não se tinha tantos filhos como em alguns anos anteriores: “[...] o aumento do controle de natalidade indica, portanto, certa penetração de novas estruturas, valores e expectativas na esfera das mulheres trabalhadoras ocidentais” (Hobsbawm, 2015, p. 274). O historiador argumenta que o fato das mulheres não participarem da vida política no fim do século XIX também é um dado novo na história:

Na política popular da sociedade pré-industrial, que variava desde as pressões de opinião de uma aldeia, a tumultos em prol da antiga ‘economia moral’ e às revoluções e barricadas, as mulheres, pelo menos as pobres, não só tomaram parte, como, reconhecidamente, desempenharam um papel. Na Revolução Francesa, foram as mulheres de Paris que marcharam sobre Versalhes, a fim de expressar ao rei a exigência do povo de que fossem controlados os alimentos. Na era dos partidos e das eleições gerais, empurraram-nas para o segundo plano (Hobsbawm, 2015, p. 282).

Assim, torna-se mais fácil, historicamente, encontrar dados sobre os movimentos organizados pela emancipação feminina do que descrever como essas mudanças ocorreram em termos culturais. Isso porque somente a existência desses grupos já inspirava a resistência e o debate: “[...] as mulheres estavam à beira de uma vitória maciça na longa luta por direitos de cidadania, simbolizada pelo voto” (Hobsbawm, 2015, p. 304). Porém, as mulheres ainda sofriam com muitas desigualdades no salário que recebiam e nos seus direitos civis.

Somente em outubro de 1865, mais de 30 anos passados do ato reformista, que surge a sociedade pelo sufrágio feminino em Manchester, a *Manchester National Society for Women’s Suffrage*, tendo como secretária honorária Elizabeth Wolstenholme. Antes desta sociedade, existia a *Kensington Society*, em Londres, liderada por Emily Davis, que tinha como foco a educação, mas passou a emitir alguns documentos sobre a emancipação feminina. Com John Stuart Mill eleito, foi proposta uma petição pelo sufrágio feminino, liderado pela *Kensington Society*, que se baseava na ideia de que, se todos aqueles que tinham propriedades poderiam votar, assim poderiam também votar as mulheres proprietárias de terras. Aqui, Pankhurst (1931, s/p) aponta para uma diferença das duas sociedades: “era diferente do que teria sido se elaborado em Manchester, onde Liberdade,

Igualdade, Fraternidade, era o slogan que animava as trabalhadoras do sufrágio”⁶. É importante ressaltar que a luta de classes atravessava o movimento sufragista. Existiam duas linhas dentro do movimento: uma identificada com o liberalismo, que defendia o direito ao voto e questões relacionadas ao mercado de trabalho, e outra que se propunha a pensar também questões referentes ao casamento e que se colocava contra o liberalismo.

Nas cartas mencionadas no livro de Pankhurst, vindas de outras sufragistas, podemos perceber a presença dos ideais iluministas que mencionamos anteriormente, como lemos na carta de Lydia Becker (*apud* Pankhurst, 1931, s/p. [grifo da autora]):

Visa o fim último ao qual todos os esforços de emancipação política são introdutórios - o pleno reconhecimento do princípio de que toda alma humana é um reino independente - e um *universo*, sobre o qual o indivíduo é o único soberano. A noção de que alguém deva sujeição ou subordinação a outra pessoa é fatal para a vida do governante e do sujeito.

É interessante perceber também, nessas cartas, que mesmo que o foco das lutas do movimento fossem os direitos de cidadania, já havia um incipiente questionamento sobre os papéis sociais de homens e mulheres. Uma igualdade passava a ser pensada para além da questão política.

Eu acredito que os homens pensam que as mulheres não sentem, pelo menos que as mulheres não sentem como os homens se fossem tratados de maneira semelhante. Sempre que os homens propõem que as mulheres passem suas vidas em condições que eles não gostariam em suas próprias vidas, eles podem estar certos de que as mulheres também não gostariam e não se submeteriam se pudessem evitar (Becker, *apud* Pankhurst, 1931, s/p.).

Em 1867, John Stuart Mill faz seu primeiro pronunciamento no Parlamento a favor do sufrágio feminino, mas é derrotado pela maioria. Os argumentos dos que eram contrários ao sufrágio feminino giravam em torno de que as mulheres não teriam as capacidades mentais mínimas exigidas – como o discernimento, por exemplo – para a ação do voto. Depois de inúmeras manifestações nas ruas, que levaram a diversas prisões das sufragistas, e de inúmeras tentativas no Parlamento de levar a questão adiante em termos constitucionais, em 1918, finalmente, as britânicas conseguem o direito ao voto. A partir daí, outros países passam a permitir o voto de mulheres. Na França, tida como modelo democrático, o voto feminino só foi permitido a partir de 1945. Os anos 1920 foram palco das lutas sufragistas no território da Europa Ocidental.

⁶ Todas as traduções de obras editadas em língua estrangeira citadas neste trabalho são de minha responsabilidade.

3.2 Um congresso com função de corte

Os anos 1920 também foram decisivos para o movimento psicanalítico, sendo palco de grandes controvérsias que, de uma maneira ou outra, tencionavam a teoria e a prática analítica. Podemos nomear três como as grandes controvérsias desta época: a formalização da prática psicanalítica, encabeçada por Ernest Jones e Max Eitingon; a análise de crianças, encarnada em Melanie Klein, mas que já era exercida por psicanalistas mulheres desde os anos 1910; e a sexualidade feminina, que encontrou sua primeira expressão em Karen Horney:

Nos anos em que a dissensão interna sobre a formação e qualificação dos candidatos à psicanálise ameaçava romper a frágil unidade do movimento freudiano, os analistas também entraram num debate sobre a psicologia da mulher. A discussão, em seu conjunto, era polida e mesmo afável, mas atingia o núcleo da teoria de Freud, e a questão continuou a atormentar a psicanálise (Gay, 1988, p. 454).

Até 1933, quando o partido nazista assume o poder na Alemanha, os congressos institucionais bienais eram vivos e bem frequentados, embora Freud tenha deixado de comparecer nos anos 1920, em função do câncer na mandíbula.

Nesta mesma época, temos a construção do conceito pulsão de morte, introduzido em 1920, em *Além do princípio do prazer*. A psicanálise passa por uma revolução, por um novo ato fundador: “[...] foi paralela a uma luta que afirmou a primazia do inconsciente sobre a consciência, do id sobre o ego, da pulsão de morte sobre o ego, do desejo sobre a adaptação, do ‘demônio’ sobre a felicidade e a religião: em suma, da psicanálise sobre a psicologia” (Roudinesco, 1986, p. 147). Entendemos que este movimento teórico apontava para um lugar de não saber da psicanálise, isto é, para além do positivismo e do adaptativo. Também é a partir de 1920 que Freud começa a se afastar do comando da IPA, deixando cada vez mais espaço para Ernest Jones e os ingleses. Movimento, este, muito parecido com o que ocorreu com o fim da Primeira Guerra: Alemanha perde territórios para os vencedores: “[...] o humor anglo-saxão, o *joke*, suplantou o *Witz*” (Roudinesco, 1986, p. 140).

Tanto o problema da formalização da prática analítica quanto as questões da análise de crianças e da sexualidade feminina uniram-se como uma possibilidade de questionamento da teoria e da prática freudiana, abrindo espaço para outras autorias, no interior do movimento psicanalítico. O que em outros campos – e outros tempos – era

motivo de dissidências, nesses temas era possível a discussão sem separação: por isso, ganharam o *status* de controvérsias. Final da Primeira Guerra Mundial; instauração da Policlínica de Berlin, em 1920, e da Clínica Psicanalítica Pública de Viena, em 1922; psicanalistas ocupando um novo lugar na sociedade; conceito de pulsão de morte: todas estas questões formavam um clima propício para as grandes discussões no Congresso de Berlin, de 1922.

3.3 O processo institucional-burocrático da psicanálise

Em *A história da psicanálise na França*, Roudinesco (1986) descreve o processo de institucionalização do movimento psicanalítico:

O processo de institucionalização da psicanálise compreende, [...] em termos esquemáticos, quatro etapas principais. De 1902 a 1906, foi o reinado da horda selvagem. De 1906 a 1912, assistiu-se a uma expansão da doutrina freudiana para o exterior, acompanhada de uma profissionalização cada vez mais acentuada na prática analítica. [...] Em 1910, a IPA se tornou o organismo dirigente de todas as sociedades já criadas ou por surgir. O período situado entre 1912 e 1927 viu desenvolver-se um mecanismo duplo de poder. A IPA deu continuidade a seu trabalho ‘unificador’ em meio às dissensões, exclusões e separações, enquanto o comitê⁷ dirigia secretamente os assuntos do movimento. Foi a era do fanatismo religioso e do dogmatismo. [...] A quarta etapa foi de 1926 a 1939 e assistiu à dissolução do comitê (1927) e, mais tarde, ao fim do reino das ‘elites’ sobre as ‘massas’. A linha ‘liberal’ triunfou sobre a linha ‘dogmática’ (Roudinesco, 1986, p. 131-132).

Este processo de institucionalização do ofício de psicanalista parte de três discussões: a questão da análise leiga, a chamada análise didática e a análise de crianças.

A grande atualização da instituição psicanalítica – encabeçada por Jones e Eitingon –, que se deu em 1925, no Congresso de Hombourg, quando se decidiu que a psicanálise continuaria restrita a médicos e pela obrigatoriedade da análise didática, teve sua origem no Congresso de Berlin, de 1922: “a moção de Eitingon teve por objetivo homogeneizar a formação dos analistas entre os diversos países representados” (Roudinesco, 1986, p. 152). A proposta, apresentada no congresso de 1922, seria que cada formação deveria seguir o padrão IPA; a partir daí, cada sociedade se responsabilizaria pela aceitação ou recusa de cada candidato, que seria apresentado à IPA; o terceiro ponto

⁷ O Comitê Secreto iniciou suas atividades em 1912, por iniciativa de Ernest Jones, com a intenção de evitar o desvirtuamento da doutrina psicanalítica, após os rompimentos com Adler e Jung. Os pertencentes a este grupo (que ganharam um anel do próprio Freud para selar o compromisso) eram: Karl Abraham, Hanns Sachs, Ernest Jones, Otto Rank e Sándor Ferenczi. Max Eitingon passa a fazer parte em 1919. O grupo continua existindo até 1927. (Roudinesco & Plon, 1998).

exigia a obrigatoriedade de supervisão. Assim, seria psicanalista quem tivesse percorrido este processo oficializado pela IPA. No centro dessa questão, embora não explicitada, havia uma discussão sobre a análise leiga – a qual Freud mostrava-se favorável –, mas o comitê que liderava a IPA, que tinha como maior expoente Jones, tomou a decisão de que a psicanálise não se separaria da medicina, reafirmando a força do grupo inglês.

O ápice da questão da análise leiga foi a denúncia de Theodor Reik por Wilhelm Stekel, em 1925, e, mais tarde, por um paciente americano, Newton Murphy. Em função dessa denúncia, em 1926, Freud teria escrito para Paul Federn: “[...] enquanto eu estiver vivo, vou impedir que a psicanálise seja tragada pela medicina” (Gay, 1988, p. 446). Posicionamento, este, reiterado em *A questão da análise leiga*, escrito em 1926. Porém, toda essa discussão já existia no movimento. Os que eram contrários à prática da psicanálise por não médicos argumentavam que poderia haver confusões entre sintomas físicos e psicológicos, mais ou menos o que apontava o sonho da injeção de Irma, relatado por Freud. Usavam o caso de Rolf, sobrinho de Hug-Hellmuth, como justificativa para a necessidade de ser um médico a fazer um diagnóstico diferencial, o que um analista leigo não poderia fazer (Rodríguez, 1995). Mesmo assim, Freud defendia que uma formação em medicina era dispensável, embora sustentasse que o paciente deveria, antes, ser avaliado por um médico: “[...] assim, nada mais natural que alguns dos adeptos mais destacados de Freud – de Otto Rank a Hanns Sachs, de Lou Andreas-Salomé a Melanie Klein, para não mencionar a psicanalista em sua própria casa, Anna – não fossem médicos” (Gay, 1988, p. 447). Todas essas discussões sobre a análise leiga, além de um número considerável de charlatões, que usavam da reputação da psicanálise em seu próprio proveito, fecundaram o terreno para as discussões da formalização – e talvez fecundem até hoje. A psicanálise é território de quem?

Vale lembrar que é no congresso de 1922, em Berlin, que surgiu a obrigatoriedade da análise didática que vemos hoje, ainda, nas instituições filiadas à IPA. A partir de então, pensou-se em analistas instrutores (que transmitiam a psicanálise através da prática) e analistas supervisores (didatas ou controladores), que orientavam a análise de seus analisandos.

Os discípulos de Freud pareciam, mais ainda do que seu mestre, incapazes de situar os riscos, justamente no momento em que davam a sua profissão seus títulos de nobreza. As palavras supervisor, controle, candidato, instrutor, aluno, comitê, instituto e formação substituíram os antigos vocábulos da época heroica (Roudinesco, 1986, p. 153).

Outro ponto importante de ressaltar é que Freud não seguiu nenhuma das novas regras aplicadas. Quem obrigaria Freud a se analisar e supervisionar? Freud seguiu atendendo parentes e parentes de seus pacientes, mesmo quando sua clínica já era majoritariamente composta por analistas: “na realidade, as regras foram elaboradas pelo primeiro círculo para as gerações vindouras” (Roudinesco, 2014, p. 297).

Outro ponto importante nessas discussões era a expansão da clínica psicanalítica. Em 1918, no Congresso de Budapeste (no trabalho intitulado *Linhas de progresso da psicoterapia psicanalítica*, publicado em 1919), Freud expressa sua crença de que no futuro o tratamento psicanalítico será incluído como necessidade de saúde. Em 1920, sua crença começa a tornar-se realidade (em parte, em função das neuroses de guerra) com a constituição da Policlínica de Berlin, financiada por Eitingon e que, a partir de 1921, passa a contar com a colaboração de Melanie Klein: “as ideias de Freud, que em tempos de paz, os psiquiatras mostraram tanta relutância em levar a sério, agora obtinham um ilustre apoio entre os médicos designados para hospitais militares e encarregados de soldados neuróticos de guerra” (Gay, 1988, p. 346). Foi neste período dos anos 1920 que se instalou um programa de ensino no Instituto de Psicanálise de Berlin, para garantir que os pacientes fossem atendidos por analistas minimamente experientes (em 1924, Helene Deutsch torna-se diretora do Instituto e ocupa o cargo durante dez anos): “[...] o programa exigia cursos sobre teoria geral da psicanálise, sonhos, técnica, ensino do conhecimento analítico para o clínico geral e tópicos especiais como a aplicação da psicanálise ao direito, sociologia, filosofia, religião e arte” (Gay, 1988, p. 421). Além da exigência de leitura das obras freudianas. Os frequentadores do Instituto eram divididos em candidatos e ouvintes: aqueles que seguiriam o curso para ingressar na prática psicanalítica e aqueles que estudavam psicanálise para aplicar nas suas áreas – na sua maioria, pedagogos. Para aqueles que desejassem praticar a psicanálise, era exigida uma análise didática de duração de pelo menos um ano. O que ainda era controverso em outras sedes, em Berlin já estava estabelecido: “mas, mesmo com uma análise tão curta, a candidatura era um período de teste que correspondia, como disse Hanns Sachs, ‘ao noviciado em uma igreja’” (Gay, 1988, p. 422). O Instituto Psicanalítico de Berlin ganha cada vez mais espaço e candidatos de vários países procuram o lugar para sua formação.

É nesse contexto que se dão as primeiras discussões sobre a formalização da prática analítica. Houve uma grande procura de pacientes pela Policlínica de Berlin, acarretando a necessidade de aumentar o número de analistas capacitados para atender a

demanda, o que acabou gerando a discussão sobre a formalização. De 1920 a 1922, foram totalizadas 130 análises na Policlínica de Berlin (Roudinesco, 1986). Hanns Sachs ficou responsável pela direção de ensino da instituição. Acontece que, até 1926, muitos analistas europeus trabalhavam apenas para sua sobrevivência e ainda tinham que disputar mercado com psicanalistas com qualquer formação. A formalização era, também, uma questão de mercado, imposta pela expansão da clínica analítica.

3.4 Análise de crianças: a possibilidade de emancipação das mulheres

Freud tinha o mesmo posicionamento frente ao tratamento de crianças e psicóticos: acreditava que, nesse ponto, a psicanálise pouco poderia ajudar para além de uma pedagogia. Nesses dois campos, a história da psicanálise mostrou-se contrária ao posicionamento do fundador:

Poderíamos dizer que o relativo fracasso sofrido por Freud no tratamento das crianças prende-se ao estatuto particular que ele lhes atribuiu nos dois casos célebres publicados antes da guerra. Com efeito, ele abordou a paranoia de Schreber e a fobia do Pequeno Hans num trabalho em que a relação direta entre o paciente e seu terapeuta estava ausente (Roudinesco, 1986, p. 145).

Nem psicóticos, nem crianças gozavam da mesma posição, diante de Freud, do que os pacientes adultos neuróticos. Havia um distanciamento do objeto de estudo, como se a relação terapêutica pudesse ser substituída sem efeitos.

Os líderes dessa expedição a novas terras (infância e psicose) foram Melanie Klein e Karl Abraham (com seus estudos sobre a psicose maníaco-depressiva). Melanie Klein acreditava que a psicanálise poderia auxiliar no tratamento de crianças, tendo acesso ao seu inconsciente, por meio da transferência. É importante ressaltar o ato de Melanie Klein como uma das pioneiras da psicanálise: assim como Freud, tomou a infância como ponto de partida, mas desbravou ainda mais o terreno, adentrando em questões ainda não investigadas e, posteriormente, tornou-se: “[...] a fundadora de uma doutrina e de uma instituição, até ocupar o lugar simbólico do próprio Freud” (Roudinesco, 1986, p. 157).

Klein foi apoiada desde cedo por Karl Abraham e Sandór Ferenczi, ambos seus analistas, que entendiam e defendiam a originalidade de suas investigações, mesmo com boa parte do movimento psicanalítico sendo crítico ao trabalho com crianças em idade precoce. Em 1919, Klein publica seus primeiros textos sobre a clínica com crianças: “a partir de 1920, a análise de crianças se problematiza, ou melhor, se politiza” (Rodríguez,

1995, p. 327). Era praticamente impossível não fascinar-se com a técnica de brincar proposta por Klein e onde ela fosse “os sentimentos disparavam” (Gay, 1988, p. 426). Para a autora, e aí está sua grande inovação técnica, através da brincadeira é que se tinha acesso às fantasias inconscientes das crianças: Klein propunha o recalque muito anterior ao proposto por Freud, por entender que a conflitiva edípica se dava em momentos muito mais precoces e, logo, o supereu estaria presente nas crianças, diferente de como Freud entendia. Freud encontra sua primeira resistência feminina, no movimento psicanalítico. Suas alterações técnicas vão resultar, futuramente, em alterações metapsicológicas e em uma nova escola da psicanálise: “[...] para Freud, a criança é um selvagem egoísta; para Klein, é um canibal assassino” (Gay, 1988, p. 426).

A análise de crianças situa-se como uma das grandes controvérsias do Congresso de Berlin, por encontrar resistências nos psicanalistas – e no próprio Freud –, que não entendiam ser possível um atendimento em idade tão precoce. Neste momento, Klein ainda não possuía a força que irá ter nos anos 1930, sua teoria ainda é incipiente. Anna Freud também ainda não possui produções suficientes para contrapor-se ao trabalho kleiniano. Klein ainda não possui adeptos: somente Abraham e Ferenczi como seus guardiões. No entanto, se nos debruçamos sobre os primeiros passos das pioneiras dos anos 1910 – o que faremos adiante, nessa dissertação –, algo nos chama a atenção: a psicanálise de crianças foi seu meio de inserção no movimento psicanalítico e, também, de emancipação econômica, já que era um meio possível mesmo para aquelas mulheres que não podiam estudar medicina. Lembramos que, nesta época, entendia-se que somente mulheres poderiam dar aulas às crianças e isso também acontecia na psicanálise: somente mulheres atendiam os pequenos, como comenta Freud (1933b/1996, p. 146), na *Nova conferência XXXIV Explicações, aplicações e orientações*: “Aconteceu automaticamente que a análise de crianças se tornou domínio das analistas mulheres, e sem dúvida isto continuará assim”. Talvez por não se distinguir, neste momento, a função materna do papel do analista, ou pela confiança dos pais de entregarem seus filhos a mulheres psicanalistas. Para nós, o que vale a pena ressaltar é a rede que se formou: as psicanalistas encaminhavam pacientes umas às outras, formando quase um grupo solidário, com força o suficiente para mudar os rumos da psicanálise: “[...] desse ponto de vista, podemos dizer que a análise de crianças acelerou a emancipação feminina” (Roudinesco, 2014, p. 331).

Podemos dizer, também, que a psicanálise de crianças determinou o futuro da psicanálise: “[...] em 1924, no Congresso de Wurzburg, Abraham declarou: ‘O futuro da

psicanálise é inseparável da análise através do jogo” (Rodrigué, 1995, p. 66). Em 1927, no Congresso de Innsbruck, começam as grandes controvérsias entre Anna Freud e Melanie Klein. O futuro da psicanálise já estava traçado.

3.5 Elas tomam a palavra

É interessante perceber que as três grandes controvérsias envolviam, de maneiras diferentes, o universo feminino. Em 1922, no Congresso de Berlin, uma nova formalização é proposta por Jones, em uma discussão que visava uma padronização da técnica analítica, com o estabelecimento da obrigatoriedade da supervisão e análise pessoal. Parece ocorrer aqui uma repetição, que iremos explorar mais adiante: quando Margarete Hilferding, a primeira mulher membro da Sociedade Psicanalítica de Viena, ingressa na instituição, foram discutidas questões ligadas às regras de pertencimento. Podemos pensar que com uma atuação feminina na instituição psicanalítica se faz necessária uma retomada das regras institucionais?

A análise de crianças foi o meio encontrado para a entrada de mulheres na psicanálise, ainda nos anos 1910; coube a elas o papel de iniciar este trabalho, sendo uma via possibilitada mesmo àquelas que não haviam estudado medicina. Elas encaminhavam, entre si, seus filhos ou crianças do seu círculo familiar. Anna Freud – com o discreto apoio do pai, como podemos observar na conferência *Esclarecimentos, explicações e orientações*, de 1933 – defendia uma abordagem pedagógica, pois entendia que o supereu das crianças não estava maduro e que elas seriam incapazes de transferência. Klein apostava na possibilidade de acesso àquilo que podemos chamar de Outra cena da infância. Se existe uma sexualidade na infância, causadora de conflitos e sofrimentos, por que não escutá-la? O campo de dominância feminina na psicanálise mostra-se um campo minado.

Na época em que Freud passa a ser reconhecido socialmente por seus escritos, o feminismo em Viena mostra pequenos avanços e algumas oportunidades para mulheres começam a aparecer, como a escola mista, fundada em 1901, por Eugenie Schwarzwald, uma reformadora pedagógica, que completou seu doutorado em Zurique. Mesmo que, em alguns momentos, Freud tivesse um posicionamento conservador em relação às mulheres e seu papel social, ele era rodeado por mulheres inteligentes e diferentes daquelas inocentes mulheres retratadas por Stefan Zweig, por exemplo: “[...] mas o tom condescendente, ainda que afetuoso, em suas expressões sugere que o movimento feminista nunca encontraria um

adepto em Freud, apesar de tudo o que estava fazendo por elas em sua profissão.” (Gay, 1988, p. 465).

Para situarmos o debate sobre o feminino, pensamos ser necessário falarmos de dois textos que influenciaram as autoras dos anos 1920: *Manifestações do complexo de castração feminino*, escrito em 1920 por Karl Abraham (portanto, anterior ao Congresso de 1922), e *O desenvolvimento precoce da sexualidade feminina*, escrito por Ernest Jones, em 1927. Ambos trabalhos são citados nas produções posteriores sobre o tema, o que acentua sua importância no pensamento sobre o feminino da época.

O texto de Abraham foi o primeiro trabalho psicanalítico focado especificamente no tema do feminino. Abraham parte da ideia de que se pode pensar como universal o desejo das mulheres de serem homens. Acredita que o argumento de que os homens possuem maior liberdade na infância e maior disponibilidade de escolha profissional na idade adulta – argumentos usados pelas mulheres para justificar sua inveja do masculino – são racionalizações. O verdadeiro motivo seria o de estas mulheres não superarem as desvantagens que sentiam ao se depararem com seus órgãos genitais inferiores. Assim, tenta tipificar as mulheres conforme o modo como lidam com sua castração. A influência deste texto nas produções posteriores é inegável; os textos que se seguem giram em torno do que foi proposto por Abraham: como as mulheres dão conta do seu complexo de castração? Quais os destinos possíveis para a inferioridade de seus órgãos? Muitos dos textos posteriores fizeram essa tentativa de catalogar, tentando dar borda ao feminino.

O texto de Jones, lido pela primeira vez no Congresso de Innsbruck, em 1927, inicia citando tanto Freud quanto Horney, reafirmando os questionamentos colocados por ela no Congresso de 1922 – que abordaremos posteriormente – e problematizando o falocentrismo da teoria psicanalítica, tentando pensar, assim como Abraham, acerca do complexo de castração nas mulheres. Jones aponta para um erro que alguns psicanalistas acabam cometendo, ao entenderem que a castração seria a ausência de qualquer sexualidade. Assim, pontua que a castração é sempre uma ameaça parcial ao prazer sexual. Para a extinção total do prazer, deveríamos utilizar a palavra *afânise*, e seria dessa ameaça que o sujeito teria medo, um medo que se aproxima muito de um pensamento de morte. Jones pontua que, embora existam especificidades de um modo masculino ou feminino de lidar com esta angústia, ela estaria presente em todos os sujeitos. Podemos pensar, assim, que o temor seria de retorno ao nível zero da sexualidade, que aponta para a atuação livre de barreira da pulsão de morte. Aqui, o conceito de afânise aproxima-se do que Lacan

chamará de gozo feminino, um gozo que escapa às bordas de uma ordem fálica. De novo, parece haver uma aproximação entre feminino e morte. Se Abraham influenciou os trabalhos posteriores, é visível aqui o quanto Jones foi influenciado pelos trabalhos anteriores, como o de Horney e do próprio Abraham. Fazendo este recorte sobre estes dois trabalhos, podemos nos dedicar ao debate sobre a feminilidade ocorrido em setembro de 1922, no Congresso de Berlim.

A controvérsia sobre a sexualidade feminina funda-se em uma cena originária: uma filha que desafia o pai, sem tirá-lo do seu lugar de autoridade. E disso decorre sua função de corte. A fala de Karen Horney, nesse importante congresso, faz uma torção na maneira como as mulheres vinham inscrevendo-se na psicanálise e abre caminhos para novas possibilidades de filiação. No Congresso de 1922, em Berlim, em uma mesa presidida por ninguém menos do que Freud, Horney levanta-se e contesta o conceito de inveja do pênis, um dos pontos centrais da teoria freudiana sobre a sexualidade feminina: “a jovem e valente analista alemã, com mais garra que metapsicologia, foi capaz de desafiar publicamente o Professor em seu próprio terreno.” (Rodrigué, 1995, p. 134). Segundo Gay (1988), Horney dirigiu-se respeitosamente, aceitando o conceito do fundador, mas sua crítica não deixou de ter um clima áspero. O texto apresentado por ela, neste congresso, foi nomeado *A gênese do complexo de castração nas mulheres*. Logo de início, Horney (1923/1991) postula seu princípio:

[...] admitimos como verdade axiomática que as mulheres se sentem em desvantagem por causa de seus órgãos genitais, sem que isto seja considerado um problema em si; possivelmente devido ao narcisismo masculino isto tenha sido por demais evidente para precisar de explicações (p. 35).

Horney acredita que a identificação com o pai é o que dá origem ao complexo de castração nas mulheres. Quando o amor primordial pelo pai (decorrente de uma identificação originária à mãe) é frustrado, a menina passa a identificar-se com ele. Não sendo a imagem e semelhança do pai, nasce o sentimento de inveja do pênis: “[...] é a feminilidade ferida que dá origem ao complexo de castração” (Horney, 1923/1991, p. 49). A autora diverge de Freud; para ela, a inveja do pênis não está na origem de uma feminilidade reprimida – chamada por Freud de complexo de masculinidade –, mas é sua consequência:

Pelo contrário, podemos ver que a inveja do pênis de forma alguma impede o profundo e totalmente feminino apego amoroso ao pai e que apenas quando esta relação se arruína com o Complexo de Édipo (exatamente como nas neuroses masculinas correspondentes) é que provoca reação contrária ao papel sexual do sujeito (Horney, 1923/1991, p. 50).

Sua hipótese é de que a inveja do pênis, originalmente, está intimamente ligada à pulsão escópica; é autoerótica, portanto. O menino, a todo o momento, tem oportunidade de olhar seu pênis, diferentemente da menina, que não pode ver seu clitóris. A diferença anatômica da menina não a deixa satisfazer sua curiosidade de olhar-se. Essa diferença é acentuada pela cultura, que reprime mais o sexo feminino do que o masculino. A visão de um menino urinando cria na menina a fantasia de que a ele também é permitido o toque, a masturbação. Temos, aqui, o despertar da inveja do pênis. Desta curiosidade insatisfeita sobre seu próprio corpo decorreria uma dificuldade de libertar-se de si mesma como objeto de investigação, o que explicaria a maior subjetividade da mulher, em contraponto à maior objetividade do homem. Horney não chega a tratar a maternidade como solução para a inveja do pênis, mas diz que a menina ainda não enxerga esta gratificação tardia que vem de seu corpo. Se, na ereção do pênis, o menino percebe sua potência viril, a menina não tem como perceber-se fértil.

“O que importava a Horney, porém, não era marcar pontos, mas estabelecer um princípio” (Gay, 1988, p. 472). Estabelecendo um princípio, de que as mulheres possuem voz – ativa –, Horney deu início a uma nova geração de mulheres psicanalistas, inaugurando uma posição feminina no movimento psicanalítico. É importante lembrar que Horney foi uma teórica muito utilizada pelo movimento feminista, pois, nos anos 1920, o feminismo ainda é muito mais um campo de atuação política do que uma teoria. Se, por um lado, Freud coloca o debate sobre o feminino, oriundo do discurso científico do século XIX, em um novo patamar de complexidade, por outro, ao situar essa teoria nos marcos de uma cultura patriarcal, Horney converte-se não apenas em uma pioneira da psicanálise, mas também do feminismo. É sempre importante lembrar o contexto em que nasce um conceito. A inveja do pênis, em uma sociedade falocêntrica, não é impensável. Porém, como aponta Roudinesco (2014), tornar uma teoria sexual infantil, observável em alguns casos, em um conceito universal, transforma-o em dogma.

Os textos de Horney, ao longo dos anos, insistem na crítica histórico-cultural do falocentrismo. Psicanalistas homens tomam o masculino como modelo. Acrescentamos: como modelo teórico, clínico e institucional... Como nos coloca Foucault (1976/2015), as

culturas modernas organizam-se através de um dispositivo de sexualidade, tornando a ordem fálica uma condição de existência da psicanálise. A fala de Karen Horney centraliza o complexo de castração como uma marca cultural e não natural, e é esta a originalidade de sua teoria. Um grupo de pioneiras insistiu na psicanálise, nos difíceis anos 1910, abalando os fundamentos institucionais do movimento; a análise de crianças instaurou-se como um domínio feminino; um congresso permitiu a presença de uma mulher em uma mesa, ao lado de Freud, no alvorecer dos anos 1920; o tema da sexualidade feminina é apropriado por psicanalistas mulheres sintonizadas com o avanço dos movimentos feministas.

Freud comparava a sexualidade das mulheres a um continente obscuro, inspirado na referência do jornalista britânico Henry Stanley à sua expedição ao Congo. O fundador da psicanálise compartilhava da ideia falocêntrica, gestada ao longo do século XIX, de um enigma do feminino.

Equipado com sua psicologia edipiana, sua crença num clitóris como substituto do pênis e sua convicção segundo a qual as meninas teriam consciência da inferioridade de “seu pequeno pênis”, Freud permanecera encerrado numa concepção das mulheres, da feminilidade e da vida amorosa tributária do romantismo alemão e do *Naturphilosophie* (Roudinesco, 2014, p. 343).

Como a Outra cena de uma cultura patriarcal, até os anos 1920 a feminilidade somente pôde ser discutida em um contexto de obscurantismo. A partir do Congresso Internacional de Psicanálise de 1922, em Berlim, tendo as psicanalistas mulheres como protagonistas, a feminilidade passa a ser palco de conflitos, de controvérsias.

A seguir, trabalharemos as produções das novas psicanalistas que surgem nesse momento do movimento, sustentando outros discursos acerca da feminilidade.

4 A SEXUALIDADE FEMININA ATRAVÉS DAS PIONEIRAS DA PSICANÁLISE

Em novembro de 2015, estreou o filme *As sufragistas* (*Sufragette*), com direção de Sarah Gavron. A trama conta a história de algumas figuras marcantes do movimento pelo sufrágio feminino no Reino Unido – como Emmeline Pankhurst (Meryl Streep) –, que foi seguido por movimentos similares no mundo inteiro. O filme convoca a uma reflexão sobre uma história em que as mulheres são as protagonistas, contada de uma perspectiva feminina. Os escritos freudianos, contemporâneos das discussões sufragistas, não atentam diretamente para essa história, mas é através da escuta das históricas que Freud funda a psicanálise. Ao escutá-las, amplificou a voz daquelas que bradavam por seus desejos, que esbravejavam, através do corpo, seus conflitos com a cultura patriarcal burguesa. O ato de escuta do fundador da psicanálise mostrou sua potência revolucionária: “[...] a histeria não é senão o sintoma da estrutura conflitual da feminilidade em nossa cultura” (Bleichmar, 1988, p. 29).

Uma das psicanalistas desta época mais lembradas por todos é, provavelmente, Sabina Spielrein. Coincidentemente, ela é muito mais conhecida como amante e paciente de Jung. Seria uma ironia do destino? Conseguiram as mulheres saírem do lugar de pacientes para a psicanálise, para serem reconhecidas como analistas e pensadoras? É interessante pensar sobre o porquê de as psicanalistas contemporâneas a Freud serem pouco lembradas por nós. Este trabalho tem como intenção um ato: fazer emergir algumas teóricas psicanalistas que fizeram parte da história da psicanálise, por terem sido responsáveis por uma importante inflexão na teoria freudiana acerca da feminilidade. E é a partir do discurso freudiano, encontrado nos textos *Sexualidade feminina* e *Feminilidade*, que rastreamos os traços deixados por elas, indo ao encontro de suas produções teóricas. O foco escolhido para seguirmos nossa trilha, não por acaso, é a sexualidade feminina. O que buscamos é uma sexualidade feminina teorizada por mulheres.

4.1. Freud e as psicanalistas

[...] começamos a aprender um pouco acerca dessas coisas, graças à circunstância de nossas excelentes colegas de análise terem começado a trabalhar a questão. [...] Pois essas senhoras, sempre que alguma comparação parecia mostrar-se desfavorável ao seu sexo, conseguiram expressar a suspeita que nós, analistas homens, não tínhamos conseguido superar determinados preconceitos profundamente arraigados contra aquilo que era feminino, e que esse fato estava sendo responsável pela parcialidade de nossas pesquisas. [...] Apenas tínhamos de dizer: 'Isso não se aplica às *senhoras*. As senhoras são a exceção; neste ponto, são mais masculinas do que femininas' (Freud, 1933a/1996, p. 117).

Esta citação é um recorte da conferência *Feminilidade*. Às senhoras da psicanálise ficou designado o lugar, quase infantilizado, de oposição à teoria freudiana sobre o feminino. A elas foi entregue o selo da masculinidade, como permissão para transitarem entre os membros das sociedades psicanalíticas. Esta citação mostra a posição paradoxal na qual Freud se encontrava: se, por um lado, é através da voz destas psicanalistas que Freud é levado a repensar sua teoria sobre a sexualidade feminina, por outro, ele é sujeito, no sentido de assujeitado, da cultura de sua época.

Em *Sobre as teorias sexuais infantis*, de 1908, Freud funda sua compreensão da sexualidade feminina na inveja do pênis e esse permanece seu enfoque até *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos*, de 1925. No início dos anos 1930, houve uma grande ruptura na forma como era entendida a sexualidade feminina; as teóricas da psicanálise foram, em parte, responsáveis por essa mudança e Freud dá a elas este crédito. Em *Sexualidade feminina*, é acrescentada a fase anterior ao Édipo, ou seja, a intensa ligação pré-ediipiana da menina com a mãe, enfatizando que essa descoberta fora feita por psicanalista, por estarem mais atentas a uma transferência materna com suas pacientes mulheres. Neste trabalho, assim como na conferência *Feminilidade*, Freud refere-se a diversas psicanalistas: Karen Horney, Jeanne Lampl-de-Groot, Ruth Mack Brunswick, Melanie Klein e Helene Deutsch.

Karen Horney tem importantes contribuições para as teorias sobre a sexualidade feminina, as quais foram organizados em um livro chamado *Psicologia feminina*. Em *Sexualidade feminina*, seu texto ao qual Freud se refere é *Flucht aus der Weiblichkeit*, de 1926, que traduzimos por *A fuga da feminilidade*. Freud refere que esse trabalho não está de acordo com suas impressões, pois Horney entende que a inveja do pênis é uma aquisição tardia. O que Freud comenta sobre a teoria de Horney resume-se na forma como

estes dois autores encaram a inveja do pênis: enquanto Freud entende a inveja do pênis como algo primário na menina, resultado de seus investimentos masculinos que precisou abdicar, Horney (1926) acredita que a inveja do pênis é secundária, sendo uma defesa contra a ligação feminina da menina com o pai e, assim, o complexo de masculinidade seria também uma força defensiva. Freud discorda, por entender que tal intensidade só pode existir enquanto primária e sua força enérgica origina-se de uma tendência masculina.

Em 1927, a psicanalista Jeanne Lampl-de-Groot publica o artigo *Zur Entwicklungsgeschichte des Ödipuskomplexes der Frau*, traduzido como *A evolução do complexo de Édipo nas mulheres*. Este texto é citado por Freud em *Sexualidade feminina*, de 1931, e *Feminilidade*, de 1933. Sobre este trabalho, Freud concorda com suas principais proposições: a menina passaria por um Édipo negativo – fálico, com a mãe – antes de um Édipo positivo – com o pai. Porém, Freud discorda da autora quando esta entende a passagem do momento negativo para o positivo dá-se somente através de uma troca de objeto, não enfatizando os sentimentos carregados de hostilidade da menina para com a mãe.

Em seu trabalho *A fase pré-edípica do desenvolvimento da libido*, publicado em 1940, Ruth Mack Brunswick desenvolve sua tese da importância da fase pré-edípica de ligação da menina com sua mãe, antecipada no artigo *Die Analyse eines Eifersuchtswahnes*, traduzido como *Análise de um caso de paranóia*, de 1928, citado por Freud em seus trabalhos do início dos anos 1930, mas ao qual não tivemos acesso. Sobre este trabalho, Freud ressalta a importância da observação clínica de Brunswick apontar para a existência de uma intensa ligação pré-edípica da menina com sua mãe, sendo ela a primeira psicanalista a descrever um caso de neurose que assumia essa forma.

Rodrigué (1995) nomeia o capítulo dedicado a Melanie Klein, em sua biografia de Freud, com o título “Furacão Kleiniano”. O impacto causado por Klein na psicanálise se deu não apenas pela potência de sua teoria. Klein foi um furacão como mulher: com uma personalidade forte, esta ex-dona de casa tornou-se uma das psicanalistas mais influentes de sua época. Klein é citada no texto freudiano *Sexualidade feminina* como uma autora que propõe o complexo de Édipo já nos primeiros anos de vida. *Frühstadien des Ödipuskonfliktes* (1928) é o texto onde ela aborda os *Estágios iniciais do conflito edípico*. Freud é categórico ao não concordar com a precocidade que Klein propõe a conflitiva edípica – e todas as modificações teóricas que resultam desse deslocamento. Freud entende

que ainda não havia técnicas suficientes para se delimitar o que seria de influência biológica ou do ambiente.

Helene Deutsch possui três produções citadas nas duas obras de Freud, a partir das quais efetuamos nosso recorte: *Psychoanalyse der weiblichen Sexualfunktionen* (*Psicanálise da função sexual feminina*), de 1925; *Der feminine Masochismus und seine Beziehung zur Frigidität* (*O masoquismo feminino e sua relação com a frigidez*), de 1930; e *Über die weibliche Homosexualität* (1932), traduzido como *A homossexualidade feminina*. Freud demarca a mudança de posição da autora, que, de 1925 a 1930, passa a ver a atividade da menina na primeira fase pré-edípica não mais como uma identificação com o pai. Deutsch tem seus textos compilados em um livro intitulado *A psicologia da mulher*, mas esta obra reúne trabalhos posteriores aos que aqui nos interessam. No trabalho de 1931, Freud está totalmente de acordo com as observações feitas por Deutsch, que entende que a menina faz a mudança de objeto da mãe para o pai via suas tendências passivas, enfatizando a carga de hostilidade com a mãe que encontra-se nesse processo. Já na conferência de 1933, Freud comenta sobre o trabalho de Deutsch sobre a homossexualidade feminina, informando sobre sua observação acerca das relações homossexuais entre mulheres, que reproduziriam a relação mãe-bebê.

Escolhemos essas autoras para seguirmos pensando suas teorias. A seguir, encontra-se uma revisão teórica de como se deu seus percursos na psicanálise da sexualidade feminina. A escolha delas deve-se à sua importância para a história da psicanálise e elas aparecem no nosso texto por ordem cronológica. As autoras escolhidas são Karen Horney, Jeanne Lampl-de Groot, Ruth Mack Brunswick, Melanie Klein, Joan Riviere e Helene Deutsch. *A feminilidade como máscara* (1929), de Riviere, não é citado por Freud em seus textos sobre o feminino, mas sua importância para produções posteriores – este trabalho é retomado por Lacan (1957-1958/1998), em suas reflexões sobre a significação do falo – e sua genialidade foram determinantes nesta escolha. A estas psicanalistas, decisivas na torção na teoria freudiana da feminilidade, este trabalho é dedicado.

4.2. Karen Horney – Uma teoria para além da inveja do pênis

Da união de um pai religioso com uma mãe livre pensadora, nasceu, em 1885, Karen Horney, na cidade de Hamburgo, Alemanha. Em 1913, formou-se em medicina, em

Berlin, onde continuou seus estudos em psiquiatria e psicanálise. Em 1917, escreveu seu primeiro trabalho na área e, em 1920, já era membro do corpo docente do Instituto Psicanalítico de Berlin (Klemann, 1991). Foi sua mãe quem a incentivou a ser médica, um caminho com muitos obstáculos para uma mulher de sua época. Analisou-se primeiramente com Abraham e, depois, com Hanns Sachs. Horney dizia não se interessar por política – embora tenha se posicionado como antifascista – e seu interesse pelos estudos da sexualidade feminina não foram motivados pelas lutas dos direitos das mulheres e, sim, por sua clínica. Esta é uma posição interessante de Horney, pois seu texto é revestido de potência política. O que dá cor ao seu pensamento são os questionamentos acerca dos padrões aceitos pela sociedade e pela psicanálise.

A psicanálise foi fundada por um gênio masculino. Assim começa o trabalho *A fuga da feminilidade*, apontando para um limite da psicanálise. Horney (1926/1991) vai além: a civilização como um todo é uma construção do masculino. Dito isto, o que se conclui não é a inferioridade feminina – defendida por alguns autores –, mas os limites de uma visão, marcas de uma ordem fálica. Com a psicanálise não é diferente. O estudo da sexualidade feminina está enlaçado às projeções dos desejos de seus estudiosos, homens.

Outro fator, bastante importante na situação é que as mulheres adaptaram-se aos desejos dos homens e sentem como se isto fosse sua verdadeira natureza, isto é, elas se veem ou se viam conforme a exigência dos desejos de seus homens; inconscientemente, renderam-se à sugestão do pensamento masculino (Horney, 1926/1991, p. 53).

Assim, a feminilidade é retratada a partir do desejo dos homens: “[...] a psicologia da mulher representa até hoje o depósito dos desejos e frustrações dos homens” (Horney, 1926/1991, p. 53). Homens e mulheres submetem-se a este modo de pensar, que transforma a feminilidade em que algo de que o sujeito deve esquivar-se. Como encontrar o que é feminino, se este passa pelo olhar masculino? A teoria acaba por refletir os pensamentos dos meninos sobre as meninas: se o menino acredita que todos possuem pênis, logo todas as crianças acreditam no monismo fálico: “[...] se tentarmos libertar nossa mente desta maneira de pensar masculina, quase todos os problemas da psicologia feminina assumem outra aparência” (Horney, 1926/1991, p. 55).

Nessa perspectiva, o pensamento de Horney contraria dois importantes postulados freudianos. Por um lado, não seria a inveja do pênis que conduziria as meninas ao Édipo, mas o contrário: “minha experiência, do início ao fim, provou-me com nítida constância que o complexo de Édipo nas mulheres leva (não apenas nos casos extremos em

que o sujeito sofreu muitos desgostos, porém *regularmente*) à regressão à inveja do pênis [...]” (Horney, 1926/1991,p. 61 [grifo da autora]). Em outras palavras, a identificação da menina ao pai – que supostamente produziria uma ferida em seu narcisismo – consistiria não apenas em um efeito de desapontamentos amorosos, como apontado em *A gênese do complexo de castração das mulheres*, mas também em uma defesa contra seus desejos incestuosos. Por outro lado, a vagina não lhe seria desconhecida:

Sem dúvida, as fantasias costumeiras de que um pênis excessivamente grande está forçando a penetração, causando dor e hemorragias e ameaçando destruir algo demonstram que a menina baseias suas fantasias edípicas de forma mais realista [...] na desproporção de tamanho entre o pai e a criança. Creio também que tanto as fantasias edípicas como o temor logicamente decorrente de ferimento interno – isto é, vaginal [usualmente interpretado como expressão de uma castração consumada] – demonstram que a vagina, tanto quanto o clitóris, tem papel na organização genital infantil inicial das mulheres (Horney, 1926/1991,p. 62).

De acordo com essa visão desvalorizada das mulheres, a maternidade – único aspecto feminino em que não há concorrência – passa a ser um fardo a ser carregado, uma desvantagem social. Priva-se as mulheres da felicidade de dar à luz uma nova vida. Para a autora, a teoria da inveja do pênis da menina encobre a inveja da maternidade no menino: “[...] quando se começa, como fiz, a analisar os homens só depois de longa experiência analisando mulheres, fica-se surpreendentemente impressionada com a intensidade desta inveja da gravidez, do parto e da maternidade, assim como dos seios e da amamentação” (Horney, 1926/1991, p. 57).

O que a autora enfatiza é que existe uma desvantagem real em ser mulher em uma sociedade patriarcal. Essa desvantagem reforça a inveja do pênis originária (autoerótica). A menina, desde seu nascimento, está imersa em uma cultura que entende seu sexo como um traço de inferioridade. Horney, embora não se nomeie uma pensadora política, com suas críticas profundas a alguns aspectos da teoria psicanalítica torna seu escrito potente para os posicionamentos feministas. Sua visão teórica provém de sua escuta clínica, o que nos faz pensar no laço entre sujeito e cultura. A partir de sua teoria, nos questionamos: é possível pensar uma teoria sobre a feminilidade sem refletir sobre a posição das mulheres na sociedade?

4.3 Jeanne Lampl-de Groot e o Édipo ativo da menina

Jeanne Lampl-de Groot faz parte do grupo de psicanalistas que se tornam discípulas de Freud no período pós-guerra de 1914, junto de Marie Bonaparte, Helene Deutsch e Ruth Mack Brunswick. Nas palavras de Rodrigué (1995, p. 28): “o Professor sempre teve uma queda por um tipo de mulher à Lou Andreas-Salomé – mulheres românticas, complexas, falicamente femininas e inteligentes, como Joan Riviere e a própria Jeanne Lampl-de Groot”. Nascida em 1895, na Holanda, em uma família rica, cursou medicina nas universidades de Leyde e Amsterdam. Depois de ter entrado em contato com a psicanálise através de *A interpretação dos sonhos* (1900), vai, em 1922, à Viena para estudar com Freud. Conhece, em Berlin, seu futuro marido, mas retorna para a Holanda fugindo do nazismo. Em 1946, funda o Instituto Psicanalítico Holandês e, em 1963, é nomeada vice-presidente honorária da IPA. Em 1970, recebe o título de doutora *honoris causa* da Faculdade de Medicina de Amsterdam (Silva & Santo, 2015). Por sua trajetória, percebe-se sua importância em manter a psicanálise viva e produtiva. Em *A evolução do complexo de Édipo nas mulheres*, de 1927, essa psicanalista dedica-se a uma questão que permanece indecifrável em psicanálise: a sexualidade feminina. Para a autora, a dificuldade em encontrar material sobre as meninas (apontada por Freud) se dá em função da intensidade da repressão que elas sofrem. Lampl-de Groot recorda que Horney apontou para o fato de que a grande maioria das observações sobre meninas é feita por homens.

Pensando sobre a teoria que Freud propõe sobre a inveja do pênis, Lampl-de Groot (1927/1967) questiona-se: “[...] como é que a menina, que nunca teve um pênis e, por conseguinte, nunca conheceu seu valor por experiência própria, o considera algo tão precioso?” (Lampl-de Groot, 1927/1967, p. 53). A partir desse questionamento, a psicanalista irá repensar o complexo de castração, nas mulheres, e fazer uma revisão do complexo de Édipo feminino, descrito por Freud.

Enquanto a menina passa pelos estágios pré-genitais, ela mantém o mesmo objeto amoroso que o menino: a mãe, sua cuidadora. Ao ingressar no Édipo, a menina comporta-se como um menino também psiquicamente; quer conquistar sua mãe e eliminar seu pai. É somente ao confrontar-se com o genitor que a percepção do genital masculino fará diferença na vida psíquica da menina: “[...] descobre que o genital do menino é maior, mais poderoso, e mais visível que o seu, e que ele pode usá-lo ativamente para urinar,

processo que para a menina tem um significado sexual.” (Lampl-de Groot, 1927/1967, p. 55).

A aceitação de sua castração traz feridas narcísicas para a menina. Admitindo a inferioridade de seu órgão e atribuindo-a a uma punição por seus desejos incestuosos, ela precisa abandonar a mãe como objeto amoroso:

A relação libidinal-objetal com sua mãe se transforma em uma identificação com esta; ela elege o pai como objeto amoroso: o inimigo converte-se no amado. [...] surge nesse momento o desejo de um filho no lugar do desejo de um pênis (Lampl-de Groot, 1927/1967, p. 56).

No entanto, “[...] esta repressão da atitude edípica negativa da menina é de todo ou parcialmente infrutífera” (p. 58). Se, posteriormente, sofrer decepções em suas demandas passivas endereçadas ao pai, ela sempre pode retornar ao primeiro amor:

[...] devemos ter em conta duas possibilidades: ou bem a menina nunca foi capaz de renunciar por completo a seu desejo de possuir a mãe e estabeleceu assim um vínculo frágil com o pai, ou bem realizou um violento intento de substituir a mãe pelo pai como objeto amoroso, mas, depois de sofrer nova decepção por parte deste, volta à sua primeira posição (Lampl-de Groot, 1927/1967, p. 60).

Tal como em Freud, na concepção de Lampl-de Groot a inveja do pênis é determinante na passagem da mãe para o pai, como objeto edípico. Entretanto, para essa psicanalista tal passagem nada tem de inexorável. Dito de outro modo, o pênis paterno não é um objeto a ser reverenciado: “[...] em contradição com Freud, sustentamos que, nas meninas, o complexo de castração é uma formação secundária e que seu precursor é a situação edípica negativa” (Lampl-de Groot, 1927/1967, p. 62), a qual exerce um fascínio permanente sobre elas. Em transferência, especialmente com analistas mulheres, o amor ativo pela mãe, geralmente encoberto pelo amor passivo pelo pai, inevitavelmente viria à tona:

[...] nos dois casos que citei, foi evidente que, por trás da atitude edípica positiva da mulher, existia uma atitude negativa, com a mãe como objeto amoroso, que se revelou mais tarde no curso da análise e, por conseguinte, havia sido experimentada em uma fase mais precoce do desenvolvimento. (Lampl-de Groot, 1927/1967, p. 69).

A diferença de Lampl-de Groot para Freud é que, para autora, o Édipo da menina tem seu início com o Édipo negativo (posição ativa diante da mãe), sendo o Édipo positivo – atitude passiva diante do pai – secundário. Essa é sua grande contribuição, ao entender a

atividade existente nas meninas e por começar a escutar esta relação edípica primordial da menina com a mãe.

4.4 Ruth Mack Brunswick e o estágio pré-edípico feminino

Em 1926, Ruth Mack Brunswick torna-se analista de Sergei Pankejeff, o homem dos lobos, encaminhado por Freud, e é por esta referência que a conhecemos; mas Brunswick também deu sua contribuição para o estudo da feminilidade. Nascida em 1897, em Chicago, Brunswick é impedida de cursar medicina em Harvard por ser mulher e, por esse motivo, entra na Tufts Medical School, em Boston. Em 1922, ano de sua formatura, vai a Viena em busca de Freud. Analisa-se com Freud até 1938, tornando-se íntima dele, que confiava na sua capacidade, encaminhando pacientes a ela.

Casa-se em 1928, pela segunda vez, divorciando-se novamente anos mais tarde. Foi membro da Sociedade Psicanalítica de Viena, lecionando no Instituto de Psicanálise. Na década de 1930, vicia-se em morfina. Em 1938, muda-se para os Estados Unidos, onde ajuda colegas psicanalistas judeus a fugir do nazismo: “com problemas pessoais e de saúde, prescrevia drogas a si mesma, o que aparentemente contribuiu para sua morte, ao sofrer uma queda e bater com a cabeça, em 25 de janeiro de 1946” (Silva & Santo, 2015, p. 149).

A fase pré-edípica do desenvolvimento da libido é um trabalho que começou a ser escrito em 1930, sob a supervisão de Freud, mas que só foi publicado em 1940, já com referência ao trabalho de Freud de 1931 (*Sexualidade feminina*). Brunswick (1940/1943-44) aponta para este período pré-edípico, comum a ambos os sexos, onde há uma relação amorosa com a mãe, mas ainda não há a rivalidade com o pai. Embora este exista no mundo imaginário da criança, não há uma triangulação: “[...] esse período é o mais antigo, o mais arcaico, o mais estranho ao nosso habitual modo de pensar.” (Brunswick, 1940/1943-44, p. 182). Na menina, assim como no menino, essa fase se converte em um Édipo ativo, tomando, agora sim, o pai como rival. Com o descobrimento da castração, a menina volta-se para o pai, em um Édipo positivo passivo.

A autora entende que a percepção da castração da mãe pela menina faz com que ela perca as esperanças de algum dia ter um pênis. Quando a menina cresce e torna-se mãe, identifica-se com essa mãe do primeiro momento pré-edípico: a mãe ativa. No período entre a mudança de objeto da mãe para o pai, Brunswick sugere que a menina passa por um

estágio de latência pré-edípica. A autora corrobora a ideia freudiana de que a menina precisa adaptar-se ao papel passivo, abandonando sua atividade: “[...] a normalidade exige que o rapaz abandone seu desejo passivo de ter um bebê e a menina, seu desejo ativo” (Brunswick, 1940/1943-44, p. 190).

Para a autora, existem três tipos de atividade na infância: quando a criança, de ambos os sexos, identifica-se com a mãe provedora; quando a criança identifica-se com o pai – nesse caso, a menina não obtém sucesso e o menino apenas parcialmente, em função da insuficiência de seus órgãos genitais; e o terceiro tipo, quando a menina procura identificar-se como um pequeno varão (complexo de masculinidade). O que Brunswick difere de Freud é na equação simbólica pênis-bebê. Para ela, o desejo de ter um filho com a mãe é anterior ao desejo de possuir um pênis. A primeira identificação é com a mãe e com o que esta possui. Porém, quando a menina percebe sua castração, passa a desejar ter um pênis. Nessa perspectiva, a inveja do pênis é secundária. O primeiro desejo é o de maternidade junto à mãe: “[...] primitivamente narcisistas, ambos desejos encontram o seguinte fundamento passageiro na relação materna, antes que se liguem definitiva e permanentemente ao pai” (Brunswick (1940/1943-44, p. 191).

Para concluir, a maior contribuição de Brunswick é pensar a relação pré-edípica da menina com sua mãe, ainda em 1927, no artigo *Análise de um caso de paranoia*. Através de sua escuta clínica, a autora atentou para esse momento arcaico e singular da sexualidade feminina.

4.5 Melanie Klein – Também se inveja o feminino

Melanie Reizes nasce em 1882, em Viena. Embora de origem judaica, sua família não conviveu com a de Freud. Filha de um pai médico e de uma mãe proprietária de uma loja, Melanie nasce em uma família que desafiava os padrões da época: não era comum uma esposa de médico trabalhar. Seu irmão Emmanuel é o responsável por inseri-la em um meio intelectual que atia sua curiosidade. Sua história é marcada por diversas mortes de pessoas por quem tinha um grande apego: sua mãe e, posteriormente, sua irmã e seu irmão Emmanuel. Casa-se em 1903, com Arthur Klein, e frequenta alguns cursos de arte e história na Universidade de Viena, mas nunca concluiu uma formação universitária (Petot, 1979).

Durante a Primeira Guerra Mundial, começa a ser analisada por Ferenczi (nesta época, Klein morava em Budapeste) e inicia os estudos dos textos freudianos. Ferenczi foi o grande responsável por sua entrada na psicanálise. Em 1919, fez sua primeira comunicação oral à Sociedade Húngara de Psicanálise; logo depois, foi eleita membro titular da sociedade, mas ainda não praticava a psicanálise em seu formato clínico. É entre 1920 e 1923 que começa seu trabalho com crianças, logo após ter analisado seu próprio filho de cinco anos, Erich, que aparece em seus trabalhos com o pseudônimo de Fritz. Em 1920, no Congresso de Haia, aproxima-se de Hermine von Hug-Hellmuth, que na época era pioneira na análise de crianças:

O contato foi muito frio: reserva por parte de Hermine von Hug-Hellmuth em relação a essa novata entusiasta e desprovida de qualquer formação universitária; decepção de Melanie Klein, que logo iria constatar que sua colega mais velha não tinha muito a lhe ensinar (Petot, 1979, p. 6).

Em janeiro de 1921, muda-se para Berlin, a convite de Karl Abraham, o que a leva ao divórcio pouco depois. Um ano depois de sua mudança para Berlin, começa a trabalhar na Policlínica de Berlin. Em 1923, durante a análise de sua pequena paciente Rita, de três anos, cria a técnica do brincar como técnica psicanalítica de crianças. Em 1924, dá início à sua segunda análise, com Karl Abraham, que termina com mais uma perda em sua vida: catorze meses depois, Abraham é acometido por uma pneumonia e vem a falecer. Logo que começa a ganhar espaço com sua teoria, é apoiada por nomes importantes, como Ernest Jones, Alix Strachey e Joan Riviere. Klein cria um novo paradigma dentro da psicanálise, com diferenças expressivas da teoria freudiana:

[...] o complexo de Édipo começando imediatamente após o desmame, a introjeção do superego desde os primórdios do conflito edipiano, a existência da transferência na técnica da psicanálise de crianças muito pequenas, com um papel comparável ao desempenhado no adulto (Petot, 1979, p. 9).

Após a morte de Abraham, muda-se para Londres, a pedido de Ernest Jones, onde tinha maior apoio do que em Berlin. Funda, assim, o que conhecemos como Escola Inglesa de Psicanálise. Dentro deste novo paradigma, há de se pensar como se dá a sexualidade feminina.

O texto *Estágios iniciais do conflito edipiano*, de 1928, é produto da prática clínica de Klein com crianças. Assim como Freud, ela acredita que a diferença anatômica entre os sexos é determinante na constituição psíquica. Para Klein (1928/1996), as crianças estão em uma posição receptiva no estágio oral; em outras palavras, são passivas frente à

mãe. Assim, é o menino quem muda de objetivo – que passa ser a penetração –, ao chegar no estágio genital; a menina manteria seu objetivo receptivo e escolheria o pai como seu objeto amoroso.

É neste texto que Klein aponta para a precocidade do sentimento de culpa e, assim, a precocidade da instauração do supereu. Seguindo este raciocínio, é lógico que a conflitiva edípica seja tomada como um acontecimento anterior ao proposto por Freud:

Isso parece explicar de forma satisfatória a origem desse sentimento, pois sabemos que o sentimento de culpa na verdade é o resultado da introjeção (completa, ou – eu acrescentaria – ainda em andamento) dos objetos amorosos edípicos: isto é, o sentimento de culpa é produto da formação do superego. (Klein, 1928/1996, p. 216-217).

O supereu ganha a forma destes objetos introjetados e, assim, ganha vida, pois interage com a criança com ameaças de mordidas e de devoração. Toda a teoria kleiniana é baseada em objetos parciais introjetados e na magnitude da ansiedade que o psiquismo precisa dar conta, ainda em um momento muito inicial e, por isso, sem o uso da palavra.

Klein trata o primeiro período de identificação com a mãe – comum em ambos os sexos – como uma ‘fase de feminilidade’. Mesmo o menino, durante o nível sádico-anal, iguala suas fezes a bebes e deseja roubá-los de dentro do corpo da mãe, o que causa ansiedade pela possibilidade de retaliação de um supereu tirânico. Assim, o menino também tem uma fase feminina, que se caracteriza pelo desejo de maternidade. Diferentemente da teoria freudiana, na qual a passividade é a marca da feminilidade, aqui a marca do feminino apresenta-se como uma maternidade ativa. Logo, a feminilidade também é causa de inveja:

Assim como no complexo de castração das meninas, no complexo de feminilidade dos meninos há no fundo o desejo frustrado de possuir um órgão especial. As tendências de roubar e destruir estão ligadas aos órgãos de fecundação, gravidez e parto que o menino presume existirem na mãe, assim como à vagina e os seios, a fonte de leite, cobiçados como órgãos de receptividade e fartura desde o tempo em que a posição libidinal é puramente oral (Klein, 1928/1996, p. 219).

O que Freud tem a dizer sobre a feminilidade, Klein diz sobre a masculinidade. Para a autora, o valor narcísico que o menino dá ao seu pênis é uma supercompensação por seu sentimento de inferioridade, por sua incapacidade de gestar filhos. Disso pode se desenvolver um complexo de feminilidade: o menino/homem teria a necessidade de

afirmar sua superioridade em relação às mulheres, descarregando sua agressividade. É impossível não ler essa teoria em tom irônico.

Voltemos para a menina. O desmame a frustra e a obriga à separação da mãe. Para Klein, a escolha do pai como objeto amoroso se dá, também – junto da inveja e do ódio da mãe, por esta possuir o pênis paterno –, pela função receptiva dos órgãos genitais femininos. É uma explicação com base biológica. Mas, para autora, não há o monismo fálico: há uma noção inconsciente da vagina como sucedânea da função receptiva da boca, já durante os primeiros impulsos edipianos – que ocorrem em um período precoce.

A autora explica as diferenças entre o supereu masculino e feminino através das diferenças nas identificações. A identificação com a imago da mãe cria um supereu mais cruel, porém, quanto mais próximo da genitalidade, mais intensa é a construção de um ideal de generosidade materna. Assim, as mulheres estariam tanto propensas a um ciúme agressivo, quanto a atos de abnegação e generosidade. Ao se unir com o ideal paterno, que propõe metas ativas, a mulher é capaz de praticar atividades sublimatórias importantes.

Klein cita trabalhos de Helene Deutsch e Karen Horney, como autoras que também se dedicaram ao estudo da sexualidade feminina, acreditava na potência feminina, na sua capacidade sublimatória. Sua teoria é igualitária: homens e mulheres invejam o que não têm. Funda sua própria escola; cria um novo paradigma psicanalítico. Seu inconsciente, povoado por objetos parciais, sádicos e generosos, a tornou a psicanalista mais reconhecida de seu século.

4.6 Joan Riviere – Mascarada

A britânica Joan Hodgson Verral nasce em 1883, em Brighton, e, mais tarde, casa-se com o advogado Evelyn Riviere, tornando-se Joan Riviere. Em 1916, inicia sua análise com Ernest Jones; o fim desse percurso foi marcado por uma relação íntima com seu analista. Jones aconselhava-se com Freud, na época, que apontava essa intimidade como um erro técnico de Jones: “talvez ela tenha sido a Sabina Spielrein de Jones” (Rodrigué, 1995, p. 145). Ela é descrita por Freud (*apud* Rodrigué, 1995), seu segundo analista (análise que começou em 1922), como “ácido bem concentrado, que só bem diluído pode ser utilizado com proveito” (p. 145). Junto de James e Alix Strachey, John Rickman e o próprio Ernest Jones, compôs a equipe de tradução das obras freudianas para o inglês: “ela é uma das seis mulheres (Alix Strachey, Susan Isaacs, Ella Freeman Sharpe,

Sylvia Payne e Bárbara Low), entre 24 homens, que fizeram parte da fundação da Sociedade⁸ (Silva & Santo, 2015, p. 153). Riviere era a tradutora preferida de Freud, por ter estilo elegante e uma tradução rigorosa. O que faz a relação entre a analista e o pai da psicanálise entrar em choque é seu posicionamento de apoio à teoria kleiniana, o que a deixava em oposição aos pensamentos de Anna Freud: “[...] o brilhantismo e desenvoltura de Rivière contrastam com a inibição de que se queixava Anna Freud em relação a escrita e apresentação de suas ideias” (Silva & Santo, 2015, p. 153).

É em 1929 que Joan Riviere publica seu texto *A feminilidade como máscara*, na Revista Internacional de Psicanálise. O artigo inspira-se no trabalho de Ernest Jones, intitulado *O desenvolvimento precoce da sexualidade feminina*, também publicado na Revista Internacional de Psicanálise, em 1927, comentado anteriormente. Riviere debruça-se sobre um tipo específico de mulher: estas mulheres possuíam uma tendência à masculinidade e, tentando ocultá-la, usam a feminilidade como máscara, evitando represálias do sexo masculino.

Riviere (1929/2005) parte da observação de uma mudança cultural:

Há não muito tempo, os objetivos intelectuais das mulheres associavam-se quase exclusivamente com um tipo manifestadamente masculino de mulher, que em casos declarados não fazia segredo de seu desejo de ser um homem. Isto agora mudou. De todas as mulheres atualmente engajadas em trabalho profissional, seria difícil dizer se a maioria é mais feminina do que masculina em seu modo de vida e em sua personalidade. Na vida universitária, nas profissões científicas e nos negócios deparamo-nos constantemente com mulheres que parecem atender a todos os critérios de um desenvolvimento feminino completo (p. 14).

A autora apresenta o caso clínico de uma mulher, intelectual, com uma vida profissional bem sucedida, que relatava muita ansiedade, após a exposição pública de seu trabalho. Isso a levava a buscar o reconhecimento de homens que, muitas vezes, não possuíam sua competência no tema. Além disso, essa procura por reconhecimento era envolta em uma boa dose de sedução: “[...] a análise de seu comportamento após seu desempenho mostrava que ela tentava obter investidas sexuais daquele tipo especial de homem, por meio de flerte e de coquetismo, de forma mais ou menos velada” (Riviere, 1929/2005, p. 15). Essas manifestações foram interpretadas em análise como expressões de seu sentimento de possuir um pênis e, ao mesmo tempo, de seu desejo de disfarçar essa posse, por temer retaliações: “a feminilidade, portanto, podia ser assumida e usada como

⁸ Sociedade Britânica de Psicanálise.

uma máscara, tanto para ocultar a posse da masculinidade, como para evitar as represálias esperadas, se fosse apanhada possuindo-a [...]” (Riviere, 1929/2005, p. 16-17).

Em outro caso, Riviere aponta as formas como a feminilidade como máscara se apresenta. Esta paciente, frente a determinados homens, escondia seus conhecimentos técnicos sobre certos assuntos, mostrando-se frágil e ingênua. Dizia não conseguir colocar-se de forma firme para esses homens e sentia que desempenhava um papel, um personagem. Por meio desses trejeitos, vemos que essas mulheres não conseguem, de fato, colocarem-se em lugar de igualdade com os homens, como se tivessem que dissimular sua potência. A autora mostra como esta feminilidade como máscara, frente aos homens, é uma forma de mantê-los – e mantê-las – a salvo dos ataques sádicos dessas mulheres. Por terem roubado o pênis do pai, este é impotente e frágil. Disfarçar esse furto é uma forma de defendê-las da retaliação paterna.

Usando como referência Klein, Riviere retorna ao momento oral do desenvolvimento psíquico, onde a menina tem como rival tanto o pai quanto a mãe, com movimentos sádicos em direção a ambos, tendo como alvos os mamilos e o pênis. Aqui, teme-se a vingança do casal parental, mas, principalmente, da mãe, que, por possuir em seu corpo os objetos mais preciosos – inclusive o pênis paterno –, é um alvo maior de ódio e, portanto, a mais temida: “ela executará a punição devida ao crime – destruirá o corpo da menina, sua beleza, seus filhos, sua capacidade de ter filhos, mutilará, devorará, torturará e, finalmente, a matará” (p. 20). É nesse momento que a menina, via identificação com o pai, coloca-se a serviço da mãe, isto é, oferece-lhe a masculinidade conquistada como modo de reparar sua apropriação do pênis.

Como se constitui a feminilidade? “A concepção da feminilidade como uma máscara, sob a qual o homem suspeita haver algum perigo oculto, joga um pouco de luz sobre esse enigma” (Riviere, 1929/2005, p. 22). Riviere vai ao encontro das teorias de Ernest Jones e de Helene Deutsch, que acreditam que a mulher feminina heterossexual, que seria uma mulher com a feminilidade plenamente delineada, tem seu desenvolvimento decidido na fase oral da sucção. Os mamilos e o pênis, extremamente idealizados nesta fase, devem, no estágio oral-sádico, serem renunciados. No entanto, no inconsciente nunca o são – do que resulta uma ambivalência incontornável. Inspirada em Abraham, Riviere sugere que a genitalidade – e portanto, a feminilidade plena – é alcançada num estado pós-ambivalente.

Tanto a mulher “normal” como a homossexual desejam o pênis do pai e se rebelam contra a frustração (ou castração); mas uma das diferenças entre elas está na diferença do grau de sadismo e do poder de lidar com ele e com a ansiedade daí resultante (p. 23).

Todavia, não podemos nos iludir com essas concepções normativas. Riviere posiciona-se; para ela, não há diferença entre a feminilidade genuína e a feminilidade como máscara:

O leitor poderá agora perguntar como defino a feminilidade, ou onde traço a linha divisória entre a feminilidade genuína e a “máscara”. Minha sugestão é, entretanto, a de que não existe essa diferença: quer radical ou superficial, elas são a mesma coisa (Riviere, 1929/2005, p. 17).

Sua teoria defende que a feminilidade é construída na fase de sucção oral. Nesse sentido, o feminino é a máscara que reveste o vazio do desamparo; logo, não há uma essência feminina. De qualquer forma, mesmo na fase oral, onde a gratificação é inicialmente passiva, a sucção passa por um movimento ativo de procura do seio. A feminilidade, então, passa a ser entendida como essa máscara que reveste o impulso de incorporar algo fálico. A mensagem de Riviere é clara: se o atributo que permite inscrever uma marca na cultura é negado à “nova mulher” dos anos 1920, elas abocanham-no – e, se necessário, mas não sem conflito, disfarçam-se de “mulherzinhas”.

4.7 Helene Deutsch – Narcisismo, passividade e masoquismo na personalidade da mulher

“Há aqui um livro baseado sobre a experiência, a experiência de ‘sentir como próprios’ os sentimentos de grande número de meninas e mulheres” (Cobs, 1952, p. 8). Stanley Cobs, autor do prólogo do livro de Helene Deutsch, *A psicologia da mulher* (Trabalho original publicado em 1944), resume, nessa frase, sua visão sobre o escrito que segue: Cobs entende que uma teoria da feminilidade formulada a partir da própria experiência de ser mulher parte de uma posição diferente de uma teoria proposta por um homem.

Helene Rosenbach Deutsch, nascida na região da Galícia (Áustria-Hungria), em 1884, foi a filha mais nova de sua família. Aos 16 anos de idade, Deutsch apaixona-se por um advogado democrata, que faz com que ela se aproxime do feminismo, tornando-se ativista dos direitos das mulheres. Diferentemente de Horney, Deutsch posicionava-se politicamente, ocupando uma posição dentro dos movimentos ativistas. Em 1907, seguindo seu amante, muda-se para Viena e entra para a universidade de medicina. Foi a primeira

estudante mulher a tornar-se paciente de Freud e logo passou a frequentar seu círculo de colegas e amigos. Em 1924, fundou o Instituto Psicanalítico de Viena, do qual foi diretora por nove anos. Com a ascensão nazista, Deutsch e sua família mudam-se para os Estados Unidos e lá ela passou a fazer parte da Sociedade Psicanalítica de Boston (Radcliffe, 1985).

Seu primeiro livro publicado já está ambientado no tema da sexualidade feminina, *Psicanálise das funções sexuais da mulher*, de 1925. Nessa primeira publicação, Deutsch detém-se em escrever sobre o desenvolvimento sexual feminino e sua relação com a função reprodutora.

No texto *Masochismo “feminino” e sua relação com a frigidez*, de 1930, Deutsch observa: “na análise de mulheres, nós nos familiarizamos com o complexo de masculinidade antes de termos aprendido mais sobre a feminilidade que emerge dos conflitos relativos ao desenvolvimento” (Deutsch, 1930, p. 141). Dito de outro modo, a autora destaca que a psicanálise interessou-se, primeiro, pelo masculino como conflitivo para as mulheres. No mesmo sentido, a psicanálise dedicou-se àquilo de feminino nos homens, sua passividade masoquista, como sintoma. Embora a bissexualidade seja uma premissa psicanalítica, o que Deutsch aponta é como esses elementos ditos femininos e masculinos são entendidos como patológicos, quando encontrados no gênero oposto.

Deutsch pretende estudar a questão por outro ângulo: entender a feminilidade a partir da disposição masoquista-passiva, que, para ela é próprio das mulheres. Para tal, ela retorna ao conceito de inveja do pênis, que entende como fruto das sensações prazerosas dos órgãos genitais, que impelem as crianças à masturbação e, conseqüentemente, à descoberta da diferença anatômica entre os sexos. Seguindo as trilhas freudianas, Deutsch questiona: na equação pênis-bebê, o que acontece com a libido anteriormente dirigida para o clitóris, quando este precisa ser abandonado como fonte de prazer? Um bebê não é possível neste momento e tampouco é um objeto adequado para essa descarga libidinal: “[...] já sabemos que quando certa atividade é negada pelo mundo externo ou inibida desde o interior, ela normalmente sofre certo destino – retorna ou é desviada” (Deutsch, 1930, p. 144). Logo, a libido retorna ao seu interior, na forma de masochismo, surgindo a fantasia ‘eu quero ser castrada’. Assim, a primeira relação da menina com seu pai é masoquista, exprimindo-se na fantasia de ser castrada pelo pai.

Para a autora, este destino masoquista das mulheres dá-se por fatores biológicos, que levam a menina do desejo ‘não quero ser castrada’ para o ‘quero ser castrada pelo meu

pai'. Assim, o masoquismo nas mulheres pode ser nomeado de desejo de castração. Essa mesma tendência masoquista vai colorir toda a relação da mãe com o seu filho. Deutsch afirma que essa tendência masoquista, e a mesma atitude em relação ao pai, são ramificações da relação primária masoquista da menina com a mãe. Existira, assim, uma tríade de fantasias masoquistas: castração, violentação e parto.

Posteriormente a essa explanação teórica, a autora dedica-se ao tema da frigidez nas mulheres que, para ela, carrega o selo do complexo de masculinidade. A frigidez seria uma forma de não abrir mão do pênis que a menina acreditou possuir na infância. Assim, o clitóris torna-se um órgão que condensa tanto tendências passivas quanto ativas: “[...] em virtude de sua fase de atividade masculina passada, uma espécie de memória do órgão o constitui como o grande inimigo de qualquer transferência de excitação prazerosa à vagina” (Deutsch, 1930, p. 146).

Deutsch cita o texto *A fuga da feminilidade*, de Horney, em que a autora analisa a fuga do desejo incestuoso nas mulheres e que, para Deutsch, é acompanhada de uma fuga de sua própria tendência masoquista. Porém, Deutsch acredita que o papel da análise nestes casos de frigidez seria auxiliar às mulheres a abdicar do pênis e investir seu desejo em ter um filho; em outras palavras, “induzi-las a adotar seu papel feminino” (Deutsch, 1930, p. 148). Horney tem um posicionamento mais crítico, frente a essas questões. De acordo com Deutsch, “[...] chegar ao filho é o alvo fundamental da existência [...]” (Deutsch, 1930, p. 150) das mulheres. Embora esse seja um pensamento conservador, alinhado com a teoria freudiana, Deutsch acreditava no prazer sexual das mulheres e entendia a frigidez não como algo do feminino, mas como um conflito existente na feminilidade. Nesse sentido, existe a possibilidade de prazer para as mulheres. As mulheres de Deutsch poderiam ter como alvo a maternidade, mas não eram castas.

O texto *A homossexualidade feminina*, publicado em 1932, parte de onze casos de pacientes mulheres homossexuais atendidas por Deutsch. Logo no início, a autora frisa que estas mulheres, mesmo tendo se encaminhado para a homossexualidade, não possuíam nenhum traço físico que embasasse a ideia de uma masculinidade constitutiva. Deutsch (1932/1967) assinala os pontos psíquicos da homossexualidade. A autora propõe, a partir de sua prática clínica, alguns entendimentos sobre a homossexualidade, que permitem algumas reflexões também sobre a feminilidade.

Deutsch entende que nem toda homossexualidade feminina é determinada pela inveja do pênis e tampouco acredita que se trate de um complexo de masculinidade, em

termos freudianos. Ela não pensa esses elementos como determinantes. Também não acredita que a homossexualidade seja uma forma de dar vazão ao masculino existente nestas mulheres. Página por página, vai delineando sua hipótese teórica: a homossexualidade feminina está em íntima conexão com a ligação pré-edípica da menina com sua mãe. Nesse sentido, em um casal de mulheres homossexuais, não haveria uma que interpretasse um papel masculino e outra, o feminino, mas as funções interpretadas estariam em torno do par de opostos passividade/atividade, que não seriam posições rígidas, e sim representadas ora por uma das mulheres, ora por outra. Esse jogo de posições estaria ligado à bissexualidade feminina.

Outro ponto interessante é o fato de que essas mulheres, que buscam tratamento geralmente tomadas por uma depressão neurótica, encontram-se em situações em que não conseguem ter relações homossexuais, permanecendo inibidas em realizar seus desejos. No momento em que conseguem ter uma relação com outra mulher de forma satisfatória, suas depressões se desfazem e suas vidas seguem com menos conflitos. Embora a autora não coloque desta forma, percebemos a influência de uma cultura marcada pelo preconceito: não dando espaço para que estes desejos sejam realizados, os sujeitos acabam adoecendo.

A autora postula que a menina, ao deparar-se com seu corpo insuficiente, dirige-se ao pai, de forma passiva, esperando ter um filho deste, concordando com a teoria freudiana. Como isto também não ocorre, a menina retorna à mãe, na esperança de que por ela seja amada. Estas oscilações podem levar a menina a escolher um objeto de amor homossexual:

Nestes casos de homossexualidade feminina houve uma fase mais ou menos prolongada de indecisão, na qual demonstra que não se tratava tão somente de uma simples fixação na mãe como primeiro objeto amoroso, e sim um bem mais complicado processo de retorno. A decisão em favor da mãe reside, naturalmente, em seus antigos poderes de atração, mas também nas forças de rechaço de outros imãs; a negativa, a ansiedade e as reações de culpa (Deutsch, 1932/1967, p. 44).

A autora baseia-se nas proposições freudianas acerca da homossexualidade feminina, publicadas no caso da *Jovem homossexual*: a menina torna-se homossexual a partir de um desapontamento com o pai, regredindo à fixação primordial na mãe. A diferença entre Freud e Deutsch não está nos fundamentos da teoria, mas, sim, em sua ênfase: enquanto Freud pensa a homossexualidade feminina realçando a inveja do pênis, Deutsch destaca a ligação pré-edípica com mãe. Deutsch acredita que a homossexualidade feminina é fruto de uma fixação da menina em sua mãe, o que

proporciona um entendimento para além do falo: as questões não se estabelecem em torno do masculino e do feminino, do homem e da mulher, mas, sim, da passividade e da atividade. Deutsch aponta, ao estudar a homossexualidade, para essa possibilidade de retorno ao período pré-edípico, que podemos ampliar como uma marca do feminino, que possibilita este escape de uma ordem fálica.

5 AS MULHERES NO INÍCIO DO MOVIMENTO PSICANALÍTICO

A partir do encontro com os escritos das psicanalistas de 1920, retroativamente, chegamos nos nomes – traços – das mulheres psicanalistas de 1910. Este movimento deu-se como um processo de escavação: quanto mais se avançava, mais nomes surgiam e, com eles, novas possibilidades de história. Os primeiros nomes encontrados foram os de Sabina Spielrein e Margarete Hilferding, que possuem livros dedicados à suas produções e suas histórias. *A posteriori*, estabelecemos o Congresso de Berlin, de 1922, como um marco histórico: é a partir dele que as psicanalistas de 1920 surgem com uma nova potência. Nos questionamos: como isso foi possível? Para tentar responder tal pergunta, buscamos nas biografias de Freud e nas conferências da Sociedade Psicológica das Quartas-feiras algum vestígio dessas mulheres. A história da herança feminina na psicanálise começou alguns anos antes e tentamos aqui resgatar os nomes desta história.

5.1 O veado no cio grita em satisfação

Ao lermos a biografia de Freud escrita por Jones (1953), algo chama a atenção, pela falta: não encontramos qualquer referência à existência de mulheres no círculo profissional do fundador da psicanálise até 1911, quando Margarete Hilferding – a primeira mulher membro da Sociedade Psicanalítica de Viena – decide acompanhar Adler e deixar a Sociedade. Na biografia escrita por Peter Gay (1988), apenas Lou Andreas-Salomé é lembrada como amiga íntima de Freud. Ela chega em 1912 a Viena e encanta toda a comunidade psicanalítica. Não é que as mulheres não tivessem interesse pela psicanálise, mas parece que sua presença ainda era pouco notada, chegando a não ter importância alguma para o movimento psicanalítico. Não se trata de uma inexistência de mulheres, mas de uma dificuldade de se escrever os traços históricos deixados por elas.

Antes mesmo da entrada de qualquer mulher na Sociedade Psicanalítica de Viena, já havia uma série de mulheres interessadas nas ideias de Freud e que assistiam suas conferências na universidade. Para citar alguns exemplos: Dora Teleky, uma das primeiras médicas da Áustria, ginecologista, que frequentou desde 1900 até 1903-4; Aurelia Axter, Else Friedland e Gisela Kaminer, essa última tendo contribuído com pesquisas pioneiras sobre câncer, estiveram presentes em 1906-7; Ada Hirsch (que provavelmente foi analisada por Freud), Clara Honigsberg e Caroline Brum em 1908-9 e Emilie Pisko, que viria a se casar com Hanns Sachs, conhecido discípulo de Freud, frequentou as conferências de 1906 a 1910 (Silva & Santo, 2015, p. 136-137).

É nesse solo pouco receptivo ao registro de sua presença, que as primeiras mulheres psicanalistas deixaram marcas e construíram sua história. É só em 1910 que Hilferding começa a fazer parte da Sociedade Psicanalítica, mas, antes disto, encontramos pistas de que mudanças estavam acontecendo na sociedade europeia. O porta voz dessas mudanças foi um médico e escritor, que passa a fazer parte da Sociedade em 1907, Dr. Fritz Wittels, que, mais tarde, vem a escrever uma criticada biografia de Freud. Lembramos que é nesse período que as mulheres começam a frequentar as universidades. Wittels mostra-se sensível a este movimento e isto é expressado em conferências na Sociedade, em abril e maio de 1907 e março de 1908 (Numberg & Federn, 2015).

A primeira conferência, em abril de 1907, é sobre uma revolucionária socialista russa, Tatiana Leontiev, que em um atentado assassinou o ministro Durnovo. Wittels propõe um debate sobre como esse ato seria reflexo de sua conflitiva edípica, resultado do amor desdenhado pelo seu pai. O médico ainda afirma ser provável que a revolucionária desejasse ser “profanada”, em seu ato heroico. Outro psicanalista presente, Isidor Sadger, tio de Wittels, concorda com essa opinião – Sadger será um nome importante de lembrarmos, mais adiante. A ata sobre a conferência termina com a seguinte frase: “[...] o conferencista manifesta, por fim, sua antipatia pessoal por Leontiev e por todas as históricas” (Numberg & Federn, 2015, p. 256). Na discussão que se seguiu, as opiniões dividiram-se: alguns dos presentes acham engenhosos os argumentos apresentados, enquanto outros pensam que Wittels: “[...] expressou sua própria histeria” (p. 256). Adler assinala que o conferencista esqueceu de apontar outras questões importantes para o caso: como, por exemplo, a cultura russa e a ideologia da revolucionária. Freud afirma que tomar os motivos dos atos como somente inconscientes é perigoso: “[...] o motivo inconsciente tem direito à indulgência” (Numberg & Federn, 2015, p. 259). Wittels termina sublinhando que: “[...] a sexualidade está em tudo o que a mulher faz e sente.” (Numberg & Federn, 2015, p. 260). Para Wittels, a sexualidade da mulher é uma armadilha para a civilização e aponta para o retorno à barbárie.

Em maio de 1907, Wittels volta a compartilhar suas ideias sobre as mulheres, em uma conferência intitulada *As mulheres médicas*, na qual propõe uma discussão sobre o tema de seu artigo publicado na revista *Die fackel*, também em 1907. Neste artigo, Wittels elabora uma série de argumentos, com o intuito de justificar o porquê das mulheres não poderem exercer a medicina. As mulheres nunca poderiam ser psiquiatras, pois não entenderiam a psicologia masculina (a situação inversa é possível) e nunca poderiam

ocupar lugares hierárquicos acima dos homens, por estarem sujeitas a mudarem de decisões assim que elogiadas. Uma mulher que opta, por desejo, pela medicina, só pode ser vista como uma prostituta por seus colegas, pois encontra na medicina vazão para seus desejos sexuais. Por fim, a luta feminista só pode ser entendida como histeria.

Na discussão que se seguiu, Paul Federn (filho de uma expoente ativista pela emancipação feminina) pontua que também se encontram homens que utilizam a medicina para satisfazer seus desejos sexuais. Max Graf (o pai do pequeno Hans) insinua que a paixão com que Wittels fala sobre o tema refere-se ao seu incômodo por as mulheres escolherem estudar no lugar de praticarem o coito, mas complementa que talvez as mulheres de fato não tenham a autoridade necessária para serem médicas. Poderiam, quem sabe, ocupar uma função mais maternal, como a de enfermeiras. O que talvez Graf estivesse apontando era para um lugar que, sim, as mulheres ocupavam na sociedade, um lugar ainda sem a possibilidade de autoridade. Já Edward Hitschmann, futuro diretor da primeira clínica psicanalítica pública de Viena, propõe que Wittels usa o conceito de histeria de forma indiscriminada, mas concorda e acha interessante o fato de que a maioria das mulheres estudantes de medicina são feias. O que impressiona nesses comentários é como as mulheres eram vistas através de seu corpo, de sua sensualidade. Se, em alguns momentos, as mulheres são vistas como seres maternais desprovidas de desejos sexuais, em outros a sexualidade passa a ser um imperativo do modo de agir feminino. Hitschmann termina com a frase: “em seu artigo, ouvimos o veado no cio gritar em satisfação” (Numberg & Federn, 2015, p. 303).

Freud, ao comentar a conferência, afirma que as mulheres não podem ser condenadas por seu atraso, pois a elas é imposto o pesado fardo da procriação, argumento que será exposto novamente em *Algumas consequências psíquicas sobre as distinções anatômicas entre os sexos* (ao falar sobre o supereu feminino). Acredita que o conferencista tenha falado em tom misógino, como um menino que acaba de descobrir o sexo feminino de sua mãe. Mas Freud acredita que as mulheres nunca acompanharão os homens no tocante à sublimação. Adler faz o espirituoso comentário: “Wittels levanta a saia das estudantes e diz: ‘Vocês tem genitais femininos’” (Numberg & Federn, 2015, p. 305). Os comentários transitam entre interpretações do autor e confirmações do que foi dito. A conferência seguinte, ainda em maio de 1907, não consta em ata, mas sabemos que a discussão continuou com Wittels e foi intitulada *A mulher cortesã*.

Em 1908, há uma nova conferência, intitulada *A posição natural da mulher*. Wittels compartilha seus questionamentos acerca da menstruação. É interessante e até curioso perceber como esse assunto era pouco conhecido, inclusive pela medicina, que concebia a menstruação como um período de desintoxicação do organismo feminino. Estamos no início do século XX e ainda há muito o que ser descoberto sobre o assunto.

Nessa conferência, Wittels propõe uma hipótese: no período de hominização, a sexualidade era impedida durante a menstruação e a gestação. Por esse motivo, os homens foram obrigados a sublimar sua libido, diferentemente das mulheres. Logo, as mulheres, mesmo tempos depois, mantêm-se nesse papel passivo na cultura, mas, ao mesmo tempo, é a elas que se deve o período de hominização: “[...] a mulher é a criatura mais conservadora que existe” (Numberg & Federn, 2015, p. 502). A hipótese de Wittels é de que a posição das mulheres foi transformando-se durante as mudanças que a cultura sofreu: primeiro eram deusas veneradas, depois mães e, agora, castas. Esses lugares são todos passivos, por serem designados pelos homens: “[...] uma consequência disso é a nossa maldita civilização, em que as mulheres lamentam não terem nascido homem e buscam tornar-se um (movimento feminista)” (Numberg & Federn, 2015, p. 503). Por mais absurdas que as ideias de Wittels soem, elas parecem ter um grão de sensatez; a posição das mulheres foi designada pelos homens, embora também haja um grau de atividade nessa posição primeiramente passiva. Nesse sentido, não podemos esquecer de *Totem e tabu*. Qual o lugar da mulher no mito totêmico, que não o de causa da civilização? Com certeza, não é um lugar de atividade.

A discussão que se seguiu tratou de questões antropológicas, que mostraram serem incompatíveis com as hipóteses de Wittels. Freud comenta um livro de John Stuart Mill, *A emancipação feminina*, de quem fez a resenha, dizendo que o autor negligenciou o fato de as mulheres não poderem trabalhar e ter filhos, ao mesmo tempo. Por esse motivo, o movimento feminista não traria grandes vantagens às mulheres. Freud entendia que somente as mulheres serviam para o papel de cuidadoras das crianças. Adler – que, após ela, assume posicionamentos mais avançados que seus colegas – coloca:

A diferença essencial entre a posição do conferencista e do professor é a seguinte: enquanto todos supõem que a repartição atual dos papéis dos homens e das mulheres é imutável, os socialistas propõem que o quadro da família já se encontra hoje abalado e se abalará cada vez mais (Numberg & Federn, 2015, p. 506).

E, ainda hoje, continua sendo abalado. Complementa, afirmando que as mulheres encontrarão uma forma para que a maternidade não seja um peso (encontramos?). Acrescenta que a teoria marxista entende que as mulheres também passam a ser vistas como propriedade, em uma sociedade capitalista, a qual tem como fundamento a propriedade privada. Wittels rebate Adler, dizendo que suas confusões vêm da impossibilidade de ser freudiano e social-democrata, ao mesmo tempo.

O interessante desses debates é perceber o quanto a cultura influenciou a teoria originada nessa época e, ao mesmo tempo, o quanto esses debates ainda podem ser atuais. O movimento feminista continuou a ser visto por alguns como uma queixa histórica. Política e psicanálise, em alguns espaços, ainda parecem ser incompatíveis. Wittels e Adler são representantes de posições e oposições, ambas ainda possíveis aos psicanalistas.

5.2 Pioneiras

Não é uma coincidência que a primeira célebre histórica da psicanálise tornou-se uma feminista. Bertha Pappenheim, a famosa Anna O., formou-se como a primeira assistente social da Alemanha vinte anos após o fim de seu tratamento com Breuer. Tornou-se um ídolo do movimento feminista. Pappenheim foi: “[...] uma sufragista de classe média, amplamente viajada, filantrópica, mulher progressista da literatura e uma tradutora poliglota em uma só pessoa” (Noever, 2007, p. 7). Para Roudinesco (1986, p. 24), “[...] se Freud descobriu o inconsciente, Bertha Pappenheim ‘inventou’ o tratamento analítico”, nomeando-o como *limpeza de chaminé*. Se a escuta conquistou uma posição tão ilustre na técnica analítica para Freud, foi por que, do outro lado, houve uma paciente que se pôs a falar com uma boa dose de imaginação. Além de ser uma ávida colecionadora de rendas e objetos de ferro fundido, que foram reunidos em uma exposição no MAK (*Museum für angewandte Kunst*), de Viena, de 2007 a 2008, com o nome de *Lace and so on...*, ela dedicou-se aos direitos das mulheres mas, principalmente, das mulheres judias. Em 1907, Pappenheim funda uma casa para mães judias solteiras e suas crianças, em Neulsenburg, cidade perto de Frankfurt. Viajou por toda a Europa na luta pelos direitos das mulheres e ajudou inúmeras judias, trabalhando em investigações sobre o tráfico de mulheres brancas e reeditando obras da tradição judaica.

Bertha fundou um orfanato em Frankfurt, organizando uma liga de mulheres judias e uma casa de mães solteiras, tendo em homenagem póstuma, sido agraciada com um selo comemorativo com sua efígie. Mas, por ironia do destino, uma mulher que fez tantas coisas importantes na vida é mais conhecida pelas cobras e lagartos de seus delírios (Rodrigué, 1995, p. 280)

Assim como Pappenheim, as primeiras psicanalistas ficaram enterradas nas atas e cartas dos primórdios do movimento psicanalítico, não sendo lembradas no âmbito histórico, muito menos teórico. “Ser primeiro alude a uma referência, a um marco temporal” (Cromberg, 2010, p. 35). O marco temporal que tratamos aqui é o de uma série de formalizações que aconteceram na *International Psychoanalytical Association*, em 1925, reflexo das discussões no Congresso de Berlin, de 1922. Existente desde 1910 e tendo como presidente Ernest Jones desde 1921, neste período surgem regras para a formação: obrigatoriedade de análise pessoal e supervisão, além da proibição de analisar familiares. O grupo de mulheres – que chamamos aqui de segunda geração, trabalhadas anteriormente – que passa a fazer parte do movimento psicanalítico após essas mudanças já possui um certo reconhecimento institucional e, por isso, são mais lembradas por nós. Mas essa parte do trabalho fala daquelas que foram as primeiras referências, a primeira geração de mulheres psicanalistas: pré-1920, seus percursos foram um pouco mais turbulentos dentro da psicanálise. Ficaram esquecidas, atrofiadas em sua importância, até, pelo menos, os anos 1970. Com os movimentos psicanalíticos que passam a existir além do modelo IPA, abre-se uma possibilidade de revisitar a história e conhecermos, assim, quem mais foi autor na história da psicanálise – e isso nos remete a aquelas psicanalistas que se localizaram para além da ordem patriarcal.

Nesse sentido, concordamos com a concepção de Cromberg (2010):

Na concepção geoarqueológica da história que tenho, passado e presente se ligam. Um interesse ou configuração do presente pode se unir a algum documento que, como ruína, se constitui num achado arqueológico que, por sua vez, constitui um campo de escavação onde surgem novas camadas de épocas passadas que transtornam as relações históricas habitualmente estabelecidas em compreensões únicas e hegemônicas, criando novas ligações (p. 37).

Nesta concepção de história, em que passado e presente continuam vivos e concomitantes, é a temporalidade que se modifica. Assim, falar de história não consiste em falar do passado, mas permitir que aquilo que foi fundador dos movimentos contemporâneos ganhe nome e passe a transitar no discurso atual, sendo fonte de novas ligações. Escutar a história permite um trânsito ainda maior de cadeias associativas e de possibilidades de novas construções que podem, sim, transformar o mundo em que

vivemos. Tendo esta concepção como aliada, nos dedicamos a revistar a história dessas primeiras psicanalistas.

Segundo Roudinesco (2009), estas primeiras psicanalistas tiveram origem e destino muito parecidos com os dos primeiros homens psicanalistas e faziam parte da burguesia judaica e/ou do leste europeu. Os dois grupos morreram em cenas trágicas: vítimas do nazismo, assassinato ou suicídio. Mas questionamos esta proposição: embora as mortes de homens e mulheres possam ter sido parecidas, os psicanalistas homens ocuparam lugares burocráticos tanto no movimento psicanalítico quanto na sociedade vienense. Já as psicanalistas, arriscavam-se em uma sociedade que não possuía espaço para o trabalho de mulheres.

Podemos citar, a título de fundamentar o que propomos aqui, a trajetória de alguns desses pioneiros homens da psicanálise. Paul Federn, por exemplo, não era um dos favoritos de Freud, mas, mesmo assim, em 1924, assume a presidência da Sociedade Psicanalítica de Viena, assim que Freud passa a ter seus primeiros sintomas do câncer. Como um dado importante de sua história, podemos situar seu curto período como analista de Rainer Marie Rilke. Ao mudar-se para os Estados Unidos, tornou-se um dos líderes da Sociedade Psicanalítica de Nova York. Embora tenha cometido suicídio aos 80 anos (mesmo fim de algumas das psicanalistas que falaremos aqui), não podemos dizer que sua vida foi soterrada pela história. Assim como Federn, Edward Hitschmann também tornou-se um dos líderes da psicanálise nos EUA e também ocupava o lugar agridoce de “não preferido” de Freud e, ao mesmo tempo, leal ao fundador. Foi, por algum tempo, médico da família Freud. Em 1922, é indicado por Freud para chefiar a clínica psicanalítica *Ambulatorium*, em Viena (Roazen, 1971).

Max Graf, que não seguiu com a psicanálise, tornou-se musicólogo, desistindo da carreira de composição. Redigiu duas obras sobre Richard Wagner. Em 1910, publica o livro *A oficina interior do músico*, que usa bases freudianas para falar sobre classicismo e romantismo na história da música. Suas contribuições não foram ao mundo psicanalítico, mas sim à vida musical de Viena. Já Isidor Sadger, que era dotado de uma ortodoxia que assustava o próprio Freud, não deixou nenhuma contribuição ao movimento psicanalítico, a não ser seu duvidoso trabalho com Hermine von Hug-Hellmuth, que veremos adiante. (Roudinesco & Plon, 1998).

Citamos esses nomes por terem aparecido nas atas que aqui comentamos. Porém, podemos acrescentar: Hanns Sachs, Max Eitingon, entre outros. Estes psicanalistas não

produziram grandes textos ou teorias que contribuíssem para o crescimento do movimento psicanalítico. Ainda assim, ocuparam diferentes cargos nas instituições psicanalíticas (Instituto de Psicanálise, Sociedade de Psicanálise, Policlínica psicanalítica) e, dessa forma, seus nomes continuaram inscritos no movimento. Logo, divergimos de Roudinesco, nesse ponto, e entendemos que, diferentemente dos homens psicanalistas, as psicanalistas mulheres sofreram com o apagamento de sua história e de suas contribuições para o movimento psicanalítico.

Seguimos, portanto, falando das primeiras psicanalistas que atuaram na clínica. Começaremos com Emma Eckstein, nascida em 1865.

Eckstein é a famosa paciente do sonho de Injeção de Irma e muito pouco se sabe sobre ela. Era parente de Paul Federn, que a encaminhou para tratamento com Freud, em função de suas constantes dores abdominais. Na época, Freud encontrava-se em plena correspondência com Fliess e se identificava com a opinião desse otorrinolaringologista berlinense de que problemas na mucosa nasal, dadas suas supostas vinculações com a mucosa genital, poderiam subjazer aos sintomas histéricos. Por esse motivo, Freud chamou-o para fazer uma cirurgia nasal na paciente, em fevereiro de 1895. Dr. Fliess, um pouco desastrado, esquece 50cm de gaze dentro do nariz de Eckstein, o que resultou em um sangramento que quase a levou à morte e não solucionou suas dores abdominais. Na retirada da gaze, “Freud, que assistia o procedimento, se sentiu mal e teve de se retirar do local. Quando retornou, Emma o recebeu com as palavras: ‘Então este é o sexo forte!’ ” (Silva & Santo, 2015, p. 137). Em julho deste mesmo ano, Freud sonha com a Injeção de Irma. (Roudinesco, 2009).

Por meio de cartas trocadas entre Freud e Eckstein, que foram guardadas por seu sobrinho Albert Hirst, chega-se à conclusão de que ela foi a primeira mulher a trabalhar com a clínica psicanalítica, a receber pacientes, encaminhados pelo próprio Freud. As cartas trocadas entre Freud e Fliess, referentes ao caso de Eckstein, foram omitidas, na primeira coletânea feita por Marie Bonaparte, Anna Freud e Ernst Kriss. Eckstein escreveu artigos até 1905, publicando uma resenha de *A interpretação dos sonhos* e um livro chamado *A questão sexual na educação das crianças*, em 1904 (Silva & Santo, 2015). Depois disto, foi acometida por uma doença sem explicação, morrendo de apoplexia cerebral, em 1924 (Roudinesco, 2009).

Outra das pioneiras da psicanálise, com um importante papel no ato de desbravar o território até então masculino, foi Margarete Hilferding, que nasceu em 20 de junho de 1871, em Viena. Com 71 anos, morre em um campo de concentração nazista:

Entre Viena – 1871 e Theresienstadt – 1942, entre seu nascimento, filha de pais judeus austríacos e seu desaparecimento (deveríamos escrever assassinato?), Margarete sofreu influências e conviveu com relações e contradições sociais, que permitem individualizá-la na dignidade de seu itinerário de mulher, judia, esposa, militante socialista, médica e psicanalista pioneira (Pinheiro & Vianna, 1991, p. 14-15).

É em 1910 que Hilferding começa a fazer parte da Sociedade Psicanalítica de Viena. No mesmo dia em que seu nome é proposto para admissão no grupo, Adler assume a presidência da sociedade, apesar de desavenças já existentes entre ele e Freud. No seu discurso, o psicanalista reitera a necessidade de que se estabeleçam regras que possibilitem a expansão controlada do movimento psicanalítico.

Coincidência memorável: justamente no dia em que é proposto pela primeira vez o nome de uma mulher para se integrar como membro desse grupo, até então constituído só de homens dedicados ao estudo da psicanálise, inicia-se a discussão sobre regras e padrões para organizar nova sociedade e estabelecer mudança de local das reuniões... (Pinheiro & Vianna, 1991, p. 60-61).

Na votação que se seguiu sobre a entrada de mulheres no grupo, dos 14 membros presentes, três foram contra. Freud posicionou-se a favor dessa nova possibilidade. Interessante pensar que, com a entrada de Hilferding na sociedade, ela passou a ter direito a voto na instituição, o que não era permitido às mulheres em Viena. Como é apresentado em diferentes atas da sociedade, Hilferding expressava-se agregando ponto de vistas femininos para os debates que aconteciam em torno de diferentes assuntos, como escolha profissional e masturbação.

“No dia 11 de janeiro de 1911, Margarete Hilferding proferiu uma conferência sobre *As bases do amor materno*, na Sociedade Psicanalítica de Viena para um público composto de 20 homens, incluindo Sigmund Freud” (Berlinck, 2014, p. 1). A inovação de sua teoria está na proposta de que “não existe amor materno inato” (Hilferding, citada em Pinheiro & Viana, 1991, p. 90). Para a autora, é por meio da interação física da mãe com o seu bebê que este passa a ser objeto de amor materno. Em sua conferência, Hilferding ainda pontua que seria interessante refletir sobre a participação do pai como objeto sexual da criança. Pensando sobre as mulheres que acabam por não amarem seus filhos, a autora

coloca: “[...] enquanto psicanalistas, podemos dificilmente aceitar que essas mulheres sejam mentalmente degeneradas” (p. 90).

No debate que se seguiu, alguns comentários apontam para o que é considerado fato: a mulher ama seus filhos como ama seus próprios órgãos genitais (comentário de G. Grüner). Freud coloca que, mesmo antes da concepção, os pais já criam expectativas para o bebê, que pode vir a determinar o amor e a hostilidade quando ele nascer. Federn pontua que o ódio materno é visto em mulheres com características masculinas. O argumento de que o amor é inato é embasado por alguns presentes, terminando com Hilferding dizendo que não havia sido bem compreendida. Além do pioneirismo, por ser a primeira mulher pertencente à Sociedade Psicanalítica, Hilferding trouxe para debate o tema da maternidade, colocando em dúvida o mito de uma mãe incondicionalmente amorosa.

Em outubro de 1911, tendo Adler fundado sua própria sociedade e sido demitido de seu posto de presidente da Sociedade Psicanalítica de Viena, foi votado que seria incompatível aos psicanalistas pertencerem às duas instituições. Assim, Hilferding e outros pedem demissão da SPV. Mesmo depois de sair da sociedade psicanalítica, Hilferding sempre esteve presente em manifestações do partido social-democrata, envolvida em questões como a saúde das gestantes e dos recém-nascidos. Junto de Adler, dá continuidade aos estudos sobre o tema da feminilidade e da psicologia individual (escola criada por Adler). Apresentou diversos trabalhos: *Mulheres e a psicologia individual* (1932), *Fuga do casamento* (1934), *O psicólogo individual como médico escolar, Casamento e crise e Ideias de psicologia individual sob o ponto de vista de um médico de crianças* (1935), *Pontualidade e A vida humana sob o ponto de vista da psicologia individual e da psicologia experimental* (1936) (Pinheiro & Vianna, 1991).

Nos dedicamos agora a Sabina Spielrein, a psicanalista mais marcante desta geração, que possui uma história enredada às tramas da história da psicanálise. Seu romance com Carl Gustav Jung lhe outorgou a posição de paciente e amante do psicanalista. Seu lugar de pioneira da psicanálise ficou adormecido até há pouco tempo.

Sabina Nikolayevna Spielrein, nascida em 1885, na cidade de Rostov, na Rússia, foi a segunda psicanalista a se filiar à Sociedade Psicanalítica de Viena, em 1911, seguindo Margarete Hilferding. De origem judaica, sua família orientou os filhos aos estudos, desde cedo tendo aula de piano, canto e línguas (Cromberg, 2014). Estudiosa e sentindo-se pressionada, a jovem de dezoito anos sofre um colapso psíquico e, desse modo, faz sua entrada no mundo da psicanálise. A Sabina paciente e amante é a Sabina enredada em

fofocas, filmes e livros sobre seu romance com o Dr. Jung. Já a Sabina psicanalista, pensadora e teórica pioneira – em temas como pulsão de morte⁹ e análise de crianças – ficou esquecida, soterrada em meio a cartas trocadas com Freud e Jung. Focaremos em mais uma área que mereceu sua contribuição: a sexualidade feminina.

Com uma fala ambivalente – por vezes questionando os padrões da época, por vezes reiterando-os –, Spielrein escreve um pequeno texto intitulado *A sogra*. Nesse artigo, a autora parte de um questionamento: porque as sogras padecem do estigma de ‘maldosas’ e os sogros são vistos como ‘bondosos’? Referindo-se ao texto freudiano *O horror ao incesto em selvagens e neuróticos* – publicado na revista *Imago* (Cromberg, 2014) –, é observado que a resistência à sogra está presente também em tribos de outros locais do mundo. Sua hipótese inicial é ambientada em uma crítica sobre a sociedade da época: as mulheres, tendo menor oportunidade de vivenciar seus desejos na realidade e, por outro lado, uma maior capacidade de empatia, acabam tendo uma via facilitada para viver romances da filha, por identificação. É pela maternidade que se estabelece essa maior capacidade empática feminina e, também, sua maior capacidade de abdicar de seus desejos em razão do outro. “Spielrein não afirma que a função social da mulher é a maternidade, mas sim que esta só pode tornar-se constitutiva da trama social de humanização pela capacidade de identificação com o outro” (Cromberg, 2014, p. 341).

Aqui já se encontra uma das propostas teóricas da psicanalista sobre a diferença entre os sexos. A possibilidade de criação – artística, científica – passa pela capacidade de sentir o que está em si e o que está no outro de forma objetivada e, posteriormente, afastar-se desse sentir para poder torná-lo algo impessoal. Para Spielrein, essa capacidade está, na maior parte dos casos, circunscrita ao masculino. Isto porque a mulher, diferentemente do homem, traz para si o vivido no outro e é dentro de si que cria e modifica a realidade conforme seu desejo. Seguindo este pensamento, chega-se a uma conclusão: no inconsciente, as mulheres podem ser artistas tão criativas quanto os homens. Mas, no mundo real, Spielrein acreditava que nunca haveria mulheres artistas à altura dos homens, em função da forma como conduzem sua empatia. Spielrein parecia não ser capaz de perceber a capacidade de criação existente em si mesma.

⁹ Em *Além do princípio do prazer*, Freud (1920/1996, p. 65) comenta que considerações sobre a pulsão de morte foram antecipadas pela autora, em *A destruição como origem do devir*, onde Spielrein: “[...] descreve os componentes sádicos do impulso sexual como destrutivos”.

Se uma mulher está impossibilitada de realizar seus desejos, identificar-se com sua filha e viver a vida dessa passa a ser uma via facilitada, e os sentimentos de insatisfação podem ser projetados nela. A relação entre mãe e filha é mais delicada do que entre mãe e filho; desde o nascimento da criança, a relação se realiza de forma muito mais íntima e erótica. Em 1913, Spielrein já previa aquilo que seria retomado por Freud e outras analistas sobre a fase pré-edípica feminina.

Em seu texto mais famoso, escrito um ano antes, *A destruição como origem do devir*, Spielrein afirma que, em toda relação de amor, há duas formas de representação. Uma delas é como amamos e a outra, como somos amados. Nos homens, em função da forma da conquista da fêmea ser mais ativa, as primeiras representações projetadas são dominantes. Nas mulheres, que têm o papel de atração na conquista, são as segundas representações as principais: transforma-se em objeto amado e ama-se como objeto do homem. A isso estão associadas todas as formas que as mulheres buscam para poder agradar aos homens e, também, a homossexualidade e o autoerotismo presente nas mulheres. É transformando-se em seu amante que as mulheres sentem-se masculinas. O mesmo acontece com a criança que, para ser amada por seus pais, coloca-se no lugar de objeto destes, tentando imaginar o que fazer para agradá-los. Os homens, por sua atividade, tornam-se mais sádicos e querem destruir o objeto amado. E as mulheres, que se posicionam como objeto amado, querem ser destruídas. Bordas, estas, sempre tênues, pela bissexualidade originária de todo sujeito e, por isso, tanto homens quanto mulheres podem ser tanto sádicos quanto masoquistas. Reforçando o conceito de bissexualidade, Spielrein nos lembra a tese de Freud: passividade e atividade não equivalem a feminino e masculino. Quanto mais o sujeito coloca-se – ou é colocado – no lugar do objeto amado, mais autodestrutivo ele se torna. Spielrein parecia dar uma declaração sobre seu relacionamento com Jung; uma teoria sobre sua própria experiência e, por este motivo, uma teoria tão complexa e profunda.

Para a autora, a identificação com a mãe é diferente da proposta por Freud, quando este pensa a histeria. É uma identificação maciça com essa mãe originária e busca a destruição da vida dessa, para tomá-la para si. Esse processo não é regido pelo princípio do prazer – e aqui temos os esboços da pulsão de morte –, pois, para possuir a vida dessa mãe originária, o Eu precisa destruir sua própria vida; busca sua autodestruição. Esse processo identificatório torna-se muito mais complexo e penoso quando se trata da mãe com sua filha, pois, como expressa Cromberg (2014, p. 316): “[...] é um curto circuito onde duas

pessoas idênticas entram em contato”. É nesse duplo feminino que terá origem toda interdição da relação incestuosa e é a partir desse curto circuito que se cria o tabu do incesto para as outras relações.

Assim, “[...] a diferença sexual é uma questão de linguagem, não apenas anatômica ou biológica” (Cromberg, 2014, p. 343). Cada cultura, cada época cria sua própria forma de acomodar os enigmas que são impostos pela sexualidade e é a partir daí que se criam representações sobre o que é idêntico e o que é diferente, constituindo cada sujeito de forma singular e, ao mesmo tempo, dentro de uma espécie humana, de um universal. Spielrein percebe aquilo que é de sua cultura: ao mesmo tempo em que enxerga além dela, os muros desses padrões a limitam, quando não pode enxergar sua própria criatividade. Na teoria de Spielrein, quando tratamos do feminino tratamos do excesso pulsional, daquilo que excede e que coloca em marcha o psiquismo. É um curto circuito que funda o circuito pulsional. O feminino, em Spielrein, tem sua origem em um momento pré-edípico e, portanto, busca a ilusão da completude, de um momento sem falta. É um feminino que excede à mulher.

Já Hermine von Hug-Hellmuth, outra de nossas autoras que trataremos aqui, percorreu uma história, no mínimo, duvidosa. Nasce em 1874, filha de um oficial do exército áustro-húngaro, em uma família católica e antisemita, nobre, mas financeiramente falida. Desde muito cedo, demonstrou uma grande rivalidade com sua meia-irmã mais velha, Antonia, filha ilegítima do casamento de seu pai. Quando tinha 12 anos, sua mãe morre vítima de uma longa doença. Em 1907, aos 36 anos, começa a análise com Isidor Sadger – o psicanalista com comentários misóginos, mencionado na leitura das conferências de Wittels –, médico da família, que dura três anos. Em 1909, mostra um grande interesse pela física e química, inspirada por Marie Curie, e chega a apresentar um trabalho sobre radioatividade na faculdade de filosofia, intitulado *Pesquisas sobre as propriedades físicas e químicas dos depósitos radioativos nos polos positivos e negativos* (Silva & Santo, 2015). Em seguida, passa a interessar-se pela psicanálise. Dedicou-se ao ensino secundário por vinte anos, mas se retirou em 1912, para trabalhar como psicanalista. “Com este analista tão conservador e pejorativo em relação às mulheres, [...] entende-se quando os pesquisadores de sua vida apontem que ela teve sua patologia acentuada com a análise: dogmatismo, rigidez e sentimento de perseguição” (Cromberg, 2010, p. 49)

Em 1913, torna-se membro da Sociedade Psicanalítica de Viena e passa a escrever sobre análise de crianças na revista *Imago*, lugar outorgado por Freud. Na Sociedade,

apresenta dois trabalhos: *Sobre alguns ensaios de Stanley Hall e sua escola, sob o ponto de vista da psicanálise e Jogos infantis*. Também publica dois textos, em que tenta confirmar a teoria freudiana sobre os sonhos e sobre o complexo de Édipo: *Análise de um sonho de um menino de cinco anos*, publicado em 1911, e *A vida psíquica de uma criança – um estudo psicanalítico*, publicado em 1918. Além disso, publica, em 1914, *A psicanálise da criança e a pedagogia*, artigo em que se aproxima do tema da educação. Em 1920, no congresso de Haia, apresenta um trabalho intitulado *Sobre a técnica da psicanálise de crianças*; estavam presentes Anna Freud e Melanie Klein, que mais tarde irão protagonizar as grandes controvérsias da psicanálise (Silva & Santo, 2015).

Sua ortodoxia psicanalítica cegou tanto Freud quanto seus colegas, que não perceberam que seus relatos eram de seu sobrinho, Rolf Hug, filho ilegítimo de sua meia-irmã (que morreu quando a criança tinha nove anos).

Assim, quando este lhe contou numa carta que matara cinco vespas com a ajuda de uma vara enfiada num ninho depois que fora picado, ela comentou esse episódio com um jargão: ‘Ele nos trai uma boa parte de sua curiosidade sexual e de seu sadismo, expressa no ato de perfurar o ninho... Revela o desejo que sente por sua mãe e seu espírito sinuoso etc.’ (Roudinesco, 2009, p. 91)

Este sobrinho, que era relatado por ela como alguém que tinha tendência inata à criminalidade, acabou estrangulando-a até a morte, tentando silenciá-la após uma tentativa de roubo. Adler, já afastado da psicanálise, aponta para o perigo de diagnosticar alguém com tão pouco tempo de vida (Cromberg, 2010). Foi um escândalo. Depois de sair da prisão, Rolf pede indenização à Sociedade Psicanalítica, por ter servido de cobaia humana, sem seu consentimento.

O livro de Hellmuth, *Diário de uma adolescente de 11 a 14 anos*, publicado em 1914, que seria baseado em suas lembranças e conta com um prefácio elogioso do próprio Freud, revela-se uma fraude. Em 1923, após uma denúncia de um membro da Sociedade Britânica de Psicanálise, Cyril Burt, é retirado de circulação. O diário havia sido elogiado por Stefan Zweig e Lou Andréas-Salomé e havia ganhado bastante reconhecimento, o suficiente para que até hoje haja quem acredite que essa história foi montada para difamar a psicanálise (Roudinesco, 2009). Antes de morrer, Hellmuth pediu a Anna Freud para retirar das atas da Sociedade qualquer referência a sua história pessoal. Pedido fácil de acatar, depois de todas as marcas em sua história e na história da psicanálise.

Falaremos aqui de outra psicanalista que se dedicou à análise de crianças. Em 1885, em São Petersburgo, nasce, em uma família judaica, Tatiana Rosenthal, outra

pioneira da psicanálise e da análise de crianças. Em 1905, Rosenthal já é presidente das Associações dos Estudantes de Moscou, engajadas no movimento operário. Em 1906, em Zurique, conhece a psicanálise e, em 1911, forma-se em psiquiatria. Provavelmente conviveu com Spielrein, pois ambas frequentavam a faculdade na mesma época (Cromberg, 2010). Nesse mesmo ano, torna-se membro da Sociedade Psicanalítica de Viena, sendo engajada na psicanálise, no marxismo e no feminismo.

Volta a São Petersburgo, onde atuou em psicanálise e na educação, como diretora da Clínica de Tratamento das Psiconeuroses, no Instituto de Psiquiatria sobre Patologia Cerebral, dando conferências sobre psicanálise. Em 1920, depois de um árduo esforço para convencer a categoria médica da importância da psicanálise no trabalho com crianças, passa a dirigir o Centro para Crianças Psiquicamente Debitadas, ligado ao Ministério da Educação. Seu projeto sobre o Lar Experimental para crianças possibilitou sua fundação, por Vera Schmidt, outra pioneira de quem falaremos em seguida. Rosenthal possui dois artigos publicados, sendo um deles de 1920, sobre Dostoievski, escrito sete anos antes do trabalho de Freud e nunca citado por ele. Em 1921, com 36 anos, suicidou-se, depois de viver uma vida recheada de conquistas. A partir de então, desapareceu dos documentos históricos da psicanálise (Cromberg, 2010).

É Vera Schmidt a responsável por colocar em prática a ideia de Rosenthal. Nascida em 1889, Schmidt também foi uma das pioneiras da psicanálise na Rússia. É em 1921 que o Lar Experimental para Crianças nasce: “[...] nesse projeto educativo de ótica psicanalítica, levava-se em conta o fenômeno transferencial no relacionamento entre as crianças e os educadores e tentava se instaurar uma relação mais baseada na confiança e na afetividade do que na autoridade” (Cromberg, 2010, p. 51). A escola usava métodos que combinavam psicanálise e marxismo e filhos de dirigentes do Partido Comunista estudaram ali; inclusive, especula-se que o filho de Stálin tenha estado no Lar. Junto do Lar, havia o Instituto de Psicanálise, com o nome de Solidariedade Internacional, fundado em conjunto com a Associação Psicanalítica de Pesquisa sobre a Criação Psicanalítica. Neste lugar, a noção de coletivo era maior que a de indivíduo e o sistema patriarcal era criticado. Sugeria-se aos professores a não agirem de forma autoritária e a não inibirem as curiosidades sexuais das crianças. Toda essa grande criação foi feita no clima de mudança, que acometia o país a partir da Revolução de 1917. No início do fechamento do novo modelo político, o Lar fecha suas portas, em 1924. Schmidt trabalhou como psicanalista até 1930, em Moscou, atendendo crianças e adultos. A partir daí, a situação começou a

ficar complicada para os psicanalistas, com a instalação do governo stalinista. Morre em 1937, de pneumonia.

As primeiras mulheres pertencentes ao movimento psicanalítico, que chamamos aqui de geração dos anos 1910, colocaram-se (e foram colocadas) em uma posição de contracultura, permanecendo à margem da história e, ao mesmo tempo, tiveram uma função de borda da história. Podemos pensar que, para que algo tenha função de traço, de marca, é necessária uma carga de contra investimento; em outras palavras, deve produzir resistência. Assim, Roudinesco (2009) conclui que, para pertencer aos primórdios da psicanálise, as mulheres precisavam ser intelectualmente brilhantes ou loucas – ou as duas coisas.

As primeiras mulheres psicanalistas foram tanto ex-pacientes, tratadas no geral por graves problemas psíquicos, quanto mulheres marcadas por um destino excepcional: psicose, assassinato, suicídio, violências diversas. Seus sofrimentos e sua vontade de serem reconhecidas exprimiam um protesto e uma revolta contra sua condição no seio da sociedade ocidental no fim do século XIX (Roudinesco, 2009, p. 86-87).

Na segunda geração de psicanalistas, as questões já se deram sob outra ótica. O terreno já estava arado. Para essas mulheres, nascidas depois de 1880, despontando nos anos 1920, o caminho da psicanálise apareceu a elas através do interesse pela doutrina psicanalítica, e não pela cura de seus distúrbios (não que elas não tivessem suas questões). Já tinham um caminho de estudos nas áreas da medicina, pedagogia e literatura. “Logo, não se emanciparam por ingressarem na psicanálise, mas pela dedicação aos estudos” (Roudinesco, 2009, p. 96). Estas mulheres vinham de diferentes países (Alemanha, EUA, Holanda, França) para estudarem com Freud, percorrendo caminhos parecidos com os homens da segunda geração.

5.3 A inscrição de uma marca

Nenhuma mulher participava da Sociedade Psicológica das Quartas-feiras, associação que se encontrava na casa de Freud, no início da psicanálise, e que contava com 24 membros assíduos. Com exceção de Isidor Isaac Sadger e Fritz Wittels, que expressavam uma atitude claramente misógina, os outros membros eram adeptos à emancipação feminina. Para Roudinesco (2009), a ideia de que Freud era um misógino, propagada por alguns grupos feministas, não passa de um não entendimento de sua teoria.

Embora Freud tivesse seus limites como homem de sua época, também se posicionava contra a atitude antifeminina de seus discípulos. Em 1910, na fundação da IPA, dos 58 membros, Hilferding era a única mulher a pertencer à Associação. Já em 1938, dos 149 membros, 42 eram mulheres. “Assim, o feminino sob todas as suas formas e em todos os seus estados foi o núcleo principal de uma expressão da psicanálise que assumiu o aspecto de uma derrota da imago paterna contra um fundo de decadência da família patriarcal” (Roudinesco, 2009, p. 97). Os anos 1910 deixaram marcas. Nossa pergunta é: qual o estatuto dessas marcas? O que a geração de 1920 nos diz, no que concerne a essas marcas inaugurais? Com o intuito de enfrentar estas questões, nos deparamos com a necessidade de nos dedicarmos ao método de pesquisa desta dissertação.

6 SÓ DEPOIS

Ao final desta dissertação, uma pergunta parece decantar do que foi escrito: qual a importância de um trabalho acerca da história do movimento psicanalítico? Em *A história do movimento psicanalítico*, Freud (1914/1996), ao retomar os acontecimentos que levaram às dissidências de Adler e Jung, aponta para a importância de uma retomada histórica, no sentido de fortalecer os alicerces fundamentais da psicanálise, na tentativa de retomar seu discurso fundador (movimento próximo ao feito por Lacan). Logo na primeira frase, Freud pontua: “não é de se estranhar o caráter subjetivo desta contribuição que me proponho a trazer à história do movimento psicanalítico [...]” (p. 18). O lugar de Freud como fundador do movimento serve como bússola para o caminho que nos propomos a trilhar: uma contribuição da psicanálise para uma pesquisa historiográfica é estampada de um caráter subjetivo e vai além de uma suposta objetividade de fatos. Ressaltamos, assim, que em *A história do movimento psicanalítico* fica clara a intenção freudiana de que a psicanálise transpassasse a perspectiva biológica e pudesse surgir – como surgiu – como uma teoria do subjetivo, do psiquismo. Aqui, temos o primeiro rompimento, com Breuer, embora Freud, *só depois*, tenha podido interpretar outras questões envolvidas nessa ruptura (a saber, a oposição de Breuer à força da sexualidade nos sintomas histéricos). Neste momento, Freud recebeu as primeiras críticas às suas teorias da etiologia das neuroses ligada à sexualidade – o que acabaria tornando-se rotineiro e motivo do segundo e terceiro rompimento, com Adler e Jung, que também não confiavam à sexualidade a importância que ela tem para a psicanálise. Freud reconhece que esta ideia, que tomou como original por um certo período, foi escutada por ele de três pessoas diferentes: Breuer, Charcot e Chrobak (ginecologista vienense) e que ficaria adormecida em sua memória para que, *só depois*, retornasse como uma ideia original, e a originalidade estava em elevar esta ideia a um estatuto de teoria.

Freud conta como se deu a passagem da teoria da sedução para a teoria da fantasia e de como essa descoberta deu-se ao decantarem os restos das histórias narradas pelas pacientes histéricas, e é nesse momento que diz: “[...] os investigadores geralmente encontram mais do que procuram” (Freud, 1914/1996, p. 29). Este *a mais* seria aquilo que se encontra para além do objetivamente narrado? Aquilo que Freud nomeou anteriormente como subjetivo? Neste trabalho, escrito com o intuito de delinear os primórdios da história da psicanálise, Freud aponta para a origem mítica do movimento: “seja como for, não tem

grande importância que a história da psicanálise seja considerada como tendo início com o método catártico ou com a modificação que nele introduzi [...]” (Freud, 1914/1996, p. 19). Os inícios são interminavelmente impossíveis de serem delimitados. Freud, citando Charcot, aconselha: “[...] olhar as mesmas coisas repetidas vezes até que elas comecem a falar por si mesmas” (Freud, 1914/1996, p. 32). Tentamos seguir seu conselho neste trabalho.

6.1 Psicanálise e história: alguns autores

Os trabalhos psicanalíticos, posteriores ao texto freudiano comentado acima e que se situam no campo da história do movimento, são muitos e contam com uma grande lista de autores conceituados: desde Ernest Jones, com sua biografia de Freud, passando por Peter Gay, Emílio Rodrigué, Elisabeth Roudinesco, Paul Roazen, Renato Mezan, entre outros. Destes autores, resgatamos Gay, Mezan e Roudinesco, que se propõe à uma reflexão sobre o fazer do psicanalista historiador.

Peter Gay, em seu livro *Freud para historiadores*, afirma: os mundos dos psicanalistas e dos historiadores mantêm-se separados, distanciados. Nos questionamos sobre esse ponto. A psicanálise lida com a história não como algo factual, mas como possibilidade de narrativa, mas isso significa que se mantém separada do campo da história? Foi precisamente com a passagem da teoria da sedução para a teoria da fantasia que iniciou a psicanálise. Gay (1989) afirma que a possibilidade desses dois mundos encontrarem-se está nas situações e nos vocabulários que os contemporâneos compartilham, o que podemos chamar de laço social:

As pessoas tornam-se neuróticas, ou loucas, em uma situação específica. Nunca são assaltadas por alguma neurose geral ou fobia indefinida mas tecem seus sintomas a partir de histórias ouvidas, incidentes vistos, ansiedades sentidas, todas expressas através de um vocabulário pictórico e verbal que partilham com os seus contemporâneos mais afortunados. E tanto a situação como o vocabulário são o ingresso do historiador para entrar no mundo psicanalítico (Gay, 1989, p. 110).

Ao longo do livro, Gay realça a importância do conhecimento psicanalítico sobre os processos inconscientes para uma produção de saber histórico: “[...] sua contribuição para o historiador que visa a objetividade é a de auxiliá-lo a detectar e desarmar os seus preconceitos, não de fornecê-los” (p. 119). Nesse contexto, o autor sugere que a psicanálise pode ser uma ciência auxiliar da história. Não é difícil entender como Gay articula

psicanálise e história. A história é uma ciência com pretensão de objetividade. Do psicanalista, espera-se que aponte os limites dessa objetividade, não que aplique seus conceitos aos problemas historiográficos.

Já Mezan (2014), no seu livro *O tronco e os ramos*, dedica-se ao estudo das escolas psicanalíticas existentes, tendo como justificativa que: “[...] a psicanálise contemporânea só podia ser compreendida por meio de uma abordagem que entrelaçasse as circunstâncias factuais, o movimento das ideias e a análise epistemológica” (p. 12). O autor postula que, para ter um entendimento de como se organizaram as escolas psicanalíticas, de como se construíram seus conceitos metapsicológicos fundamentais e de como isso resultou na prática clínica atual, só é possível a partir de um entrelaçamento entre metapsicologia, clínica e história.

Em suma, levar a sério a ideia de uma história, não enquanto sequência de percalços externos e mais ou menos causais, referentes apenas ao movimento psicanalítico (cisões, divergências, emigrações por motivos políticos, etc.), mas enquanto *algo intrínseco ao desenvolvimento teórico* da disciplina fundada por Freud (Mezan, 2014, p. 24 [grifo do autor]).

Roudinesco (2006), em seu livro *A análise e o arquivo*, parte de uma perspectiva diferente. A autora acredita que o trabalho do psicanalista historiador seja de criação; é necessária a existência de fatos e, ao mesmo tempo, a existência de lacunas:

Se tudo está arquivado, se tudo é vigiado, anotado, julgado, a história como criação não é mais possível: é então substituída pelo arquivo transformado em saber absoluto, espelho de si. Mas se nada está arquivado, se tudo está apagado ou destruído, a história tende para a fantasia ou o delírio, para a soberania delirante do eu, ou seja, para um arquivo reinventado que funciona como dogma. (p. 9).

Assim, o psicanalista historiador encontra-se em uma posição que impõe um limite ao saber absoluto. Ao mesmo tempo em que se faz necessária a existência de fatos objetivos, a história também é feita na falta de vestígios. Nesse sentido, o excesso de arquivos teria a função de censura, pois coloca um ponto final em uma produção que pretende ir além dos fatos: “o vestígio é tão sacralizado que deve ser dissimulado: o excesso de arquivo vai portanto de par com a censura do arquivo.” (Roudinesco, 2006, p. 15). É interessante pensar na escolha da palavra *vestígio* feita pela autora, pois parece evocar algo como uma cicatriz, que insinua a existência de algo prévio, mas sem escancarar o que seria este algo. Para exemplificar essas questões, Roudinesco conta como funcionam os direitos autorais dos arquivos de Freud. Depois da Segunda Guerra Mundial,

seus trabalhos ficaram na posse do grupo britânico, que depositou-os na Library of Congress de Washington, na responsabilidade de Kurt Eissler. Este dividiu os arquivos de A a Z e, inicialmente, seriam restritos à instituição IPA. Com o passar dos anos, estes arquivos tornaram-se públicos, mas somente a partir de algumas regras que impedem sua publicação imediata. Por exemplo, os arquivos encontrados na categoria Z serão publicados até 2100. Essa combinação se daria por serem arquivos de cunha pessoal da família Freud ou de seus pacientes, mas, segundo Roudinesco, nenhuma grande revelação está contida nesses documentos. De qualquer forma, a autora argumenta que, ao mesmo tempo em que o excesso de arquivos leva à censura, a não publicação de materiais existentes leva à criação de segredos que acabam funcionando como dogmas.

A partir dessas leituras, restam alguns questionamentos: ao nos debruçarmos sobre a história do movimento psicanalítico, o que esperamos encontrar? Seria uma sequência cronológica que desse conta do porquê da psicanálise estar organizada como está? Esperamos encontrar um “vocabulário pictórico e verbal”, que dê sentido às estruturas clínicas atuais? Esperamos encontrar uma origem? Ou é nos desencontros, nos lapsos, naquilo que falha, nas lacunas, nas pequenas fraturas do sentido, que nos aproximaremos de alguma verdade, que logo escapará? A origem de um discurso, sendo ela sempre mítica, possui a potência de relançar novas ideias, produzindo diferenças. Propomos, então, o que entendemos como uma contribuição da psicanálise à história.

6.2 Três eixos para pensar uma contribuição da psicanálise à história

Entendemos que o objeto de uma pesquisa psicanalítica é sempre fugidio, nunca alcançável. Sendo assim, o trabalho de propor uma escrita gira em torno da tentativa de criar bordas para esse objeto, com o cuidado de nunca o encerrarmos em uma definição que o enclausure em uma censura, impedindo a produção de diferenças. Nesse sentido, pensamos que uma contribuição da psicanálise à história pode partir de três eixos, que giram em torno de três conceitos: *a posteriori*, *das Ding* e verdade histórica. Nos dedicaremos a estes eixos.

Pensar na interface entre psicanálise e história produz a exigência de nos questionarmos acerca de como a psicanálise trabalha com a temporalidade, tema que é pensado por Freud, com profundidade, desde a *Carta 52*, trocada com seu então interlocutor fiel Fliess, em 1896. Nela, Freud, ainda com uma linguagem neurológica, tenta

articular algumas novas noções sobre o aparelho psíquico. Fica claro, aqui, como o aparelho psíquico tem todo o seu funcionamento baseado na maneira como armazena as situações vividas, ou seja, a memória. Nesse sentido, Freud entende que, de tempos em tempos, os traços de memória sofrem um rearranjo, conforme novas circunstâncias apresentem-se. Usando seu conhecimento neurológico, postula a existência de, pelo menos, quatro diferentes tipos de neurônios, que teriam diferentes funções: os neurônios *W* (*Wahrnehmungen*) são responsáveis pela consciência e pela percepção, mas não carregam em si nenhum traço; os neurônios *Wz* (*Wahrnehmungszeichen*) são os primeiros registros da percepção, que se produzem através de associações por simultaneidade e não possuem acesso à consciência; os neurônios *Ub* (*Unbewusstsein*), o segundo registro, são responsáveis pelas lembranças conceituais e também seriam inconscientes; e os neurônios *Vb* (*Vorbewusstsein*), que seriam a pré-consciência, ligados às representações verbais, sendo o terceiro registro e podem tornar-se conscientes. Assim, para que cada traço seja transcrito nos três diferentes registros, ocorrem rearranjos.

Estes traços de memória, que são registrados de maneiras diferentes, estão continuamente sujeitos a processos de retranscrição, sendo reorganizados conforme novas circunstâncias. A cada nova situação de exigência ao psiquismo, este é levado a um rearranjo: “[...] na fronteira entre essas épocas deve ocorrer uma tradução do material psíquico” (Freud, 1896/1996, p. 283). Podem ocorrer falhas nesses rearranjos e, então, alguns traços não estariam transcritos nos três registros, estando fixados no aparelho psíquico e sendo lembrados com a intensidade de um evento atual (que entenderemos, posteriormente, como traumático). Essa retranscrição, como é dita por Freud, nos leva ao conceito de *a posteriori*. Em *Uma nota sobre o bloco mágico*, Freud (1925b/1996) reitera a ideia de que a memória é feita em dois tempos: um tempo em que o traço se inscreve de forma permanente e outro em que o traço se faz de forma temporária. Podemos pensar que o traço do primeiro tempo é passível de retorno. Freud acredita que esse “método descontínuo de funcionamento” (p. 259) está na origem do conceito de tempo. É a temporalidade do *a posteriori* que nos define como sujeitos do inconsciente. Esta noção de *retranscrição* será importante para o que temos a desenvolver neste capítulo.

Ainda na *Carta 52*, Freud (1896/1996, p. 281) afirma: “[...] a memória não se faz presente de uma só vez, mas se desdobra em vários tempos; [...] ela é registrada em diferentes espécies de indicações”. Já em 1896, Freud pensava em como o tempo se desdobra no aparelho psíquico, de forma não linear e tampouco em camadas, mas em um

movimento que permite idas e vindas, avanços e retrocessos, proporcionando novas inscrições a cada movimento a que está sujeito e de que é agente. Como sustenta Maria Rita Kehl (2009, p.134), no seu livro *O tempo e o cão*: “[...] uma trama horizontal em que as várias representações sincrônicas, associadas em cadeia a cada novo estímulo recebido, coexistem no tempo sem se excluir.”

No caso de Emma, Freud (1895b/1996) postula a ideia de um trauma em dois tempos, que somente será ressignificado em um segundo momento, onde a marca inicial ganha uma nova dimensão, traumática. Aqui, nos questionamos: todo acontecimento histórico, para se configurar como tal, deve possuir uma dimensão traumática? Se uma experiência deixa marcas discursivas, é porque fez uma exigência de trabalho ao aparelho psíquico. A força de uma mudança cultural e histórica pode ter a intensidade de um trauma. Aliás, Gondar (2012), em uma referência ao historiador Dominick LaCapra, afirma: “[...] escrever a história é escrever o trauma.” (p. 194). Se as mudanças culturais e históricas possuem a intensidade de um trauma, a escrita dessa história é uma tentativa de dar borda ao traumático. A autora, estudiosa da obra de Ferenczi, comenta que a ideia de trauma para o psicanalista afirma-se em um segundo tempo, que tem a possibilidade de ressignificar como traumático uma situação vivida anteriormente. A ênfase que Ferenczi dá ao tratar do trauma, diferentemente de Freud, está no desmentido que o sujeito opera na vivência traumática. O trauma seria, então, para falarmos nos termos propostos na *Carta 52*, a impossibilidade de retranscrição dessa vivência.

O trauma está na base do conceito de *a posteriori* e articula-se com a ideia de uma história não cronológica. Assim, introduzimos aqui a ideia de uma história que é construída, quando inspirada pela psicanálise, através de um *a posteriori* – *Nachträglich*, para usarmos o termo em alemão. Nesse sentido, a escrita da história é a própria retranscrição da ocorrência traumática. A história, como escrita, só se faz em um *a posteriori*. Ou, ainda, nas palavras de Lacan (1953/1998, p. 262): “[...] a história já se faz no palco em que será encenada depois de escrita”. É só depois de escrito, neste *a posteriori*, que o objeto do discurso histórico é encenado, mas não sem antes esquivar-se pelo fundo do palco. Ora, este “esquivar-se pelo fundo do palco” se dá pela impossibilidade de delimitação do objeto do discurso histórico; nele sempre resta algo de não transcrito, o que nos leva a *das Ding*.

Assim, como comenta Célio Garcia (1988), no texto *História e psicanálise* (publicado no livro *Percursos sobre a história da psicanálise*, organizado por Joel Birman,

dedicado ao assunto), psicanalista e historiador dedicam-se não só ao que é lembrado, mas ao que é esquecido, a uma “perda de saber” (p. 45), ao objeto perdido, podemos acrescentar, sendo esta a origem do próprio pensamento psicanalítico. Sabemos, desde o *Projeto para uma psicologia científica* (Freud, 1895a/1996), que é no processo de busca desse objeto que se organiza o circuito pulsional que dará início ao psiquismo. Porém, há uma parte nunca assimilável deste objeto, “constante e incompreendida” (p. 439), a qual Freud chama de *a coisa* – em uma possível referência kantiana –, que nunca será encontrada como no encontro primordial: o objeto, em si, está para sempre perdido; dele, restam marcas que orientam o desejo. Logo, a busca se dá constantemente, mantendo o aparelho psíquico vivo e produtivo. Como Freud (1915/1996) sustenta em *O inconsciente*, a fala é uma tentativa de busca do objeto perdido, que nunca será encontrado e, por isso, sempre retorna naquilo que tem de inalcançável, *das Ding*. A perda de saber, aquilo que é esquecido pela história, também se encontra nesse lugar de objeto perdido: as narrativas e interpretações, da psicanálise e da história, que surgem daí, são tentativas de contornar esse objeto, irrecuperável. E é isso o que torna a interpretação psicanalítica interminável. Essa ideia é retomada por Foucault, em *Nietzsche, Freud, Marx*, onde o filósofo aponta que estes três autores introduzem a ideia de uma interpretação interminável na tradição ocidental, que seria responsável por um rasgo em uma ciência positivista, que busca por um entendimento único do objeto.

Chegado este momento do trabalho, não podemos nos furtar de citar outro autor responsável por um rasgo em uma ideia de história única: Walter Benjamin (1985/2012), no trabalho *Sobre o conceito de história*, propõe uma torção na forma linear de entendimento histórico: a partir de uma história dos vencedores, impõe-se uma versão oficial, o que impede a produção de novas narrativas, de novas retranscrições. Sendo assim, as vozes que não foram escutadas, os escritos que não foram lidos, exercem uma força que nos faz olhar para o passado, nos faz nos dedicarmos a uma tentativa de narrativa: “[...] não existem, nas vozes a que agora damos ouvidos, ecos de vozes que emudeceram? [...] Se assim é, então existe um encontro secreto marcado entre as gerações precedentes e a nossa.” (Benjamin (1985/2012, p. 242). As histórias que não foram contadas também exercem sua força. Nesse sentido, a história não é uma experiência única, mas, sim, um conjunto de experiências que podem ser narradas de diferentes formas. Como aponta Benjamin, o passado nunca é passível de ser capturado, mas é possível ter acesso a pequenos fragmentos discursivos, que podem suscitar novas associações e novos rearranjos

na história: “[...] a história é o objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas o preenchido de ‘tempo de agora’ (*Jetztzeit*)” (p. 249). É pelo passado nunca ser passível de captura – o que nos leva a *das Ding* –, que a interpretação é interminável, pois há sempre algo que resta, algo que escapa pelos vãos dos dedos. Este é o ponto em que história e psicanálise se encontram, na sua origem sempre mítica, no seu desencontro.

Aquilo que é passível de uma narrativa constitui o tecido das memórias de uma cultura. Mas a história não é feita somente do que é lembrado, ela também é feita daquilo que é esquecido. O recalcado de uma cultura também está sujeito a um efeito de *a posteriori* e, só depois, poderá adquirir estatuto de memória, de lembrança narrada. Como nos coloca Lacan (1998/1953), trata-se “de história, fazendo assentar unicamente sobre a navalha das certezas da data a balança em que as conjecturas sobre o passado fazem oscilar as promessas do futuro” (p. 257). É por a origem ser sempre mítica, ser esta *coisa, das Ding*, inapreensível, que o efeito de *a posteriori* se impõe, pelo eterno retorno do que escapa.

Ao falarmos em origem, inevitavelmente associamos a *Moisés e o monoteísmo*, escrito a partir de 1934, mas publicado somente em 1939. É neste texto que Freud (1939/1996) argumentará a favor de sua hipótese de que o homem Moisés teria uma origem egípcia, e não hebraica, e que teriam existido dois Moisés – existência apontada por diferentes características designadas a Moisés na leitura bíblica. Dessa forma, Freud contesta a origem identitária do judaísmo e, por consequência, sua própria. O que nos interessa neste denso trabalho é o conceito de *verdade histórica*. Ao longo do texto, nos deparamos com uma certa ambiguidade em Freud: ao mesmo tempo em que diz estar em busca de uma verdade e que, para tanto, seriam necessários fatos que corroborassem suas ideias, “[...] contra a crítica de que elas não passam de um produto da imaginação” (p. 27), ele aponta para a impossibilidade de certeza: “[...] se certeza maior do que essa não podia ser alcançada, por que, poder-se-á perguntar, trouxe eu essa investigação a público?” (p. 27). De quais verdades e certezas Freud fala? Algumas páginas depois, temos um primeiro indício: “[...] mesmo que todas as partes de um problema pareçam ajustar-se como peças de um quebra-cabeça, há que refletir que aquilo que é provável não é necessariamente a verdade, e que a verdade nem sempre é provável” (p. 29). Com suas proposições sobre Moisés, Freud estava confrontando a pesquisa histórica positivista.

Desde a página 45, Freud utiliza o conceito verdade histórica, ao referir-se a algo de residual nas histórias contadas pela Bíblia, próximo à ideia de restos diurnos ou, mais adiante, da verdade contida nos delírios psicóticos. Seriam traços da realidade – de que realidade falamos aqui? –, que fariam parte da mitologia bíblica. Para desenvolver esta ideia, Freud retoma a questão do trauma, para explicar o que teria ocorrido na cultura judaica após o abandono da religião mosaica, que seria próximo ao período de latência, onde o sintoma (aqui, a cultura monoteísta) ficaria incubado, podemos assim dizer:

O fenômeno da latência na história da religião judaica, com o qual estamos lidando, pode ser explicado, portanto, pela circunstância de que os fatos e as ideias que foram intencionalmente repudiados pelos que podem ser chamados de historiadores oficiais, nunca se perderam realmente (Freud, 1939/1996, p. 83).

Esta fala de Freud aproxima-se do que Benjamin (1985/2012) retrata sobre a história dos vencedores: o que não é reconhecido como verdade permanece vivo.

Sobre o trauma, Freud diz ser traumática uma experiência que se baseie em três pontos: a precocidade da experiência, o esquecimento posterior do que foi vivido e o conteúdo sexual-agressivo. Como vimos anteriormente, é no *a posteriori* que este conteúdo encontrará novo sentido, causando sintomas, por sua impossibilidade de ser lembrado, posto em palavras. Não devemos esquecer que o livro sobre *Moisés* foi publicado em dois momentos: primeiro e segundo ensaio, em Viena, e terceiro, devido à chegada do nazismo à capital austríaca, em Londres: é também um trabalho feito em dois tempos. Freud descreve dois tipos de efeitos do trauma, os positivos e os negativos. Nos positivos, existiria uma força, chamada de compulsão à repetição, que impeliria o sujeito a repetir a situação traumática, na busca pela lembrança da situação, “torná-la real” (Freud, 1939/1996, p. 90). Já as negativas, são no sentido oposto, de esquecimento da lembrança, e são chamadas de reações defensivas. Da conciliação dessas duas forças, surge o sintoma. Isto também se aproxima do que Seligman-Silva trabalha sobre o trauma.

Seligmann-Silva (2008, p.69) afirma que: “[...] o trauma é caracterizado por ser uma memória de um passado que não passa.” E é nessa atualidade do trauma que se faz necessária a possibilidade do testemunho, não no sentido de entender como de fato as situações ocorreram, mas de tirar este trauma de uma posição de encapsulamento, de refazer esta cena encriptada. Com o testemunho, há uma possibilidade de retemporalização desses traumas. Mas parte desse testemunho só pode vir de uma imaginação, que assume a possibilidade de simbolização, mesmo que parcial, mesmo que incompleta. Se podemos

falar em um objeto do trauma, também diremos que ele é fugidio, pela marca do Real que carrega: “[...] a imaginação é chamada como arma que deve vir em auxílio do simbólico para enfrentar o buraco negro do real do trauma.” (Seligmann-Silva, 2008, p. 70). Essa ideia da imaginação ser um dos operadores do testemunho vai na direção oposta à de uma história positivista, que acredita na possível descrição de fatos da forma exata como eles ocorreram. Não é esta a ideia de história que trabalhamos aqui e, sim, uma história que foi tocada pela psicanálise, isto é, na mesma direção que aponta Freud em seu texto sobre *Moisés*.

O que nos interessa aqui é como Freud articula os conceitos da psicanálise para se aproximar do campo da história, em uma posição genuinamente psicanalítica. E é então que chegamos no conceito verdade histórica, trabalhado na seção G da segunda parte do terceiro ensaio do escrito freudiano. Freud parte da crença da população religiosa de que a existência de um deus único se impôs na história por fazer parte de uma *verdade*, a qual não se poderia fechar os olhos. A hipótese freudiana é que esta verdade é uma verdade histórica, e não material. Isso significa dizer que houve em algum tempo um homem grandioso, isto é, que fora entendido assim pela cultura da época. Esse grão de verdade é responsável pela ideia de que há um grande deus, único e onipotente, ideia que remete a *Totem e tabu*, já que o assassinato de Moisés seria uma repetição do assassinato do pai da horda:

Quando Moisés trouxe ao povo a ideia de um deus único, ela não constituiu uma novidade, mas significou a revivescência de uma experiência das eras primevas da família humana, a qual havia muito tempo se desvanecera na memória consciente dos homens. Mas ela fora tão importante e produzira ou preparara o caminho para mudanças tão profundamente penetrantes na vida dos homens, que não podemos evitar crer que deixara atrás de si, na mente humana, alguns traços permanentes, os quais podem ser comparados a uma tradição (Freud, 1938/1996, p. 143).

Em suma, a verdade histórica seria esta verdade que perpassa gerações e produz efeitos na cultura, mas não necessariamente torna-se consciente ou, em outras palavras, tem o reconhecimento oficial. Freud afirma que uma ideia assim possui um caráter compulsivo: repete-se, mas a lembrança não se torna consciente: “[...] na medida em que traz um retorno do passado, deve ser chamada de *verdade*” (p. 144 [grifo do autor]). A ideia que fica é a de que a verdade histórica é isso que perpassa as gerações, cujos registros podem ser encontrados nas entrelinhas das tradições orais e escritas, mas não constam da história dos vencedores. Aqui, articulamos a noção de trauma, como aquilo que se repete,

na busca por inscrição e que somente em um *a posteriori* poderá ganhar sentido. Uma verdade histórica conteria, então, uma força traumática?

A psicanalista Betty Fuks (2014) destina todo um trabalho ao escrito freudiano sobre Moisés, apontando o conceito de verdade histórica como um movimento próprio da psicanálise, pois é na leitura do que está nas lacunas da Bíblia que Freud constrói a verdade de um Moisés de origem egípcia assassinado pelo povo que libertou. Uma verdade é histórica quando ela possui a força de uma compulsão, de uma repetição e é sempre traçada na relação com o Outro, de alteridade. É somente em um *a posteriori* que esta verdade histórica pode encontrar alguma significação, através de uma escrita, ou melhor, de uma reescrita:

O passado não é algo morto que resta compreender, mas significa algo que retorna para repetir um caminho que nunca foi trilhado. Imbricados um no outro, o passado não cessa de assombrar o presente e o habita como virtualidade (Fuks, 2014, p. 65).

Esta ideia leva inevitavelmente ao conceito clínico de construção, já que é em *Moisés e o monoteísmo* que Freud transpõe esta técnica da clínica para a análise da cultura.

O caminho que escolhemos seguir se faz entre a noção de trauma e verdade histórica, ou seja, a verdade histórica, a escrita da história, como possibilidade de retranscrição de algum trauma. Pensando na herança arcaica coletiva, o trauma deixaria traços na tradição que, através de distorções, seriam passados de geração a geração, através de atos: “[...] despertado por um acontecimento atual, o legado da geração antecedente sofre um processo de reatualização; ressignificado pela geração procedente. O tempo de transmissão simbólica é o do *a posteriori*” (Fuks, 2014, p. 132). Nesse sentido, o trauma é: “[...] a força motriz da cultura, da tradição, da memória coletiva e da história em si.” (p. 135). A escrita desta história é sempre uma reescrita, em um *a posteriori*, na busca por dar borda a *das Ding*, o que implica a construção de uma verdade histórica.

O que estes três conceitos, que aqui postulamos como eixos de uma contribuição da psicanálise à pesquisa histórica – *a posteriori*, *das Ding* e verdade histórica –, têm a dizer sobre as duas gerações de mulheres psicanalistas (1910 e 1920), as quais nos debruçamos ao longo desta dissertação? Estamos, também, falando em algo do traumático? Sendo este escrito o capítulo metodológico da dissertação, nos dedicamos agora a recolher o que restou de seu estudo.

6 MOMENTO DE CONCLUIR

Lançamos, aqui, algumas hipóteses sobre as duas gerações de mulheres psicanalistas, de 1910 e 1920. Para uma maior aproximação do efeito da pesquisa realizada, relembremos o caminho percorrido nesta dissertação. A partir dos textos freudianos sobre a feminilidade, chegamos aos textos das psicanalistas da segunda geração: literalmente, autoras que possuíam uma escrita e, dessa forma, suas histórias deixaram mais que traços, contam uma narrativa. O que ocorreu, no solo do movimento psicanalítico, para que esta geração de psicanalistas pudesse emergir com a força que surgiu? Nossa hipótese é que a segunda geração de mulheres, que iniciou sua atuação nos anos 1920, pôde se formar como um grupo a partir dos traços já existentes, deixados pelas mulheres de 1910. É somente *a posteriori*, isto é, a partir da intensa atividade das psicanalistas dos anos 1920, que se pode compreender as experiências sofridas pelas pioneiras do movimento psicanalítico, em um movimento retroativo. O segundo tempo só pôde existir como reativação dessas marcas e é também ele que dá sentido (traumático) ao primeiro tempo da história.

Depois do encontro com estas psicanalistas da segunda geração, nos deparamos com as mulheres de 1910, que escreveram uma história não oficial, ou seja, em termos benjaminianos, não pertenciam à porção vencedora da história: suas histórias foram esquecidas. Esquecidas, sim, mas não apagadas. Criamos a hipótese de que a primeira geração de mulheres psicanalistas – a dos anos 1910, formada por analistas que morreram de modo trágico e só foram descobertas pela historiografia psicanalítica muito tardiamente – inscreveu uma marca originária na história do movimento: criaram traços de uma possibilidade de atuação feminina, traços esses deixados, podemos supor, também em função da resistência que encontraram. Como um efeito de retranscrição, a atuação da geração de mulheres de 1920 ressignificou a atuação das psicanalistas de 1910 como traumática. Ao mesmo tempo em que fundam uma nova possibilidade, são esquecidas, deixando somente as marcas necessárias para que as psicanalistas dos anos 1920 pudessem advir.

Mas, o que move uma pesquisa sobre as pioneiras do movimento psicanalítico? É a partir de um estranhamento com a teoria freudiana sobre a sexualidade feminina, que esta dissertação chegou na história dessas mulheres psicanalistas. Sendo o passado sempre atual, o lugar ocupado pelas mulheres na psicanálise encontra-se carregado de histórias

outras, além da história oficial, as quais buscam serem escutadas e forçam uma investigação sobre a herança feminina. O lugar atual ocupado pelas mulheres, na psicanálise e na sociedade, é efeito de uma luta e, como toda luta, tem uma história a ser contada.

Lacan (1945/1998), em seu texto sobre o tempo lógico, trabalha os *momentos de evidência*, que não são entendidos a partir de um conceito espacial e, sim, temporal. O primeiro momento é instantâneo: “[...] uma instância do tempo que abre o intervalo” (p. 205). Intervalo para que as próximas deduções lógicas possam ser feitas. Seu tempo é instantâneo, ele deflagra a reflexão: este é o *instante de olhar*. Este momento é seguido de um *tempo de compreender*, que exige uma meditação, uma demora, uma duração: “[...] o *tempo de compreender* pode reduzir-se ao *instante de olhar*, mas esse olhar, em seu instante, pode incluir todo o tempo necessário para compreender” (p. 205). Nessa perspectiva, o terceiro tempo surge como uma urgência desse tempo lógico, em uma assertividade precipitada do sujeito, que só pode ser feita, através de um juízo, depois dos outros dois momentos: é o *momento de concluir*, e esse juízo é manifestado através de um ato.

Supomos estar em um tempo, em que há a possibilidade das histórias dessas duas gerações serem recordadas, reelaboradas e reescritas, produzindo novas narrativas e relançando a história do movimento psicanalítico, em um processo que concebemos como interminável.

Este tempo é marcado pela retranscrição, como possibilidade de tradução daquilo que antes era somente traço. O trabalho de escrita é também uma tentativa de dar sentido aos traços deixados pelas psicanalistas de 1910, retomados na produção das psicanalistas de 1920 e, agora, passíveis de serem narrados e ressignificados. É um fazer do psicanalista historiador o de poder costurar acontecimentos distanciados pelo tempo, em um movimento que também pode ser chamado de interpretativo e que só pode ser feito *a posteriori*. Este é o tempo de registrar uma herança, ressignificar histórias, produzir novos efeitos, pensando em um legado para o amanhã, através de um ato. Se a memória é a forma psíquica de representar o passado (Kehl, 2009), poder escrever aquilo esquecido pelo tempo é uma forma de transformar traços em memória, em história.

Os três tempos lógicos, escritos por Lacan, apresentam-se como uma possibilidade de um método psicanalítico de trabalhar a história: na busca por encontrar os vestígios do conceito de feminilidade na teoria psicanalítica, criou-se a exigência de nos

voltarmos ao lugar das mulheres no movimento psicanalítico – esse é o *instante de olhar*, que nasce de uma exigência de trabalho. Algo do irrepresentável atualiza-se nesta exigência de olharmos para as psicanalistas de 1910. Sendo o próprio feminino um objeto inapreensível, conceito forjado nos limites entre cultura e metapsicologia, deixou seus rastros tanto na teoria quanto no movimento psicanalítico, balançando em uma corda bamba entre uma ideia de posição feminina e o lugar das mulheres na psicanálise. Assim, se fez necessário um *tempo para compreender*, que se instaurou em um processo de escrita: na busca por este objeto perdido, nos deparamos com uma nova possibilidade de história. Nesse sentido, é lógico que a metodologia escreva-se no fim e seja o próprio *tempo de concluir*, exigindo uma reflexão sobre o efeito *a posteriori*, sendo este o próprio movimento do trabalho, que chegou nas primeiras mulheres de 1910, depois de uma escrita das mulheres de 1920. É aqui que podemos, talvez, contribuir à história do movimento psicanalítico.

Como coloca Weinmann (2017), a atualidade: “[...] irrompe desorganizando nosso sistema de representações e, portanto, faz uma exigência de trabalho ao aparelho psíquico” (p. 12). Sendo assim, consideramos as vozes das psicanalistas de 1910 e 1920 como atuais, no sentido da irrupção do Real, e que só puderam ser escutadas em um momento *a posteriori*, em um trabalho de escrita. O lugar ocupado pelas mulheres no movimento psicanalítico nos dias de hoje permite que essas histórias sejam escutadas e narradas, em um processo de busca de filiação, de herança. Garcia (1988) aponta que o trabalho do historiador é estabelecer relações entre discursos acerca de um objeto sempre fugidio: “[...] estará ele mais interessado no impossível de se dizer do que naquilo que foi esquecido” (p. 52). Como propõe Lacan (1953/1998), nos monumentos, nos documentos de arquivos, nas tradições, encontramos o inconsciente. É nesses vestígios – marcas de processos que sucumbiram ao recalque – que buscamos as histórias dessas psicanalistas, a história do movimento psicanalítico e – por que não, se uma história psicanalítica não apaga as marcas de seu lugar de enunciação? – a história de minha constituição como psicanalista.

Joan Scott (1990), no trabalho *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, comenta a ideia proposta por historiadoras feministas dos anos 1970 de que a história oficial é uma história masculina. Assim, gênero passa a ser uma possível categoria de análise histórica. A autora analisa os diversos usos que se fez dessa categoria, desde a ideia de gênero na sua interlocução com as lutas de classe, à ideia de uma análise histórica ligada à psicanálise das relações de objeto – com sua maior expoente, Nancy Chodorow –

ou ligada à psicanálise lacaniana. A autora acredita que, para que gênero seja uma categoria de análise histórica com um maior embasamento teórico, se faz necessária uma análise das relações de poder existentes e, para tal, utiliza Foucault. Para ela: “[...] (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (p. 86). Nesse sentido, o que chamamos de história oficial é tomada como natural, e não produto de um conflito.

A historiadora Margareth Rago (1998), no trabalho *Epistemologia feminista, gênero e história*, abre seu escrito com a seguinte questão: existiria uma forma feminina de fazer e escrever história? Para responder a tal questão – se é que há uma resposta –, é necessário pensar o feminino não como algo biológico, natural e essencialista, mas, sim, como uma construção social formatada nas relações de poder que se organizam a partir da leitura das diferenças sexuais. Além disso, a autora observa que uma epistemologia feminista implica, necessariamente, a ideia de uma história não cronológica, buscando uma produção que nasça das relações entre as diferenças: “[...] os estudos feministas inovam, então, na maneira como trabalham com as multiplicidades temporais, descartando a idéia de linha evolutiva inerente aos processos históricos” (p. 38). Aqui, reconhecemos uma convergência entre psicanálise e feminismo.

A partir dessas leituras, coloca-se um problema para a nossa pesquisa: estaríamos nós, ao falarmos de uma história das mulheres no movimento psicanalítico, reforçando uma visão binária de história? Ao adotarmos o conceito psicanalítico de feminilidade como fio condutor de nossa pesquisa, estaríamos reiterando a ideia de uma essência feminina? Nosso trabalho não se situa na categoria dos estudos de gênero, mas reconhecemos um flerte com o tema. Teríamos, então, que deslocar nosso campo de estudo? Não parece ser esta a posição de Joan Scott (1990):

Nós só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que ‘homem’ e ‘mulher’ são, ao mesmo tempo, categorias vazias e transbordantes. Vazias, porque não têm nenhum significado último, transcendente. Transbordantes, porque mesmo quanto parecem estar fixadas, ainda contêm dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas. (p. 93).

Escrever uma história das mulheres da perspectiva feminina nos parece ser uma das posições possíveis do feminismo. E isso porque o feminismo é um posicionamento políticot que opera na tentativa de compreender – e propor mudanças – em uma estrutura hierárquica que tem seus fundamentos, também, na noção de gênero. Este trabalho foi

escrito nessa lógica: a partir de um momento atual, questiona-se a história tida como oficial. Este posicionamento só é possível em um *só depois* das lutas feministas, ou seja, *a posteriori*. O objetivo deste trabalho é tentar assegurar que os nomes das mulheres pioneiras da psicanálise não serão esquecidos, isto é, retirá-los da impossibilidade de serem ditos. Como nota Beauvoir (1949/1980, p. 13): “[...] não se nasce mulher, torna-se”. Uma mulher não nasce psicanalista, tampouco feminista. Torna-se.

REFERÊNCIAS

- Abraham, K. (1920). Manifestaciones del complejo de castración femi nino. In: K. Abraham. *Psicoanálisis Clínico*. Buenos Aires, Argentina: Hormé.
- Abreu, M. Z. G. (2002). Luta das mulheres pelo direito de voto: Movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. *Arquipélago, História - Revista da Universidade dos Açores*, 6, p. 443-469.
- Assoun, P. L. (1993). *Freud e a mulher*. (V. Ribeiro, Trad.) Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1948).
- Beauvoir, S. (1980). *O Segundo sexo: a experiência vivida*. (S. Millet, Trad., Vol. 2) São Paulo, SP: Difusão Européia do Livro. (Trabalho original publicado em 1949).
- Benjamin, W. Sobre o conceito de história. In: *Obras escolhidos. Magia e Técnica, Arte e Política*. (S. P. Rouanet, Trad.). São Paulo: Brasiliense, 1985.
- Berlinck, M. (2014). As bases do amor materno, fundamento da melancolia. *Revista latinoamericana de psicopatologia fundamental*, 17(3), 403-406.
- Bertin, C. (1990). *A mulher em Viena nos tempos de Freud*. (M. Appenzeller, Trad.) Campinas, SP: Papyrus.
- Bleichmar, E. D. (1988). *O feminismo espontâneo da histeria: estudo dos transtornos narcisistas da feminilidade*. (F. Vidal, Trad.) Porto Alegre, RS: Artes Médicas Sul.
- Brunswick, R. (1943-1944) La fase preedipica del desarrollo de la libido. *Revista de Psicoanálisis*, 1(3), 181-199. (Trabalho original publicado em 1940)
- Calligaris, C. (1999). A psicanálise e o sujeito colonial. In: E. Souza (Org.), *Psicanálise e colonização*. (pp. 11-23) Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios.
- Cobs, S. (1977a). Prólogo. In: H. Deutsch. *La psicología de la mujer*. (6a. ed., F.de Asúa, Trad., pp.7-8). Buenos Aires, Argentina: Losada. (Trabalho original publicado em 1952).
- Cromberg, R. (2010). Primeiras psicanalistas. *Revista Percurso*, 23(45), 35-36.

Cromberg, R. (Org.). (2014). *Sabina Spielrein: uma pioneira da psicanálise*. São Paulo, SP: Livros da Matriz.

Deutsch, H. (2015). Masoquismo “feminino” e a sua relação com a frigidez. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, 48. (Trabalho original publicado em 1930).

Deutsch, H. (1967). La homossexualidade femenina. In: H. Deutsch. (Org.). *Psicoanálisis y desviaciones sexuales*. Buenos Aires, Argentina: Hormé. (Trabalho original publicado em 1932).

Freud, S. (1996) As neuropsicoses de defesa. In: S. Freud. *Obras psicológicas completas*. (J. Salomão, Trad. Vol. 3, pp.51-73) Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1894).

Freud, S. (1996). Projeto para uma psicologia científica. In: S. Freud. *Obras psicológicas completas*. (J. Salomão, Trad., Vol. 1, pp. 335-399). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1895a).

Freud, S. (1996). Estudos sobre a histeria. In: S. Freud. *Obras psicológicas completas*. (J. Salomão, Trad. Vol. 2) Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1893-1895b).

Freud, S. (1996). Carta 52. In: S. Freud. *Obras psicológicas completas*. (J. Salomão, Trad. Vol. 1, pp. 281-287). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1896).

Freud, S. (1996) Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: S. Freud. *Obras psicológicas completas*. (J. Salomão, Trad. Vol. 7, pp.119-231) Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1905).

Freud, S. (1996) Sobre as teorias sexuais infantis. In: S. Freud. *Obras psicológicas completas*. (J. Salomão, Trad. Vol. 9, pp. 189-205) Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1908).

Freud, S. (1996) Análise de uma fobia em um menino de cinco anos. In: S. Freud. *Obras psicológicas completas*. (J. Salomão, Trad. Vol. 10, pp. 13-135) Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1909).

Freud, S. (1996). O tema dos três escrínios. In: S. Freud. *Obras psicológicas completas*. (J. Salomão, Trad., Vol. 12, pp. 313-327). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1913).

Freud, S. (1996) A história do movimento psicanalítico. In: S. Freud. *Obras psicológicas completas*. (J. Salomão, Trad. Vol. 13, pp. 15-75). Rio de Janeiro, RJ: Imago (Trabalho original publicado em 1914).

Freud, S. (1996) Um caso de paranoia que contraria a teoria psicanalítica da doença. In: S. Freud. *Obras psicológicas completas*. (J. Salomão, Trad. Vol. 13, pp. 271-283) Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1915).

Freud, S. (1996). O inconsciente. In: S. Freud. *Obras psicológicas completas*. (J. Salomão, Trad. Vol. 14, pp. 165-223) Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1915).

Freud, S. (1996). Linhas de progresso na terapia analítica. In: S. Freud. *Obras psicológicas completas*. (J. Salomão, Trad. Vol. 17, pp.171-183). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1919[1918]).

Freud, S. (1996). Uma criança é espancada: uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais In: S. Freud. *Obras psicológicas completas*. (J. Salomão, Trad., Vol. 17, pp. 193-218). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1919).

Freud, S. (1996) Além do princípio do prazer. In: S. Freud. *Obras psicológicas completas*. (J. Salomão, Trad. Vol. 18, pp. 13-77) Rio de Janeiro, RJ: Imago, (Trabalho original publicado em 1920).

Freud, S. (1996) A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher. In: S. Freud. *Obras psicológicas completas*. (J. Salomão, Trad. Vol. 18, pp. 157-185) Rio de Janeiro, RJ: Imago, (Trabalho original publicado em 1920).

Freud, S. (1996). A cabeça de Medusa. In: S. Freud. *Obras psicológicas completas*. (J. Salomão, Trad., Vol. 17, pp. 289-290). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1922).

Freud, S. (1996). A organização genital infantil. In: S. Freud. *Obras psicológicas completas*. (J. Salomão, Trad., Vol. 19, pp. 155-163). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1923)

Freud, S. (1996). A dissolução do complexo de Édipo. In: S. Freud. *Obras psicológicas completas*. (J. Salomão, Trad., Vol. 19, pp. 191-201) Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1924b)

Freud, S. (1996). O problema econômico do masoquismo. In: S. Freud. *Obras psicológicas completas*. (J. Salomão, Trad., Vol. 19, pp. 175-189). Rio de Janeiro, RJ: Imago (Trabalho original publicado em 1924b).

Freud, S. (1996). Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In: S. Freud. *Obras psicológicas completas*. (J. Salomão, Trad., Vol. 19, pp. 277-287). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1925a).

Freud, S. (1996) Uma nota sobre o bloco mágico. In: S. Freud. *Obras psicológicas completas*. (J. Salomão, Trad., Vol. 19, pp. 253-262.) Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1925b).

Freud, S. (1996) Inibição, sintoma e ansiedade. In: S. Freud. *Obras psicológicas completas*. (J. Salomão, Trad. Vol. 20, pp. 81-173) Rio de Janeiro, RJ: Imago, (Trabalho original publicado em 1926 [1925]).

Freud, S. (1996) A questão da análise leiga. In: S. Freud. *Obras psicológicas completas*. (J. Salomão, Trad. Vol. 20, pp. 175-249) Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1926).

Freud, S. (1996) Fetichismo. In: S. Freud. *Obras psicológicas completas*. (J. Salomão, Trad. Vol. 21, pp. 151-161) Rio de Janeiro, RJ: Imago, (Trabalho original publicado em 1927).

Freud, S. (1996) Sexualidade feminina. In: S. Freud. *Obras psicológicas completas*. (J. Salomão, Trad., Vol. 21, pp. 231-254). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1931).

Freud, S (1996) Feminilidade. In: S. Freud. *Obras psicológicas completas*. (J. Salomão, Trad., Vol. 22, pp. 113-134). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1933a).

Freud, S. (1996) Explicações, aplicações e orientações. In: S. Freud. *Obras psicológicas completas*. (J. Salomão, Trad., Vol 22, pp. 135-154). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1933b).

Freud, S. (1996). Análise terminável e interminável. In: S. Freud. *Obras psicológicas completas*. (J. Salomão, Trad., Vol. 23, pp. 225-273). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1937).

Freud, S. (1996). Moisés e o monoteísmo: três ensaios. In: S. Freud. *Obras psicológicas completas*. (J. Salomão, Trad., Vol. 23, pp. 15-150). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1939).

Freud, S. (2011). A organização genital infantil. In: S. Freud. *Obras completas*. (P. C. De Souza, Trad., Vol. 16, pp. 150-157). Rio de Janeiro, RJ: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1923).

Foucault, M (2015). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. (3a. ed., M. T. Albuquerque, Trad.). São Paulo, SP: Paz e Terra. (Trabalho original publicado em 1976).

Foucault, M. (2000). Nietzsche, Freud, Marx. In: M. Motta (Org.). *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. (E. Monteiro, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária. (Trabalho original publicado em 1967).

Fuks, B. (2014). *O homem Moisés e a religião monoteísta: três ensaios – o desvelar de um assassinato*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

Garcia, C. (1988). História e psicanálise. In: J. Birman (Org.). *Percursos na história da psicanálise*. Rio de Janeiro, RJ: Tauros.

Gay, P. (1988). *Freud: uma vida para nosso tempo*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.

Gay, P. (1989) *Freud para historiadores*. São Paulo, SP: Paz e Terra.

Gondar, J. (2012). Ferenczi como pensador político. *Cadernos de psicanálise - CPRJ*, 34(27), 193-210. Recuperado de:
http://www.cprj.com.br/imagenscadernos/caderno27_pdf/16-CADERNOS_DE_PSICANALISE_27_2012_Ferenczi_como_pensador_politico.pdf

Horney, K. (1991). A gênese do complexo de castração nas mulheres. In: K. Horney. *Psicologia feminina*. (T. Rodrigues, Trad., pp. 35-50) Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil. (Trabalho original publicado em 1923).

Horney, K. (1991). A fuga da feminilidade. In: *Psicologia feminina*. (T. Rodrigues, Trad., pp. 51-66) Rio de Janeiro, RJ: Bertrand (Trabalho original publicado em 1926).

Hobsbawm, E. J. (2015). *A era dos impérios: 1875 - 1914*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
Jones, E. (1996). The early development of female sexuality. In: H. Ruitenbeek (Org.). *Psychoanalysis and Female Sexuality*. New Haven, Conn: College and University. (Trabalho original publicado em 1927).

Jones, E. (1989). *A vida e a obra de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1953).

Karawejczyk, M. (2015). As Filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932). Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2013. Recuperado de:
file:///C:/Users/Camila%20Terra%20Da%20Rosa/Downloads/000884085%20(1).pdf.

Kehl, M. R. (1998). *Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade*. Rio de Janeiro, RJ: Imago.

Kehl, M. R. (2009). *O tempo e o cão*. São Paulo, SP: Boitempo.

Klein, M. (1996). Estágios iniciais do conflito edipiano. In: M. Klein. *Amor, culpa e reparação e outros trabalhos (1921-1945)*. (E. da Rocha, Trad., pp. 216-227) Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1928).

Klemann, H. (1991). Introdução. In: K. Horney. *Psicologia feminina*. (T. Rodrigues, Trad., pp. 7-32). Rio de Janeiro, RJ: Bertrand. (Trabalho original publicado em 1966).

Lacan, J. (1985). *O Seminário: livro 3 – As psicoses*. (A. Menezes, Trad.) Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1955 [1956]).

Lacan, J. (1998) O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada. In: J. Lacan. *Escritos*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1945).

Lacan, J. (1998) Função e campo da fala e da linguagem. In: J. Lacan. *Escritos*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1953).

Lacan, J. (1998). *O seminário, livro 5 – As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1957-1958).

Laplanche, J. & Pontalis, J. B. (1992) *Vocabulário da psicanálise*. (P. Taman, Trad.). São Paulo, SP: Martins Fontes.

Lampl-de-Groot, J. (1967). La evolución del complejo de edipo en las mujeres. In: E. Jones (Org.). *Psicoanálisis y Sexualidad Femenina*. (N. Watson, Trad., num. 54, pp. 49-70) Buenos Aires, Argentina: Hormé/Paidós. (Trabalho original publicado em 1927).

Mezan, R. (2014). *O tronco e os ramos – Estudos de história da psicanálise*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.

Noever, P. (2007). Escape Routes – Bertha Pappenhein's impressive emancipation from patient to activist. In: P. Noever. (Org.) *Lace and so on...* Frankfurt: Museum für angewandte Kunst (MAK).

Numberg, H., & Federn, E. *Os primeiros psicanalistas: Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena 1096-1908*. São Paulo: Scriptorium, 2015.

Pankhurst, E. S. (1931). *The suffragette movement: an intimate account of persons and ideals*. Londres, UK: Longmans, Green.

Petot, J.M. (1979). *Melanie Klein I*. (M. Levy, Trad.) São Paulo, SP: Perspectiva.

Pinheiro, T. & Vianna, H. B. (1991). *As Bases do amor materno*. São Paulo, SP: Escuta.

Radcliffe Institute for Advanced Study (1985). *Deutsch, Helene, 1884-1982. Papers of Helene Deutsch, 1900-1983: a finding aid*. Recuperado de: <http://oasis.lib.harvard.edu/oasis/deliver/~sch00550>

Rago, M. (1998). Epistemologia feminista, gênero e história. In: J. M. Pedro, & M. P. Grossi. *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Mulheres.

Riviere, J. (1929). *A feminilidade como máscara*. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psyche/v9n16/v9n16a02.pdf>.

Roazen, P. (1971). *Freud e seus discípulos*. São Paulo, SP: Cultrix.

Rodrigué, E. (1995). *Sigmund Freud: O século da psicanálise: 1895 – 1995*. São Paulo, SP: Escuta.

Roudinesco, E. (1986). *A história da psicanálise na França: a batalha dos cem anos (1885/1939)* (Vol. 1). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.

Roudinesco, E. (2006). *A análise e o arquivo*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.

Roudinesco, E. (2009). As primeiras mulheres psicanalistas. In: E. Roudinesco. *Em defesa da psicanálise*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.

Roudinesco, E. (2012). *A Família em Desordem*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.

Roudinesco, E. (2014). *Sigmund Freud na sua época e em nosso tempo*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.

Roudinesco, E. & Plon, M. (1998). *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.

Scott, J. (1990). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*. 15(2), 1-29.

Scott, J. (2005). O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*, 13(1), 11-30.

Seligmann-Silva, M. (2008). *Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas*. (Comunicação apresentada no Encontro Nacional Trauma e Memória, Rio de Janeiro/PUC-Rio, Junho de 2007).

Silva, M. V. & Santo, E. (2015). A História das Primeiras Mulheres Psicanalistas do Início do Século XX. *História, histórias: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB*, 3(6), 135-156. Recuperado de:
<http://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/viewFile/13346/13283>

Spielrein, S. (2014). A destruição como origem do devir. In: R. Cromberg (Org.). *Sabina Spielrein: uma pioneira da psicanálise*. São Paulo, SP: Livros da Matriz. (Trabalho original publicado em 1912).

Spielrein, S. (2014). A Sogra. In: R. Cromberg (Org.). *Sabina Spielrein: uma pioneira da psicanálise*. São Paulo, SP: Livros da Matriz. (Trabalho original publicado em 1913).

Weinmann, A. (2017). Notas sobre erótica contemporânea. *Revista SIG*, 8(1), 11-21. Recuperado de: <http://sig.org.br/wp-content/uploads/2017/11/art1-8.pdf>.

Varikas, E. (2003). Naturalização da dominação e poder legítimo na teoria política clássica. *Estudos Feministas*, 11(1), 171-193.

FILMOGRAFIA

Gravon, S. (Director). (2015). *Sufragettes*. [DVD]. London, UK: Universal Pictures.